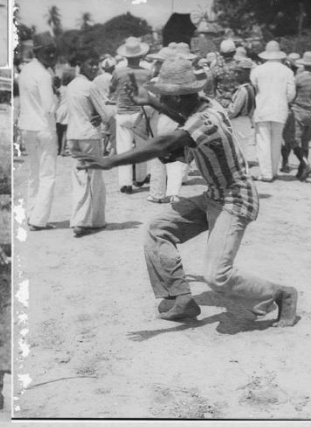


COM ALGUMAS RESTRIÇÕES
Aprovado o regulamento da lei
que oficializou o Carnaval



CONTRA A DESCARACTERIZAÇÃO
A PREFEITURA TENTARÁ MANTER A
TRADIÇÃO DO NOSSO CARNAVAL



É NA LEI E NA MARRA: A organização do Carnaval do Recife de 1955 - 1964

SERA OFICIAL
CARNAVAL DO RECIFE



REGULAMENTO DA LEI DE
OFICIALIZAÇÃO DO CARNAVAL





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**



**É NA LEI E NA MARRA:
A Organização do Carnaval do Recife (1955-1964)**

**Recife
2016**

Rosana Maria dos Santos

**É NA LEI E NA MARRA:
A Organização do Carnaval do Recife (1955-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional - linha 1: Cultura, Memória e Patrimônio da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen.

**Recife
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S237e Santos, Rosana Maria dos
É na lei e na marra: a organização do Carnaval do Recife
(1955-1964) / Rosana Maria dos Santos. – 2016.
150 f. : il.

Orientadora: Isabel Cristina Martins Guillen.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História
Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE, 2016.
Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Legislação 2. Carnaval 3. Departamento de
Documentação e Cultura, Recife I. Guillen, Isabel
Cristina Martins, orient.

II. Título

CDD 981.3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

**É NA LEI E NA MARRA:
A Organização do Carnaval do Recife (1955-1964)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

Rosana Maria dos Santos

APROVADA EM 25 / 04 /2016

BANCA EXAMINADORA

**Prof^o Dr^a Isabel Cristina Martins Guillen
Orientadora - Programa Pós-Graduação em História - UFRPE**

**Prof^o Dr^o Lucas Victor Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

**Pesquisadora Dr^a Sylvia Costa Couceiro
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ**

*“A nossa vida é um Carnaval
A gente brinca escondendo a dor” [...]*
(Turbilhão de Moacyr Franco, 1978)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre bom, principalmente quando se olha para trás e percebe-se que a caminhada foi longa e cansativa, em que muitas vezes o corpo pedia para parar, mas era preciso vencer cansaço e seguir adiante.

Foram muitas as pessoas que me ajudaram ao longo desses dois anos de mestrado. Aprendi muito, mas também duvidei de muita coisa. Acredito que a construção do conhecimento surja através da dúvida. E foram essas dúvidas que me motivaram a construir essa dissertação.

Agradeço primeiramente ao meu Deus, pois sem ele NADA seria possível. Agradeço também a minha querida mãe, Risonete Francisco, pela força e por ter feito sua a minha luta. Toda a minha gratidão também a minha segunda mãe e irmã: Rosa Maria, pela paciência, pelos conselhos e pela confiança sempre depositada. Agradeço ainda ao meu irmão Paulo Dionísio, ao meu pai Pedro Dionísio, Igor José, e a Rafael pelo companheirismo e paciência nos momentos em que tive que estar ausente. Agradeço também às minhas primas, primos, tios e tias cujos nomes não citarei (a família é grande), mas que fazem parte da minha história. A vocês toda a minha gratidão.

Aos amigos de mestrado, em especial a Isabella Vasconcelos, Bruno Nery e todos os demais que de uma forma ou de outra tornaram esses dois anos mais leves e gratificantes. Agradeço da mesma forma a Dirceu Morroquim pelas dicas, pelos livros emprestados; a Augusto Neves, um grande historiador e especialista na história do Carnaval, uma pessoa que sempre pude contar, sempre atento às minhas indagações e que ajudou na construção deste trabalho; a Mario Ribeiro, pela paciência e pelas conversas sobre essa gigantesca teia, chamada Carnaval. Agradeço da mesma forma a todos os amigos cujos nomes não estão nessas linhas, pois são muitos e para não correr o risco de esquecer, não colocarei os nomes, mas saibam que sou grata por ter vocês ao meu lado. Valeu!

Diante de todos esses nomes não poderia de forma alguma esquecer de Isabel Cristina Martins Guillen, minha orientadora, que pacientemente me ajudou na construção desse trabalho, incentivando, dando força e muitas broncas também, mas que foram primordiais para a construção deste trabalho. Professora Isabel me fez ver e analisar os documentos com mais cautela. Professora, muito obrigada por tudo!

Agradeço também, a todos os funcionários das instituições as quais eu visitei: a Wagner Carvalho da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, por ter feito o possível e o impossível para me ajudar nesta pesquisa; à Fundação Joaquim Nabuco, à Casa do Carnaval do Recife, à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, ao Arquivo Público de Pernambuco; ao Museu da Cidade do Recife, em especial a Betânia (gerente do museu).

Agradeço também a todos do Bloco Carnavalesco Misto Banhistas do Pina, em especial, a seu Vavá; a Leonardo Dantas; Carmem Lelis e Albemar Araújo pela disponibilidade em responder algumas dúvidas. Agradeço também aos professores Sylvia Couceiro e Lucas Victor que aceitaram fazer parte da banca. Muito obrigada !

Agradeço a todos os professores do programa de Pós-Graduação em História da UFRPE e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado que me concedeu, primordiais para a realização e construção deste trabalho.

RESUMO

SANTOS, Rosana Maria dos. **É NA LEI E NA MARRA:** a organização do Carnaval do Recife (1955-1964). Recife. Dissertação de Mestrado em História, UFRPE, 2016.

Este trabalho tem como objetivo analisar e problematizar a história do Carnaval do Recife no período de 1955-1964. Nessa época, organizar o reinado de Momo tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: salvar o Carnaval do Recife da “decadência”.

A década de 1950 é um marco para historiografia que analisa o Carnaval do Recife. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da cidade, através do projeto de lei de autoria do Vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Segundo alguns periódicos, a medida surge na tentativa de “salvar o reinado de Momo”, que segundo os mesmos, estava “morrendo aos poucos”. Desse modo, em 1955, o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei Nº 3.346, de sete de junho, oficializando o Carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC). Essa lei tinha por objetivo a promoção do Carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Entre as medidas propostas pela lei, foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações Carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do Carnaval do Recife.

Nesta pesquisa analisamos as disputas políticas, sociais e as proibições às práticas consideradas subversivas, que eram comuns nos dias de Momo. No entanto, ressaltamos também a resistência dos populares que equiparavam-se a qualquer tipo de norma ou proibição.

Palavras – Chave: Legislação, Carnaval, Departamento de Documentação e Cultura, Recife

ABSTRACT

The objective of this academic work is to analyze and problematize a history of the Carnival of Recife in the period 1955-1964. At that time, organizing the reign of Momo became a political priority, for the administrators considered necessary to create public policies capable of solving a question that was a time of prominence in the newspapers of the city: to save the Carnival of Recife from the "decay".

The 1950s is a milestone for historiography that analyzes the Carnival of Recife. Soon after the end of the celebrations of the 1955, the Municipality of the city, through the bill authored by the Alderman Antonio Batista de Sousa, tries to take to himself the organization of the party. According to some periodicals, the measure appears in the attempt to "save the reign of Momo", that according to the same, was "dying to the few".

This way, in 1955, the mayor Djair Brindeiro sanctioned the law No. 3.346, of June 7, officializing the Carnival of the city, that happened to be organized by the Department of Documentation and Culture (DDC). This law had as its objective the promotion of tradition-oriented Carnival, thus preserving the clubs of frevo, maracatus and caboclinhos clubs.

Among the measures proposed by law, financial assistance was provided to the blocks, samba schools and other Carnival associations that contributed to the animation and consolidation of the Recife Carnival.

In this research we analyze the political and social disputes and the prohibitions to the practices considered subversive, that were common in the days of Momo. However, we also emphasize the resistance of the popular that equated to any kind of rule or prohibition.

Keywords: Legislation, Carnival, Documentation and Culture Department, Recife

ABREVIATURAS

A.C.P- Associação de Comércio de Pernambuco

A.C.C.R - Associação dos Cronistas do Recife

A.P.E.J.E. - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

C.C.M - Clube Carnavalesco Misto

C.O.C - Comissão Organizadora do Carnaval

C.P.C - Comissão Promotora do Carnaval

DDC -Departamento de Documentação e Cultura

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

E.M.E.T.U.R- Empresa Metropolitana de Turismo

E.M.P.E.T.U.R- Empresa Metropolitana de Turismo de Pernambuco

FECAPE - Federação Carnavalesca Pernambucana

FIEPE - Federação das Indústrias de Pernambuco

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

SSP - Secretaria de Segurança Pública

UESP - União das Escolas de Samba de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Carnaval de rua, década de 1940.....	30
Imagem 2: Folião fazendo o passo durante o Carnaval do Recife na década de 1930. Pela falta de calçamento, tudo indica que era o Carnaval do subúrbio (uma das vilas de Agamenon Magalhães).....	36
Imagem 3: Fantasia de pitanga (Carnaval de 1938)	41
Imagem 4: Carnaval de 1938.....	42
Imagem 5: Fantasia de manga (Carnaval de 1938) Podemos observar que a Federação Carnavalesca mostrava até as cores que deveriam ser usadas.	43
Imagem 6: Sr. Benedicto da Novidade Santos, membro do conselho fiscal da Federação Carnavalesca, traje de gala de Felipe Camarão (esquerda). Figura de frente da Troça Carnavalesca Linguarudos, traje de João Fernandes Vieira (direita).	44
Imagem 7: Carnaval do Recife, década de 1940.	45
Imagem 8: Desfile algumas sugestões de fantasias para o Carnaval de 1938, realizada pela Federação Carnavalesca Pernambucana.....	47
Imagem 9: Carnaval de 1945.....	49
Imagem 10: Carnaval de 1945.....	51
Imagem 11: Frevo, Carnaval de 1947	54
Imagem 12: Carnaval de rua do Recife em 1947	56
Imagem 13: Carnaval de 1948.....	58
Imagem 14: Cinema popular promovido pela DDC.....	65
Imagem 15: Apresentação da Orquestra Sinfônica do Recife, promovido pela DDC	66
Imagem 16: Biblioteca Popular de Casa Amarela fundada pela DDC.....	67
Imagem 17: Posse do Diretor da DDC José César Regueira Costa em 1955.....	72
Imagem 18: Escola Almirante do Samba na rua da Concórdia, 1955.....	79
Imagem 19: Reunião da Comissão Organizadora do Carnaval (1961)	87
Imagem 20: Peixe da Nação Cambinda Estrela Peixe da Nação Cambinda Estrela, alegoria carnavalesca, desenhada pelo artista plástico Abelardo da Hora, para o carnaval de rua de 1961.	91
Imagem 21: Carnaval do Recife de 1947	95
Imagem 22: Propaganda do Lança Perfume Colombina (1936)	96
Imagem 23: O Corso no Carnaval do Recife.....	100
Imagem 24: Corso na rua Nova, 1955.....	101

Imagem 25: Malabaristas da Escola de Samba Estudantes de São José – Recife, 1961	107
Imagem 26: Baile popular na sede da Troça Amante das Flores – 1961	109
Imagem 27: Troça no centro da cidade do Recife - Carnaval de 1944	111
Imagem 28: Desfile do Maracatu Leão Coroado no centro do Recife -1962.....	112
Imagem 29: membros da comissão organizadora do carnaval – 1961	113
Imagem 30: Miguel Arraes de Alencar, prefeito eleito do Recife, assistindo o Carnaval do Palanque da Associação dos Cronistas carnavalescos do Recife – 1960.	114
Imagem 31: Aspectos do carnaval, palanque da Confederação. Praça da Independência- Recife/PE.	115
Imagem 32: Baile de Carnaval no Clube Internacional do Recife - década de 1940.....	119
Imagem 33: Manhã de Sol no Clube Internacional do Recife – Carnaval de 1961	121
Imagem 34: à esquerda Foliona Fantasiada de Carmem Miranda no Carnaval do Recife – 1940.	122
Imagem 35: à direita Foliona durante baile no Carnaval do Cabanga Iate Clube – 1960.	122
Imagem 36: Fantasia de homem caranguejo- Primeiro premiado do Carnaval de 1961 do I Baile Municipal do Recife	123
Imagem 37: Propaganda do I Baile Municipal do Recife -1961.....	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - As Estratégias para Organizar o Carnaval do Recife no Século XX.....	27
1.1 Estratégias e táticas: Carnaval com Ordem	30
1.2 A criação da Federação Carnavalesca Pernambucana	36
1.3 Os “últimos” passos da Federação Carnavalesca Pernambucana	48
1.4 A Criação do Departamento de Documentação e Cultura: educação e cultura popular para o Recife.....	61
CAPÍTULO II.....	69
A “Força” da Lei na Festa de Momo: o Carnaval promovido pela DDC.....	71
2.1 Tem samba na terra do Frevo.....	77
2.2 Os maracatus em sua forma “primitiva” no Carnaval do Recife	80
2.3 As disputas em torno da legislação do Carnaval	84
2.4 O Controle ostensivo da polícia no Carnaval organizado pela Departamento de Ddocumentação e Cultura	93
CAPÍTULO III	104
A relação das agremiações com a organização do Carnaval.....	104
3.1 Clube ou a rua: a disputa pelo espaço público da festa	116
3.1.1 A “Segurança” nos Clubes.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	137
SERÁ oficializado o Carnaval do Recife	137
REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval.....	139
LEI N° 9352.....	141
Criação da Comissão Promotora de Carnaval do Recife	143
Planta da cidade do Recife na década de 1920	146
Roteiro das apresentações das agremiações no centro do Recife (roteiro “oficial”)	147
APÊNDICE	148
Tabela das leis do Carnaval.....	148

1 INTRODUÇÃO

*Acorda Recife, acorda
Que já é hora de estar de pé
Levanta, o Carnaval começou [...]*¹

O Carnaval durante muitos anos foi visto como uma das paixões do povo brasileiro. A festa era caracterizada por muitos historiadores e antropólogos como um símbolo da identidade nacional.² Porém, nos últimos anos, o estudo da festa tem revelado a complexidade do assunto, os meandros que envolvem o desenrolar da festa, em que os sujeitos, ou melhor, os seguimentos excluídos, reivindicam a possibilidade de participação ativa na criação de sua própria história.

O interesse da historiografia sobre as festividades carnavalescas começou a ser visto na sua amplitude, seriedade e complexidade com o desenvolvimento da história cultural, quando houve um crescente empenho pelo estudo do tema, embora alguns historiadores, antropólogos e cientistas sociais não conseguissem, de início, ver a amplitude e a riqueza presentes no estudo dos comportamentos, atitudes e valores existentes na festa.

A pesquisa parte dos novos paradigmas propostos pela história cultural, com o surgimento da Escola do *Annales* na França, em 1929. Propomos estudar uma história cultural de forma interdisciplinar, em que foi importante problematizar, confrontar e utilizar uma multiplicidade de documentos históricos. Dentre as novas propostas temáticas da História Social, destacam-se as investigações sobre o Carnaval.

A história cultural não é apenas uma história intelectual do pensamento ou até mesmo algo voltado para os antigos modelos do fazer historiográfico, ela deve ser pensada, antes de tudo, como “um conjunto de significados” construídos e partilhados pelo homem para explicar o mundo. A historiadora Sandra Pesavento, propõe uma nova forma de fazer história, em que a normatividade, as leis e modelos que regem o social não são “abolidos”, mas sim problematizados. Vivemos a era da dúvida, da interrogação e da suspeita. “Tudo o que foi contado um dia de uma forma, pode vir a ser contado de outra”.³

¹ Frevo do Galo. Paulo Fernando, Fernando Gama e Fernando Azevedo.

² MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio De Janeiro: Zahar, 1979. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. Brasiliense: São Paulo, 1992.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahay. *História & História Cultural*. 3. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2012, p. 15-16.

No Brasil, os trabalhos publicados nas décadas de 1980 e início dos anos de 1990, em sua maioria, analisavam os festejos que ocorriam em São Paulo e no Rio de Janeiro. No final dessa última década, inicia-se de maneira muito tímida o estudo da festa em outros Estados, como Recife, Bahia, Rio Grande do Sul.⁴

O Antropólogo Roberto Da Matta foi um dos primeiros nesse campo de pesquisa no Brasil. Da Matta, traz em sua obra a importância e destaque da festa carnavalesca dentro e fora do país, ressaltando que a festa é de extrema importância para a caracterização da identidade nacional. O autor, em seu livro *Carnavais Malandros e Heróis (1979)*, mostra que as sociedades “alternam suas vidas entre rotinas e ritos, trabalho e festa”. Para ele, vive-se entre o rotineiro, representado pelo trabalho e as obrigações do dia-dia e o extraordinário representado por: comemorações, rituais, fatos marcantes e as festas, sendo que estes se dividem em: “o que ninguém desejou e que não foram planejados pelas sociedades” e momentos especiais, onde “o próprio grupo planeja, constrói, inventa e espera”.⁵

O reinado de Momo era compreendido como o momento fora do comum, que é planejado e tem tempo marcado para acontecer. A festa seria um espelho muito importante pelo qual a sociedade vê a si mesma e pode ser vista por quem quer que deseje conhecê-la. Da Matta o classifica como um dos eventos extraordinários na sociedade brasileira, sendo “a maior e mais importante, mais livre e mais criativa, mais irreverente e mais popular” das festas do país. A inversão de papéis que o Carnaval causa ao “viver uma ausência fantasiosa e utópica de miséria, trabalho, obrigações, pecado e deveres fazem com que os brasileiros o percebam como algo que vem de fora, impossível de dominar e controlar”. Para o antropólogo, o período momesco é o tempo extraordinário, festivo, risonho e da tolerância, que parece abrir mais portas do que aquelas que podemos efetivamente adentrar. É um tempo tenso, de uma competição sempre refeita, que não custa somente dinheiro e suor, mas gera renda e emprego, movimentando a vida de milhares de pessoas. É um tempo perturbador, o momento anual ordinário. Não podemos negar que a obra do Roberto Da Matta foi um marco para o estudo da folia de Momo na década de setenta.

⁴CASTRO, Cavalcanti, Maria L. V. *Carnaval Carioca - Dos Bastidores ao Desfile*.3.ed.Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006. SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *Carnaval em Branco e Negro - Carnaval Popular Paulistano 1914-1988*. São Paulo: Unicamp, 2007.SILVA, Zélia Lopes da. *Os Carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Unesp, 2008.

⁵ MATTA, Roberto Da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio De Janeiro: Zahar,1979.

Já nos anos 1990, a historiadora Rachel Soihet publica o livro *A subversão pelo Riso: estudos sobre o Carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas (1998)*.⁶ Na obra a autora faz um estudo sobre o reinado de Momo na cidade do Rio de Janeiro, mas o que vale ressaltar é a forma como a autora vê a estrutura da festa e a sua funcionalidade. Para ela, o período momesco representou para os segmentos excluídos uma possibilidade de participação, resistência e alternativas de organização, tendo a festa como arma. Ao contrário de Da Matta, Rachel Soihet acredita que os sujeitos desempenham um papel ativo na criação de sua identidade cultural e de sua própria história.⁷

O livro faz uma reflexão sobre a participação dos populares na Festa da Penha, problematizando questões como: a proibição aos sambas e batuques e a resistência dos populares do Rio de Janeiro, que muitas vezes ignoravam as regras instituídas pela polícia. Em suma, a Festa da Penha representou para os segmentos do Carnaval carioca um ensaio de subversão ao controle instituído sobre a folia.

A autora discorda da ideia de ausência dos populares como atores e sujeitos atuantes no Carnaval, como afirma a cientista social Maria Isaura de Queiroz no seu livro *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito (1992)*.⁸ Na sua obra, a cientista social considera o Carnaval brasileiro homogêneo, com mínimas variações nas diversas partes do país. A festa de momo no Brasil é vista pela autora com uma essência única e poucas variações entre os estados brasileiros. Assim como para Da Matta, para Maria Isaura de Queiroz, a folia é um desses ritos, chamado de nacional, porém um “rito sem dono”. “É um momento sem dono, posto que é de todos”, é um festival com múltiplos planos nos quais prevalece a música, o canto, a dança, o foco dos desfiles e dos gestos que fazem sua harmonização da realidade da festa.

Não há, para esses autores, conflito ou resistência na festa. Os carnavalescos seriam passivos, eles não analisavam a festa na sua complexidade, como, por exemplo, a “disciplina” que é imposta às agremiações, mas que ao mesmo tempo era desrespeitada de uma forma ou de outra.

Outra autora que tem se dedicado ao estudo sobre o período de Momo é Maria Clementina Pereira da Cunha. A autora no seu livro *Ecos da Folia: uma história social do*

⁶ SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo Riso: estudo sobre o Carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Edufu: Rio de Janeiro, 2008.

⁷Idem.

⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

*Carnaval carioca entre 1880 e 1920*⁹, deixa claro que o seu estudo não busca ver a folia como uma expressão nacional, muito pelo contrário, a festa exerce um poder de expressar as dimensões do tempo e das relações sociais. A obra analisa o Carnaval nos termos de uma história social da cultura, problematizando questões como: conflitos, tensões e diálogos entre os sujeitos que nem sempre estavam reconciliados com o reinado de Momo.

A autora não vê na folia uma expressão nacional, mas sim, um campo fértil para debater as dimensões de classe, gênero, raça, ordem e poder. Para Maria Clementina Pereira da Cunha, Carnaval não é um “escape” nem um momento propício para a emergência de uma identidade genérica nacional, oculta nos dias comuns. E.P Thompson, ao analisar as formas festivas, afirma que elas estão muito além de serem meras “válvulas de escape”, mas sim, são meios usados pela comunidade para perpetuar certos valores e fazer crítica da ordem social vigente.¹⁰

Em síntese, as multidões que saíam às ruas não desejavam só explodir de felicidade na avenida, também almejavam ir contra as normas e padrões de comportamento pré-estabelecidos. Por isso, a história do Carnaval deve ser “vista de baixo”, para não ser reduzida a um simples exercício de resistência dos populares. A festa de Momo vai além disso, ela revela problemas de cidadania e desigualdades sociais.

Em seu livro publicado em meados da década de 1990: *o mistério do Samba*, o Antropólogo Hermano Viana analisou o processo de nacionalização do samba, tendo como palco de disputas a cidade do Rio de Janeiro. O autor defende a tese de que a transformação do samba como símbolo da música nacional não foi algo repentino, nasceu de duras batalhas. Para ele: “*o samba não é apenas uma criação de grupos negros pobres e moradores dos morros do Rio de Janeiro, mas que outros grupos, de classes e outras raças e outras nações, participaram desse processo, como ativos espectadores e incentivadores*”. Viana também defende a pluralidade de tradições, marcadas pela complexidade cultural existente no país.

Segundo Vianna, em 1930 um novo modelo de autenticidade nacional começa a ser fabricado no Brasil. Para compor a figura nacional, retirou-se de cada região uma característica, que por fim pudesse compor o sujeito homogeneizado. O samba passou de

⁹CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁰THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

marginal à música brasileira nacional, ele não nasceu autêntico, mas foi “autenticado” na década de 1930. O samba, para o autor, venceu as barreiras culturais, econômicas e morais.¹¹

Durante muito tempo fez-se da história do reinado de Momo um simulacro de uma identidade nacional, além disso, buscaram uma linearidade temporal dos acontecimentos históricos para problematizar o reinado de Momo: primeiro, o entrudo “bárbaro” da época colonial; a *posteriori* o Carnaval das grandes sociedades, que no final do século XIX eram marcadas pela oligarquia e República brasileira; e por fim o Carnaval “popular” com a incorporação de pobres e negros sob o controle de Getúlio Vargas.

Esse foi um dos mais graves problemas políticos das “terras brasileiras”, desde seus tempos coloniais, e recebeu respostas e propostas de soluções divergentes durante toda a nossa história, atermando momentos de centralização com outros de descentralização política, e apresentando mesmo combinações estranhas das duas tendências antagônicas.¹²

Estudar a festa de Momo no Recife sobre uma ótica de um Carnaval “símbolo de identidade cultural” é perigoso, pois é necessário estudar os fatos atípicos e as “normas surdas”, ou seja, sujeitos que fazem da festa o espaço para a subversão.¹³ A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais das cidades brasileiras, como uma rede transparente que reveste toda a cidade, interligando os pontos de animação, principalmente na cidade do Recife.

A pesquisa parte de questões atuais e concordamos com Michel de Certeau¹⁴, quando ele afirma que o historiador está atrelado a um *lugar social* e parte de problemáticas do presente para construir o passado. O reinado de Momo, ainda hoje, é a principal festa do país. É a festividade que mais recebe investimentos financeiros. O Planejamento e a evolução da festa estão atrelados às lutas pelo poder entre os diversos atores sociais, com o objetivo de definir o modelo de festa que mais lhe interessa.¹⁵

¹¹VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 2ed Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.35.

¹²Idem, p.56.

¹³THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

¹⁴CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

¹⁵SILVA, Gustavo de Medeiro. *Carnaval, Mercado e Diferenciação Social*. Recife, dissertação de mestrado em Administração, UFPE, 2004.

Rita de Cássia Barbosa de Araújo, ao analisar as manifestações originadas no Carnaval do Recife, afirma que essas manifestações nasceram entre as camadas populares urbanas.¹⁶ A festa passou a ser vista como símbolo de identidade cultural para os recifenses. Nesse contexto, ela representava a síntese dos elementos étnicos formadores do tipo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Uma das teses defendidas pela autora é que o chamado “mostro popular” ano a ano estava conquistando as ruas no final do século XIX e início do século XX. O reinado de Momo da elite era vulnerável às oscilações econômicas, e isso foi um dos motivos que fez crescer na cidade do Recife o Carnaval popular. O povo se utilizava de várias estratégias para consolidar o seu espaço e principalmente para “salvar” o Carnaval, tendo em vista que já no século XX os periódicos anunciavam: *O Carnaval declina a olhos vistos. “Degrada-se. Desmoraliza-se”*.¹⁷

[...] a população regia enérgica e ativamente, sobretudo o mundo dos Carnavalescos, que chegava a reunir clubes das mais diversas categorias para pressionar e exigir que os comerciantes dessem também a sua quota na festa que era pública e de todos, e da qual eles tanto se beneficiavam.¹⁸

Na segunda metade do século XIX, os grandes centros urbanos viviam o apogeu dos bailes, ao mesmo tempo em que surgiam grupos de mascarados, formados pela mesma elite que frequentava os bailes e que começaram a tomar conta das ruas. O surgimento desses grupos posteriormente fomenta o aparecimento dos clubes pedestres, que eram formados pela classe trabalhadora da cidade do Recife. A rua passou a ser disputada: de um lado os grupos de mascarados que andavam pelas ruas com seus luxuosos carros alegóricos, formados pela alta sociedade recifense; do outro estavam os clubes pedestres formados pela classe trabalhadora, conhecidos como “*monstro popular*” que ameaça invadir as ruas e apropriar-se da cidade.

A invasão da rua pelo povo, pelo mísero habitante dos mangues e das marés, era vista com apreensão pelos membros das camadas dominantes. Intimidava-os, amedrontava-os e levava-os a abandonarem os espaços públicos ou a refugiarem-se no interior dos carros e automóveis, divertindo-se no curso, entre famílias. Até aquele momento, a praticamente ignorava a existência daquela gente que mourejava de sol a sol, que pegava no pesado e que fazia o serviço a que o branco e rico não se submetiam. A imagem que se vislumbrava ao ver passar aquela multidão ensandecida, recém-saída dos mocambos e da lama, dos formos e das padarias, dos fundos das oficinas, das mesas da tipografia, dos galpões insalubres das fábricas e detrás dos balcões das lojas e boticas, era a de um verdadeiro monstro popular.¹⁹

¹⁶ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

¹⁷Idem, p.298.

¹⁸Idem, p.299.

¹⁹Idem, p.302.

No início do século XX o tratamento da imprensa e da polícia com relação aos folguedos começou a mudar. A imprensa, que antes de se utilizava de um tom sarcástico ao se referir aos folguedos, apresenta um discurso mais conciliador. Os jornais, com frequência colocavam em suas colunas diárias propostas de modificação para melhor ajustá-los ao modelo “civilizador”. Em 1910, pela primeira vez os elementos das camadas pobres das agremiações foram retratados no Jornal Pequeno. Enquanto isso, a elite tentava a todo custo fazer um Carnaval de rua excludente, procurando afastar-se da classe popular, mas o chamado “Zé povinho” ganhou as ruas e saiu vitorioso.

A polícia, o principal órgão público mais próximo dos populares, passou da repressão a guardiã das agremiações carnavalescas que colaborassem com a polícia. Essa mudança de atitude tinha um caráter político, uma vez que no século XX, o movimento operário, as greves, comícios e agitações políticas ganhavam força entre as camadas populares. Desse modo, as agremiações carnavalescas passam a ser um dos canais mais eficazes para aproximar os políticos do povo.²⁰

A conquista das ruas pelo povo fez crescer os Carnavais de sangue. Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mas também dos empresários da época. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que ao saírem para as ruas solicitavam antes a proteção policial. Segundo Roberto da Matta : *“Na rua, então, o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que uma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem”*.²¹

Diante da insegurança durante dias de festa, na década de 1930 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana. De acordo com o Anuário do Carnaval pernambucano, os argumentos que justificavam a sua criação eram que a “alta sociedade” pernambucana estava

²⁰ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas públicas e carnavais: entre o negro e a cultura popular em Pernambuco. In ALMEIDA, Luiz Silva de; CABRAL, Otávio; ARAÚJO, Zezito. (org). *O negro e a construção do Carnaval no Nordeste*. Maceió: Edufal, 1996, p.31-61.

²¹DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.91.

interessada no progresso do Estado, e que se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do Carnaval e da ordem.²²

Segundo Araújo, o argumento de que Federação Carnavalesca foi criada para organizar os “carnavais de sangue” e organizar a o reinado de Momo são genéricos. As elites locais precisavam se aproximar do povo, discipliná-los, ter o “mostro popular” sobre seu controle. Em resumo, a “alta sociedade” precisava legitimar a ordem pública e fortalecer o seu poder econômico. “Mas, além de tentar promover coesão social e dar vigor à ordem política e social dominante, a Federação tomou a si a tarefa de reelaborar e difundir símbolos da identidade cultural representativos da nacionalidade brasileira dando à questão uma dimensão regional”.²³

Com o fim do Estado Novo, em dezembro de 1945, a FECAPE perde o apoio político e conseqüentemente o seu poder na organização e promoção do Carnaval de rua. O seu colapso aconteceu em 1947, quando a Instituição convoca todas as agremiações para uma greve geral. Segundo o Jornal Folha da Manhã, o Carnaval de 1947 foi verdadeiro fracasso. Essa querela no Carnaval pernambucano será problematizada no primeiro capítulo desta dissertação.²⁴

No de 1948, os jornais começam a divulgar outras entidades organizadoras da festa. Um exemplo desses novos organizadores é a Associação dos Cronistas Carnavalescos - ACCR²⁵, cujas propostas para o Carnaval eram de suprimir definitivamente a influência do Estado sobre a festa de rua, através do discurso de que o reinado de Momo era uma festa democrática. A ACCR era constituída por um grupo de representantes dos principais jornais

²²ANUÁRIO do Carnaval Pernambucano 1938. Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938, s.p.

²³Idem, p.57.

²⁴O CARNAVAL que passou. *Diario de Pernambuco*, Recife, 20 de fev, 1947.p.3. O fracasso para de Carnaval, aos da imprensa, é um Carnaval de rua poucos foliões e agremiações nas ruas do Recife.

²⁵ A associação dos Cronistas Carnavalescos era uma entidade fundada pelos jornalistas recifenses. A entidade era constituída por um grupo de representantes dos principais jornais de Recife e da Rádio Clube de Pernambuco, cujo objetivo era promover a festa de Momo. A entidade no fim do Estado Novo, na era Vargas, passou a organizar o carnaval da cidade, e contava com o apoio do poder público, e com a ajuda de diversos clubes. Ela Oferecia prêmios em dinheiro aos clubes, blocos, troças, maracatus, caboclinhos e escolas de samba que desfilassem nas principais ruas da cidade; premiava as agremiações campeãs do carnaval de Pernambuco; elegia e coroava a rainha do carnaval de Pernambuco, na forma do regulamento já divulgado em todos os órgãos da imprensa diária; colaborava junto a Secretaria de Segurança Pública no sentido de permitir o escape livre dos automóveis; promovia a semana pré-carnavalesca no “quartel general do frevo, a Avenida Dantas Barreto”; ajudava a prefeitura na ornamentação e iluminação da cidade, nos dias de carnaval. A A.C.C.R e o carnaval de Pernambuco. *Folha da Manhã*, Recife, 10 de jan.1953. p.7.

de Recife e Rádio Clube de Pernambuco, cujo principal objetivo era promover uma festa de sucesso.²⁶

O Carnaval deste ano está um dos maiores dos últimos tempos. As agremiações e o povo estão com vontade de descontar o tempo perdido, o ano passado quando se tentou fazer um Carnaval policialesco. Todos os cordões estão se exibindo com fantasias luxuosas. Pode-se francamente constatar que os diretores de cordões das agremiações Carnavalescas capricharam em fazer em 1948 um grande Carnaval que de fato está sendo [...] hoje, último dia do reinado de Momo, as agremiações Carnavalesca voltarão a se exibir no centro da cidade, desfilando em frente ao palanque da Federação Carnavalesca e, como tudo indica o passo das ruas vai prolongar até o nascer do sol de amanhã.²⁷

Segundo o Jornal Diário da Noite, do dia vinte e seis de fevereiro de 1955, o Vereador Antônio de Sousa apresenta à Câmara Municipal o que viria a ser lei do Carnaval. A proposta era que a Prefeitura do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura organizasse e promovesse os festejos carnavalescos do Município.²⁸ A lei tinha por objetivo a promoção da folia voltada para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Uma das medidas propostas pela regra foi a ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do Carnaval do Recife.

Em 1955 o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei nº3346, de sete de junho de 1955, oficializando o Carnaval da cidade que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC).²⁹ Em 1956, sob forte pressão popular, o prefeito recém-eleito Pelópidas Silveira, convocou a Câmara Municipal dos Vereadores, para rever a lei nº3346/1955. Segundo ele, a normatização não preservava o tradicionalismo da festa Carnavalesca recifense. Com a revogação da lei em 1956, as escolas de samba, não receberiam a subvenção paga pela Prefeitura da cidade.

²⁶ O RECIFE já está em pleno reinado de momo. *Folha da Manhã*, Recife, 7 de fev. 1948. p.12

CARNAVAL toda cidade se acha entregue as loucuras de momo. *Folha da Manhã*. Recife, 8 de fev, 1948. p.9.

DESFILE diante do palanque da Associação dos Cronistas. *Folha da Manhã*, Recife, 8 de fev.1948, p.9.

²⁷ RESTABELECIDO o prestígio do carnaval Pernambucano. *Folha da Manhã*, Recife, 10 de fev. 1948. p.2.

²⁸ PREFEITURA passa a organizar o carnaval do Recife. *Diário da Noite*, Recife, 26 de fev, 1955. p.1.

²⁹Djair Falcão Brindeiro assumiu o governo municipal em 15 de março de 1955, nomeado pelo governador Cordeiro Farias, permanecendo até 14 de dezembro do mesmo ano. Durante a sua gestão realizou diversas obras na cidade, tais como: a Restauração das fontes dos parques 13 de Maio, Praça da República, Praça 17, Maciel Pinheiro e Entroncamento. Djair Brindeiro foi Médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IPAM), foi professor assistente da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco em 1957 e 1958. Até 1961, presidiu a filial de Pernambuco de Organização de Auxílio Fraternal (OAF). PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Galeria dos Prefeitos*. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

Inúmeras matérias foram publicadas em diversos jornais recifenses provocando um debate nos periódicos sobre a forma que deverá ser conduzida a oficialização do Carnaval da Prefeitura da cidade. Diversos intelectuais procuraram dialogar uns com os outros buscando a legitimidade dos seus escritos. Foram praticamente unânimes em afirmar uma posição contrária à disponibilização de recursos públicos da Prefeitura para subsidiar as escolas de samba. Julgavam que essas práticas culturais não serviam para representar a ‘legítima’ cultura do (nosso) Estado.³⁰

De 1955 a 1964, o Carnaval do Recife passa por constantes mudanças na sua legislação. Em 1964, na primeira gestão do Prefeito Augusto Lucena, foi criada a lei nº9355, de 14 de dezembro, sendo constituída a Comissão Organizadora do Carnaval (COC), presidida pelo Secretário de Educação e Cultura, com representantes da Câmara Municipal, Federação Carnavalesca, Associação de Cronistas, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Governo do Estado e quatro outros integrantes escolhidos pelo governante municipal.³¹

Diante da problemática, esta dissertação pretende contribuir para a historiografia com a análise sobre o Carnaval do Recife na segunda metade do século XX. Em suma, analisamos o que motivou outras entidades, com a ACCR, por exemplo, após o fim do Estado Novo, a formar uma comissão na tentativa de “organizar” a folia de Momo do Recife. Assim como problematizamos, também, sobre quem são os novos organizadores do Carnaval da capital pernambucana (1955-1964). Uma vez que, a legislação da folia nesse período passa por constantes mudanças.

O reinado de Momo se torna uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: “*quem salvará o carnaval do Recife da decadência*”? Era comum nos jornais encontrar críticas aos organizadores da festa, políticos que defendiam na Câmara Municipal maiores iniciativas para restaurar a brincadeira do Recife e, sobretudo, melhorar as condições das agremiações carnavalescas. A festa de Momo se torna palco de acirradas lutas pelo poder, prestígio social e pela defesa de interesses particulares.

³⁰SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011, p.116.

³¹Idem.

A legislação que regulava a Organização do Carnaval do Recife sofreu outra modificação com a lei de nº10.537, de catorze de setembro de 1972. Pela nova lei, as atribuições da Comissão Organizadora do Carnaval (COC) passaram para a Comissão Promotora do Carnaval (CPC), vinculada à Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR). Em 1979, a Emetur torna-se a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, tendo por objetivos exercer, incentivar e desenvolver a política cultural no município. A lei do carnaval mudou, a CPC deixa de ser oficialmente a organizadora do carnaval do Recife. A nova instituição criada, Fundação de Cultura Cidade do Recife, é sancionada pela lei nº 13.535, pelo prefeito Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho em 26 de abril de 1979, sendo extinta a Empresa Metropolitana de turismo.

Assim o leitor encontrará nas páginas que seguem posturas diversas, que buscam contribuir para o estudo do fenômeno da festa, no nosso caso, o Carnaval, e os desdobramentos e vozes que nele circulam. No entanto o próprio avanço das discussões gera novos questionamentos que não cabem a este trabalho responder, mas problematizar. Durante muitos anos a folia de Momo foi considerada apenas como a maior festa da identidade nacional. Entretanto percebemos que a festa vai além disso.

Utilizaremos os registros sobre o período estudado nos jornais de circulação na cidade do Recife. Os periódicos têm contribuído para a construção de importantes pesquisas acadêmicas, pois, como afirma Tania de Luca,

[...] a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circularam pelas cidades, os conflitos os esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as “classes perigosas”, a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, a intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formaram-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.³²

Nos últimos anos as pesquisas em periódicos se tornaram comuns e relevantes em virtude da infinidade de publicações que ajudam os historiadores na construção do saber historiográfico. Para a construção deste estudo identificamos o grupo responsável pela linha editorial, pois esse diagnóstico nos permite observar as ligações que esses periódicos têm com a política e os seus interesses financeiros. Ou seja, na análise da materialidade e do conteúdo é preciso considerar os aspectos e as ideologias políticas e sociais que permeiam os escritos publicados nesses periódicos.

Durante quase dois anos, visitei o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, a Fundação Joaquim Nabuco, o Museu da Cidade do Recife, a Casa do Carnaval e tantos outros lugares, na tentativa de construir essa dissertação. Com o desenvolvimento da pesquisa, percebemos que o reinado de Momo é uma brincadeira séria. A análise da organização da festa nos leva a caminhos e problemáticas plurais. Nesse sentido, a festa configura-se como um fenômeno que constitui a manifestação do espaço vivido com toda a sua complexidade. A brincadeira tem uma função pedagógica, em que exerce o papel formador onde se devem moldar valores e condutas. Em sua

³²LUCA, Tania Regina de. História dos nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos; GRESPAN, Jorge. (orgs) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p.120.

materialidade, o lugar público da festa tornou-se objeto de esforço dos administradores para ensinar novos costumes de civilidade e de ordem pública.

Assim, os jornais Folha da Manhã, Diário da Noite, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Correio do Povo pesquisados nos meses de janeiro, fevereiro e março (1945-1964), tiveram um papel fundamental neste trabalho. Os periódicos nos permitiram adentrar no cotidiano das agremiações, das ruas antes e durante o Carnaval, porém com muita cautela, pois os discursos que circulam sobre eles carregavam uma ideologia política, partidária e interesses particulares.³³

Para Arlette Farge, os impressos são textos dirigidos intencionalmente ao público. Eles são organizados para serem lidos e compreendidos por um grande número de pessoas. Além disso, eles visam divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Em sua materialidade, o arquivo existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos.³⁴

A utilização de imagens também deram sentido a esse trabalho, não só como uma forma de comprovar ou acrescentar informações e observações sobre o cotidiano da cidade e a folia de Momo. Pois entendemos que a *“fotografia é fonte documental, reconhecemos nela uma capacidade construtiva das categorias, estruturas e práticas sociais”*.³⁵

No Recife, a Fundação Joaquim Nabuco, abriga um acervo fotográfico de mais de duzentas mil imagens entre coleções e arquivos, na sua maioria são doações de membros da sociedade local, com temas relacionados à história do Nordeste, a cultura da cana de açúcar e as manifestações folclóricas.³⁶ Desse modo, muitas imagens utilizadas neste trabalho são de fotógrafos que doaram seus acervos a Fundação citada.

Sobre a temática contemplada nessa pesquisa, duas coleções ganham notoriedade e demonstraram uma verdade paixão pelo Carnaval do Recife: a primeira, e a coleção Katarina Real, uma antropóloga ligada à Comissão Pernambucana de Folclore do Recife, que “seduzida” pelo Carnaval e sua diversidade cultural, paulatinamente, vai sendo reconhecida como “representante do folclore estadual” ao ponto de receber o título de Cidadã do Recife,

³³ O jornal *Folha da Manhã* foi criado em 21 de novembro de 1937, seu sócio majoritário era Agamenon Magalhães, interventor do Estado. O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1919 por Francisco Pessoa de Queiroz, o periódico defendia os interesses da classe conservadora. O *Diário de Pernambuco* foi fundado em 1825 por Antônio José Miranda Falcão, é um dos jornais mais antigos em circulação da América Latina. O *Diário da Noite*, foi fundado em 1929 pertencia ao grupo dos Diário dos Associados, cujo proprietário era Assis Chateaubrinand.

³⁴FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

³⁵ LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vania Carneiro de. *Fotografias: usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 44.

³⁶ Idem.

quando ocupava o cargo de secretária geral da Comissão Pernambucana de Folclore, na década de 1960. A importância da antropóloga para o estudo do Carnaval pernambucano deve-se as pesquisas que reúnem um vasto material. São textos, fotografias, gravações e entrevistas, que vem corroborar com a construção da historiografia sobre a festa de Momo recifense.³⁷

O segundo, foi Alexandre Berzin, nasceu na Letônia, no dia 31 de janeiro de 1903 e chegou ao Brasil em 1927, onde residiu por cerca de seis anos no Belém do Pará. Veio para o Recife em 1933, onde permaneceu até a sua morte em 1979. Na capital pernambucana, fundou a Foto AB (Alexandre Berzin) e foi um dos fundadores do Foto Cine Clube Recife (FCCR) em 1949, onde promoveu cursos e mostras fotográficas.³⁸ Berzin chegou a formar uma escola de fotografia que durou 36 anos, o que acarretou em uma geração de artistas. Ele é lembrado como um dos que fotografou o Recife e sua gente.³⁹

Segundo a historiadora Fabiana Bruce, Berzin era apaixonado pelo Carnaval, no entanto, era um folião passivo. Fotografava não só os passistas do frevo, mas também os caboclinhos, maracatus, e a espontaneidade do povo nas ruas.⁴⁰ Reuniu em torno de si, um grupo de fotógrafos amadores que buscavam a autonomia através da fotografia; eles estavam interessados em adquirir a arte e a técnica, participar de salões de arte, onde compartilhavam experiências e ideias. Desse modo, grande parte das fotografias que este trabalho contemplou, são resultados das gerações de fotógrafos que Berzin ensinou e motivou.⁴¹

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro é intitulado: *As estratégias para organizar o Carnaval do Recife no século XX*, no qual analisamos os aspectos da cidade do Recife no início do século XX, suas particularidades e transformações. As autoridades, nesse período, criam políticas públicas na tentativa de instaurar novos costumes e hábitos na

³⁷ BARBOSA, Virginia. *Katarina Real*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=919%3Akatarina-real&catid=46%3Aletra-k&Itemid=1>. Acesso em: 2 de outubro de 2016.

³⁸ Segundo a historiadora Fabiana Bruce, o Foto Cine Cine Clube do Recife (FCCR) foi criado um grupo de artistas que consideravam a fotografia como um meio de expressão cultural, objetivando assim, a divulgação dos costumes, da vida da cidade do Recife, seus monumentos, seu povo, e ainda mais, iniciando uma cultura e uma arte, de plasticidade admirável. O FCCR produziu artes de renomes, que se projetaram nos salões nacionais e internacionais de fotografia e cumprindo um programa de publicidade das coisas do Recife, da sua gente, muitas vezes colaborando com entidades públicas, como o **Departamento de Documentação e Cultura** da Prefeitura, a Sociedade de Arte Moderna e a Escola de Belas Artes. SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. *Caminhando numa cidade de luz e de sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950*. Recife, tese de doutorado em historia, UFPE, 2005, p.102.

³⁹ FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Mapeamento geral das coleções iconográficas*. Recife: Departamento de iconografia, p. 434.

⁴⁰ SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. *Caminhando numa cidade de luz e de sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950*. Recife, tese de doutorado em historia, UFPE, 2005.

⁴¹ Idem.

capital pernambucana. E essas medidas alcançam o nosso objeto de estudo, o Carnaval. Nesse sentido, adentramos no reinado de Momo através dos jornais e livros que falam sobre a festa, e analisamos a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana e os seus mecanismos de atuação sobre as agremiações carnavalescas e a organização da festa mais popular do Recife.

No segundo capítulo estudamos “*A força da lei na festa de Momo: o Carnaval promovido pelo Departamento de Documentação e Cultura*”. Sobre essa questão identificamos as disputas políticas e sociais em torno da festa em nome de uma “tradição”. Nesse contexto, o samba, ritmo considerado estrangeiro no Carnaval recifense, e os maracatus de baque solto sofreram investidas de intelectuais, políticos e jornalistas na tentativa relegá-los a segundo plano. Investigamos também a atuação da Secretaria de Segurança Pública na festa de Momo do Recife, suas proibições às práticas consideradas subversivas, que eram comuns nos dias de Momo. Todavia, a resistência dos populares equiparava-se a qualquer tipo de norma ou proibição. Nas páginas a seguir, veremos que as tentativas de impor ordem e disciplina no período momesco foram várias, contudo, as autoridades não contavam com a premissa de que o Carnaval não é propriamente uma festa que se dá ao povo, mas que o povo dá a si mesmo.⁴²

No terceiro capítulo problematizamos a relação das agremiações com a organização do Carnaval, onde observamos que as agremiações tinham um papel ativo na promoção da festa. Em seguida adentramos nos carnavais dos clubes fechados, marcados por decorações luxuosas e com a forte presença da alta sociedade recifense, segundo nos relataram os periódicos que eram contratados para divulgar o Carnaval dos clubes. No entanto, a rua continuava com o seu brilhantismo particular, pois quem brilhava no espaço público da festa, com ou sem decoração luxuosa, eram os foliões e agremiações, caracterizados em sua maioria pelos moradores dos subúrbios da capital pernambucana.⁴³

Desse modo, queremos convidá-lo a conhecer o Carnaval do Recife entre os anos de 1955 a 1964. Nesse período a festa foi marcada embates e interesses particulares e públicos. De um lado, sujeitos que se encantam com festa e de outro, políticos, intelectuais que vêm no Carnaval um campo fértil para a defesa de seus próprios interesses.

⁴²BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

⁴³ De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, subúrbio é caracterizado como a parte periférica das cidades, carentes de serviços, nos quais o valor da terra é baixo e o transporte, precário, sendo, por isso, seu valor locativo o único acessível às classes menos favorecidas.

CAPÍTULO I - As Estratégias para Organizar o Carnaval do Recife no Século XX

*Todo aquele que negar o prazer
que ainda aí, faça o passo e
verá que no mundo não há
Carnaval como o daqui !*⁴⁴

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.⁴⁵

Não podemos negar que o aumento populacional do Recife representou um certo receio para as elites.⁴⁶ Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso”, mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.⁴⁷

Assim sendo, junto ao desenvolvimento econômico e urbanístico, a modernidade e o progresso, revelaram mendigos, desocupados, ladrões; homens que viviam vagando “livremente” pelas ruas da cidade do Recife. Os registros nos jornais Diário da Noite, Jornal

⁴⁴ Evoé, Evoé. José Mariano da Fonseca Barbosa (Marambá) e Aníbal Portela, 1938.

⁴⁵Para maiores aprofundamentos sobre o estudo das elites no Brasil ler: CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial*, 2003; *Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

⁴⁶ A população teve um crescimento expressivo de 113 mil habitantes, em 1890, para 239 mil em 1920. Com o aumento populacional, Recife se expandia e consequente ganhava novos bairros. A Madalena, o Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea e Beberibe. REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *O Recife: história de uma Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

⁴⁷ Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Em 1904 o prefeito Eduardo Martins, nomeado pelo governador Sigismundo Gonçalves, tomou medidas disciplinadoras na cidade do Recife. Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: urbanizar, civilizar e modernizar. As elites dominantes buscavam fomentar a todo o momento a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *O Recife: história de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

do Commercio, Diario de Pernambuco e o Folha da Manhã, que circulavam na cidade do Recife, nos permitem constatar a que ponto a rebelião, a revolta e a subversão são fatos sociais corriqueiros, que a urbe sabia como administrar, reprimir ou até mesmo reconhecer rapidamente como os primeiros sinais de insatisfação.⁴⁸

O processo de modernização trouxe para a cidade grandes empresas, como a London e a Brazilian St. Ry. Conseqüentemente essa industrialização acarretou na chegada de mão de obra, sobretudo de Ingleses que chegaram para trabalhar nas fábricas.⁴⁹ Com isso, houve a necessidade de criação de locais onde esses trabalhadores pudessem realizar seus encontros, assim como também houve a necessidade de criação de um ambiente em que as práticas culturais servissem como uma distinção social. No século XX há um aumento na construção de grandes clubes fechados, visitados por uma minoria privilegiada da população, eram homens que não viviam “vagando” pelas ruas da cidade.⁵⁰ Esses cidadãos eram os frequentadores de ambientes sofisticados de clubes fechados, como por exemplo, o Clube internacional do Recife (1885), Sport Club do Recife (1905), The British Country Club (1920), Clube Alemão (1920), Caxangá Golf Club (1928) e o Clube Português (1934).⁵¹ Esses locais eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam associados das camadas populares, pois eram espaços que conferiam distinção social.⁵²

Segundo Raimundo Arrais, esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. A construção de grades em praças e jardins do Recife, visando excluir os populares de certos lugares públicos, deixa bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. São as camadas pobres do Recife que sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre as camadas populares eram

⁴⁸ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, p.120.

⁴⁹ Nos anos de 1930, o Recife já apresentava claros sinais de modernização e contrastes sociais. A cidade contava com cerca de 1.148 empresas, das mais diversas áreas de produção, possuía uma indústria têxtil expressiva, com 5.453 operários, com destaque à Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, que ficava situada no bairro da Torre. Em termos de habitação, existiam 23.210 mocambos e 23.869 prédios, com uma população que variava entre 238 mil (1920) e 348 mil (1940). PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *O Recife: história de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 08, p.59.

⁵⁰ Nessa época, os que viviam pelas ruas do Recife, eram vistos como desocupados, homens que praticavam a “vadiagem”. Para Nobert Elias, nas civilizações ocidentais modernas, ocorreu um processo que resultou na transformação das condutas, onde estes precisavam ser moldados. A esta transformação o sociólogo denominou “processo civilizador”. Assim, viver nas ruas dos centros urbanos e praticar atos desordeiros em que não controlam os impulsos, são considerados, assim, incivilizados. ELIAS, N. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. II.

⁵¹ VAINSENER, Semira Adler. *Ingleses em Pernambuco*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 10 de dez de 2015.

⁵²No terceiro capítulo desta dissertação iremos problematizar a importância desses clubes fechados como um lugar de distinção social, durante os dias de Momo.

pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de “domesticar” e disciplinar os corpos.⁵³

Nos anos de 1950, o Recife é marcado pela definição da forma urbana do Recife atual. As modificações ocorrerão sobretudo, nos bairros de Santo Antônio e São José. Áreas vizinhas, ao norte, foram ocupadas, tornando-se uma mancha contínua e compacta, abrangendo os bairros do Recife tais como: Boa Vista, Encruzilhada, Beberibe, Casa Amarela e o Poço. Houve também uma ocupação das áreas vazias da cidade, com o espraiamento da mancha urbana em quase toda a extensão territorial da cidade, incluindo a formação de outros bairros na cidade.⁵⁴ Como nos explica a historiadora Virgínia Pontual,

A cidade do Recife, nos anos 50, era diferenciada e segregada. Havia lugares onde se localizavam os estabelecimentos das empresas comerciais, bancárias e industriais; os das habitações dos seguimentos sociais médios e altos; e os de favela e mocambos. Assim as composições tridimensionais, proporcionadas pelas edificações antigas ou novas, singelas ou imponentes, foram acoplando-se, **criando lugares diferenciados não só pela arquitetura, como também pela função que exerciam-no complexo cotidiano e pelo modo de apropriação por uma população socialmente desigual.**⁵⁵

Segundo a historiadora Sylvia Couceiro, a modernização implementada nas primeiras décadas do século XX, alterou não apenas a aparência física da cidade, mas também provocou intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. Couceiro ainda corrobora com a ideia de que as elites “brigavam” para dominar os espaços públicos, sobretudo as ruas, porém não conseguem controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares dela.⁵⁶ A imagem abaixo exemplifica o quanto a população recifense, sobretudo os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento.

⁵³ ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e Confrontos*. Natal: EDUFRRN, 1998, p.80.

⁵⁴ PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001.

⁵⁵ Idem. p.54.

⁵⁶ COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920*. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.



Imagem 1: Carnaval de rua, década de 1940.

Fotógrafo: Juventino Gomes

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

Desse modo, a rua e as festas populares, sobretudo o Carnaval, tornam-se o lugar de lazer e divertimento. Para Durval Muniz, as festas, sobretudo o reinado de Momo, são espaços de negociação, de tensões, conflitos e alianças e disputas entre diferentes agentes, que se debatem e se conflitam em torno dos sentidos e significados a serem dados à festa, assim como também em torno das práticas que as constituíram, das regras que estabeleceram, permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que deve ser excluído.⁵⁷

1.1 Estratégias e táticas: Carnaval com ordem

No século XX, o Carnaval do Recife sofrer intervenções, por parte das autoridades, cujo objetivo central era manter a disciplina. As autoridades policiais e os responsáveis pela organização da folia de rua tornam mais intensos o “policimento” durante os dias de Momo, pois as rivalidades entre os clubes se transformavam muitas vezes em violência. Segundo Rita de Cássia Barbosa Araújo:

⁵⁷ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar*. Revista Patrimônio e memória, UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7,n.1,pp.134-150, jun.2011.

As agressões e os insultos, a princípio verbais e gestuais, facilmente degeneravam em lutas sangrentas. A violência era uma constante no cotidiano da cidade e, mais ainda, por ocasião das grandes aglomerações populares, como no Carnaval. Desfile num clube era um ato de prazer, satisfação e orgulho, mas também o era de desafio e coragem.⁵⁸

Com a força e a popularidade das agremiações carnavalescas, nas primeiras décadas do século XX, começa a existir uma mudança de postura dos políticos, da imprensa e da polícia com relação aos folguedos, pois o “mostro popular”, ano a ano estava tomando conta das ruas e almejava ganhar autonomia.

As elites locais e as autoridades percebendo que as agremiações tinham um poder de organização social e sindical resolveram mudar suas posturas com relação às formas de divertimento dos populares. Considerando-se que organização do Carnaval, até então, era descentralizada, ou seja, eram os grupos que buscavam o patrocínio para confeccionar suas fantasias, realizando assim bailes, rifas, sorteios e ainda circulavam pelo comércio com o seu “livro de ouro”; tinham autonomia para decidir os dias do desfile, o itinerário, horário, trajes e repertório. Só sendo necessária autorização da polícia. Os prêmios eram oferecidos pelo comércio. O Estado só ficava responsável por regulamentar os festejos, cuidando para que nada fugisse do sossego e dos bons costumes.⁵⁹

Com a realização do Congresso Carnavalesco, no ano de 1910, houve uma tentativa das elites e das autoridades de ter o domínio sobre o Carnaval e principalmente controlar as agremiações Carnavalescas. Já aos grupos carnavalescos, interessava-lhes o reconhecimento social.

Seus dirigentes pretendiam reforçar e padronizar os estatutos das sociedades Carnavalescas, retirando-lhes autonomia e poder de decidirem sobre seus próprios destinos; como também tentaram interferir na forma de exibirem-se em público, redefinindo padrões de comportamentais e estéticos, incentivando, por exemplo, a substituição das “arcaicas vestimentas” por eles consideradas improprias e ridículas.⁶⁰

⁵⁸ARAÚJO, Op. Cit p.355.

⁵⁹O “livro de ouro” era uma prática das agremiações carnavalescas, que para angariar recursos, os seus líderes visitam as indústrias e o comércio para obter dinheiro e assim conseguir custear as suas despesas. Com a regulamentação do Carnaval, o atraso da subvenção fazia com que muitos grupos passassem por dificuldades financeiras. Sendo o “livro de ouro” uma das muitas manobras que agremiações encontravam para conseguir sobreviver.

⁶⁰ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. DIP DOPS no frevo: Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco (1930-1945). In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org). *Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife, Ed. UFPE, 2008, p.88.

As ideias do Primeiro Congresso Carnavalesco não conseguiram se consolidar, com a substituição dos grupos políticos locais após o Movimento Salvacionista.⁶¹ Os projetos idealizados no evento só se concretizaram na década de 1930 com a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE), durante o Estado Novo.⁶²

Dando continuidade às tentativas de controle social, na década de 1920 no Recife se popularizaram dois chefes de polícia que ficaram muito conhecidos na época: o inspetor de polícia Ramos de Freitas e o chefe de polícia Souza Leão. Eles ganharam a fama de autoritários e rigorosos quando o assunto era controlar os hábitos das camadas populares, considerados impróprios pela burguesia. Esses chefes de polícia se utilizavam de vários mecanismos para o controle da ordem na cidade do Recife, principalmente nas festas populares, como o Carnaval. Souza Leão, por exemplo, impôs várias regras para coibir algumas práticas realizadas pelas camadas populares, uma delas foi a fixação de horários para o término dos divertimentos, assim como também, ele tentou impor regras de comportamento que fossem compatíveis com a vida dos centros urbanos modernizados e civilizados.⁶³

Portarias e normas foram criadas, tais como a de *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões*, criada em 1927. Posteriormente, foi criada a Inspetoria de Polícia caracterizada como: *Seção de Teatros e Diversões Públicas*, que era responsável pela monitoração e fiscalização dos espaços de diversão públicos e privados. Essas regulamentações e instruções estabeleciam regras minuciosas para os teatros e diversões.⁶⁴

A partir dessas portarias inicia-se uma rede controle que extrapola os limites da coação física, pois o poder agia sobre esses homens e mulheres, não para supliciá-los, mas para “adestrá-los”, impor novas formas de civilidade, comportamentos e atitudes. O tempo e o

⁶¹ O Movimento Salvacionista foi um movimento idealizado pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). A política salvacionista baseou-se em intervenções militares nos Estados. Em Pernambuco, os populares atuaram ativamente no movimento, embora as massas urbanas tenham sido manipuladas pelos políticos e intelectuais. Hermes da Fonseca beneficiou aliados políticos que estavam ligados às oligarquias menos influentes que apoiavam o seu governo, destituindo forças oligárquicas tradicionais. Sobre o Movimento Salvacionista ler: ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e Confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.

⁶² VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

⁶³ ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiro enunciado de Modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. *Revista do departamento de História e Ciências Sociais*, UFG, v. 7, p. 101-121, 2010.

⁶⁴ Entende-se por diversões públicas clubes de futebol, cavalos-marinhos, fandangos, centros espíritas, associação beneficente, bumba-meu-boi, agremiação de Carnaval, maracatu, pastoris, cabarés e casas de cômodos. COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira. *Os Anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp.83-114.

espaço passam a serem controlados. Portanto não bastava apenas olhar os brincantes, ou ver se agiam de acordo com as regras de “civilidade”. Fazia-se com que eles soubessem os olhos da vigilância estavam a observá-los enquanto durasse o divertimento.

As licenças duravam de três a quatro dias, dependendo do tipo de divertimento. No entanto alguns ofícios de liberação da diversão deveriam ser renovados anualmente, ou seja, o tempo da licença variava de acordo com a modalidade da brincadeira. Porém, mesmo recebendo a licença para o seu funcionamento e exibição, de acordo com as normas pré-estabelecidas, a presença da polícia durante as apresentações era comum, pois cabia aos policiais fiscalizar e determinar o que deveria ser apresentado e o horário para término da brincadeira. Podemos citar como exemplo uma carta enviada ao Chefe de polícia pelo Presidente da Troça Carnavalesca Mista Pão Duro:

Amaro de Freitas Lima, Presidente da Troça Carnavalesca Mista Pão Duro, residente na rua da Jangada nº22 terceiro distrito de São José, vem muito respeitosamente pedir a V.Ex.^a que se digne conceder-lhe a necessária licença para os ensaios e exhibir-se no Carnaval próximo. ⁶⁵

Outro exemplo é o pedido de Salustiano José Tenório, solicitando Licença anual para a apresentação de um Cavalo Marinho durante o ano de 1932:

Salustiano José Tenório, pretendendo fazer funcionar, **livremente, durante o período de 1932**, um divertimento popular denominado “Cavalo Marinho” e exhibir-se no próximo Carnaval, requer a V.Ex.^a que se digne de conceder-lhe a necessária licença, o qual é situada na Avenida Afonso Olindense na Várzea. Nestes termos; **(grifos da autora).**⁶⁶

Eles resistiam e burlavam as normas de diversas maneiras: a primeira dela devia-se à própria fragilidade do sistema de vigilância; a segunda era subversão feita pelos populares, muitas vezes inconscientemente, ou até mesmo utilizando-se de táticas de negociação. Segundo Certeau, nem todos os sujeitos se apropriaram do discurso, ou seja, a sociedade não se reduz ao discurso o qual o poder utiliza para obter o controle social, a relação dos sujeitos não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições dos poderes sociais. Assim a análise de Michel de Certeau sobre o cotidiano, revela aquilo que o autor chama de “micro-resistências”: que fundam “micro-liberdades”. Essas “micro-resistências” são utilizadas por gente simples, que infringe a lei “debaixo do nariz” do poder, é uma

⁶⁵Livro de petições da SSP. Acervo APEJE, 12/2/1931.

⁶⁶Ibidem. ,25/01/1932.

subversão silenciosa, muitas vezes sem o propósito de desrespeitar o estabelecido pelo poder, mas que tempera o cotidiano da cidade.⁶⁷

Portanto no século XX a rua e os divertimentos passam a ser controlados e constantemente vigiados. O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura, segundo normas que vinham de cima, e os esclarecimentos e ordenações escorriam dos estatutos superiores aos inferiores. As pressões em favor da reforma, civilidade e ordem sofriam uma resistência teimosa dos populares.⁶⁸

Essa “teimosia” e resistência do povo recifense podem ser vistas e problematizadas no Carnaval. No entanto sua história deve ser “vista de baixo”, para não ser reduzida a um simples exercício de resistência dos populares, uma vez que o reinado de Momo vai, além disso, revelando problemas de cidadania, política, desigualdades sociais, econômicas e de gênero.

De acordo com Leonardo Dantas, por muitos anos houve uma preocupação por parte das autoridades de reprimir o Carnaval do Recife. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só dos administradores políticos. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que, ao saírem para as ruas, durante a brincadeira, solicitavam antes a proteção policial.⁶⁹

Os dirigentes políticos e policiais sempre estiveram conscientes da importância e eficácia das festas públicas como elementos de coesão, integração social e com capacidade enorme de mobilização política, esse dado é importante para revelar a manipulação em torno das mesmas, seja quanto às repressões ou quanto às mudanças de seus significados. Sempre regulando para que nada fugisse da ordem pública, os gestores se esforçavam para estar tudo dentro dos limites toleráveis e em meio à paz social. Sendo percebidas três grandes tendências na forma de lidar com as manifestações da cultura popular: a vigilância, a ordem e a força policial.

Os anos trinta do século XX foram marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos, e essa violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades, mais também dos empresários da época.

(...) no Carnaval, dois clubes rivais encontraram-se numa rua da Ilha do Leite, “ os maiores das duas agremiações convieram que não houvesse briga pois, recuar,

⁶⁷CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

⁶⁸THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁶⁹SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para história social do Carnaval do Recife. In: Maior, M. S; Silva, L.D. *Antologia do Carnaval do Recife*. Recife: Massangana, 1991.

nenhum deles admitiria. Aproximaram-se, os estandartes se cumprimentaram, as fanfarras emudeceram, as multidões se cruzaram em silêncio. De repente, ‘cedendo aos nervos tensos’, grita alguém: ‘Fala da mãe desse corno, Zé!’. Foi a ordem de avançar, ressuscitando-se os ominosos tempos dos carnavais de sangue.⁷⁰

Essa desordem nos dias da festa é um dos argumentos dados na década de trinta para consolidar a necessidade da criação da Federação Carnavalesca Pernambucana, os argumentos que justificavam o seu surgimento era que a alta sociedade estava interessada no progresso do Estado, no entanto se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do Carnaval e da ordem. A FECAPE foi criada em 1934 e ficou responsável pela organização da festa até 1945. Entretanto, em 1955, ela ainda tentava de várias maneiras permanecer com o mínimo da força e prestígio que tinha antes.

Entre os anos de 1937 a 1945, a festa nos clubes do Recife foi amplamente privilegiada, em detrimento da folia nas ruas. Enquanto que nas ruas da cidade a organização era feita por clubes de alegorias, clubes pedestres, maracatus, caboclinhos, bandas de músicas e grupo de mascarados.⁷¹ Segundo Almeida, "A tentativa de reorganizar o Carnaval do Recife na década de 1930, reflete o desejo do Estado e da elite de encontrar uma saída para o reinado de Momo provinciano, que deveria ‘civilizar-se’”. O jazz foi eleito como o ritmo adequado aos clubes sofisticados da cidade. O frevo passou a ser considerado a “alma mestiça do povo”, razão pela qual a descendência branca, europeia, deveria "brincar" o Carnaval sob um ritmo nobre, moderno e civilizado. O frevo era dança de negro que andava pela rua fazendo desordem.⁷²

⁷⁰SILVA, op. cit, p.72.

⁷¹FERREIRA, Ascenso. *Ensaio folclóricos*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1986.

⁷² ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2001, p.149.



Imagem 2: Folião fazendo o passo durante o Carnaval do Recife na década de 1930. Pela falta de calçamento, tudo indica que era o Carnaval do subúrbio (uma das vilas de Agamenon Magalhães)

Foto: Alexandre Berzin.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Deste modo, criação Federação Carnavalesca Pernambucana deve ser vista como um dos muitos resultados de institucionalização do Carnaval da cidade e controle do chamado “mostro popular”. Para Lima, as elites locais precisavam ter o controle sobre o reinado de Momo, acabar com a violência; precisavam livrar a urbe dos “perigosos homens negros e pobres”. “Homens e mulheres que dançavam livremente pelas ruas durante os dias dedicados a festa”.⁷³

1.2 A criação da Federação Carnavalesca Pernambucana

A Federação Carnavalesca surgiu no dia 3 de janeiro de 1935. Ela foi idealizada por políticos; comerciantes; industriais estrangeiros, prestadores de serviços e jornalistas. As

⁷³LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e a África. História dos maracatus nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000)*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado em História, UFF, 2010.

indústrias estrangeiras eram bastante conhecidas dos populares, sobretudo das camadas pobres, que muitas vezes não simpatizavam com as mesmas, pois as viam como exploradoras em seus serviços e, além disso, só permitiam trabalhadores de seu país de origem, como era o caso da empresa norte-americana Electric Bond and Share, cujo presidente era J. Pinheiro, tesoureiro da Federação, só permitia funcionários de nacionalidade norte americana.⁷⁴ Ou seja, patrocinar o carnaval poderia ser entendido como uma estratégia dos dirigentes dessas indústrias e companhias para criar uma melhor imagem diante do público, ou seja, fazer com que fossem mais populares.

Para Rita de Cassia Barbosa de Araújo, a preocupação dos grupos de executivos das companhias estrangeiras não estava centrada no desejo de sanar os conflitos existentes nas ruas da capital pernambucana durante o Carnaval, mas sim fazê-lo um instrumento para que as grandes empresas pudessem criar vínculos com as camadas populares, e assim ganhar mais prestígio e aumentar os seus lucros.⁷⁵

A diretoria da Federação Carnavalesca era composta por grandes comerciantes e empresários, com exceção de Mario Melo, que já tinha contato com as agremiações carnavalescas muito antes da criação Federação. É válido lembrar que, pelo estatuto da FECAPE, nenhum membro deveria ser dirigente de alguma agremiação.⁷⁶ Esses fatos corroboram na defesa de que a instituição foi criada para atender a uma demanda política e econômica.⁷⁷ Em uma carta anônima publicada no Jornal Pequeno o leitor faz sérias críticas à ligação do jornalista Mario Melo com os industriais.

Você, meu caro amigo Mário Melo, deixou-se embromar pelas lábias de poderosos da Tramways, companhia estrangeira e que não mede despesa, quando se trata de atrair para seu rebanho ovelhas tresmalhadas. A Pernambuco Tramways sondou o terreno, ela sabe o quanto nosso povo é dado as questões Carnavalescas... eureka!... e a Tramways descobriu o nosso fraco... Enquanto se cuida de Carnaval, da Federação, de Duarte Coelho etc. etc. vai ela de mansinho, cuidando do seu interesse imediato, horário de bondes, leis de privilégios, inovações de contratos etc. e a imprensa... moita e ouça.... Enquanto isso, o público está sentido que corre com fragor o dinheiro americano, o calaboca dos nossos salvadores. Enquanto o pau vai

⁷⁴ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. DIP DOPS no frevo: Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco (1930-1945). In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org). *Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife, Ed. UFPE, 2008.

⁷⁵Ibidem.

⁷⁶ Art. 11º -Não poderá permanecer à Diretoria quem exerça cargo em qualquer clube filiado ou dele seja sócio efetivo. Se Depois de eleito, vier a pertencer a qualquer clube filiado, o Membro da Diretoria será considerado renunciante. ANUÁRIO do Carnaval Pernambucano 1938. Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938, s.p.

⁷⁷VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A F(r)esta do estado e o Brinquedo para os Populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

e vem, a Tramways vem se infiltrando, e você meu e você meu caro Mário Melo (que pena!), vai perdendo a confiança dos que lhe admiram. ⁷⁸ (sic)

Durante muitos anos a Federação Carnavalesca ocupou o lugar de principal órgão aglutinador do Carnaval, conforme seus criadores tinham expressado. O Anuário da Federação Carnavalesca, 1938, publicava que a entidade objetivava diminuir as rivalidades entre os grupos assim como criar uma maior disciplina e equidade na distribuição da verba para as agremiações.

ANO	INVESTIMENTO TOTAL DO MUNICÍPIO	VALOR DESTINADO A CONTRIBUIÇÕES, SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS DIVERSOS	INVESTIMENTO AUXÍLIO AOS CLUBES CARNAVALESCOS
1937			25.000\$000
1938			12:000\$000
1939		275:432\$000	NÃO RECEBEU
1940		148:200\$000	15:000\$000
1941	18.687:588\$700	182:400\$000	15:000\$000
1942	19.467:297\$800	182:400\$000	15:000\$000
1943	19.493.079,00	189.000,00	15.000,00
1944	22.989.697,00	234.000,00	15.000,00
1945	27.135.861,00	178.200,00	15.000,00

Tabela 01: verba destinada às agremiações carnavalescas no período de 1937 a 1945

Fonte: SANTOS, Mário Ribeiro dos (2010, p.198)

A verba destinada aos grupos permaneceu com poucas alterações entre os anos 1937 a 1945. Com a promulgação do Estado Novo, uma parte do orçamento do município é oficialmente destinada a subvencionar as agremiações carnavalescas. É válido lembrar, que nenhum outro ciclo festivo tais como São João e o ciclo natalino recebiam oficialmente uma ajuda financeira do Estado. Como já foi dito anteriormente, as agremiações carnavalescas

⁷⁸ONTEM, Hoje e amanhã. *Jornal Pequeno*, Recife, 15 de fev. 1935. p. 9.

ganham notoriedade por vários motivos, dentre eles, a necessidade do Estado de estar junto a esses clubes, não só para conseguir votos, mas também era uma forma de controle social.⁷⁹

Apesar de manter invariável durante muitos anos o investimento público na organização das festividades Carnavalescas e da desvantagem no momento da distribuição do dinheiro entre os próprios clubes (...) o patrocínio oficial do Estado vincula-se a uma conquista da Federação, fato que desencadeia nos grupos uma espécie de comportamento submisso, cujo modelo era definido em estatuto, frequentemente revisto e consertado pelo Conselho Consultivo da FECAPE. Uma forma de manter as camadas populares disciplinadas, vivenciando “fatos que nos educam” e reproduzindo modelos que elevem o sentimento nacionalista defendido pelo Estado Novo.⁸⁰

Sete anos após o golpe do Estado Novo, ainda era possível observar a preocupação do interventor Agamenon Magalhães com controle social da população. O país enfrentou um período político turbulento. O medo das ideias de esquerda torna-se comum no Recife. O pensamento comunista começa a ferver na cabeça dos militantes e na grande maioria da população pobre da urbe. E a Federação Carnavalesca vai atuar como uma grande mentora dessa ideologia repressora do Comunismo.⁸¹ A instituição procurava remodelar o espaço público da festa; controlar o comportamento dos foliões, inserir novos hábitos. Assim, todos os comportamentos que não estivessem nesses moldes, eram considerados obstáculos para a inserção da ordem no Carnaval do Recife.

(...) cada associação Carnavalesca em um núcleo educativo; proibindo qualquer preocupação político-partidária; guerreia as atividades subversivas da ordem constitucional vigente no país; defende o respeito à lei e à autoridade pública encarregada de aplicá-la, transforma os fúteis motivos carnavalescos em oportunos pretextos para fortalecimento no nativismo sadio e construtor.⁸²

A FECAPE tinha em seu estatuto o direito de participar periodicamente de todas as atividades realizadas pelas agremiações, desde as reuniões de formulação dos regulamentos, escolha da diretoria até o planejamento do calendário anual, opinando nas festas, na inclusão de palestras, de seminários e outros eventos, que contribuíssem para o fortalecimento da unidade da pátria, alimentando ideia de nacionalidade, porém sem desviar as características tradicionais do Carnaval pernambucano.

⁷⁹SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalesca nas ruas do Recife (1930-1945)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2010.

⁸⁰Idem, p.198.

⁸¹ Idem, p.200.

⁸²ANUÁRIO do Carnaval Pernambucano 1938. Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938, s.p.

Nos anos de 1930, a Federação Carnavalesca tinha em seu discurso a valorização do regional, exaltando, na maioria da população, o espírito patriótico e exótico, com fantasias inspiradas nas mais diferentes fases da história de Pernambuco. Para Durval Muniz, o discurso regionalista é muito mais do que uma ideologia das classes dominantes em uma determinada região. Ele apoia-se em práticas e na produção de uma sensibilidade regionalista, de uma cultura que tem como efeito ser incorporada por várias camadas da população. O regionalismo vem contribuir para colocar a ideia de região em outro patamar, legitimá-lo.⁸³

Incentivados pela Federação, começam a circular pelas ruas da cidade pessoas da “alta sociedade” fantasiadas, fazendo alusões aos grandes nomes das revoluções que ocorreram em Pernambuco. Os organizadores da festa consideravam positiva essa adesão, pois a partir do momento que uma parte da população vestia-se de personagens que representavam a história do Estado, eram introduzidas as ideias nacionalistas. Nesse sentido, as fantasias carnavalescas adquiriram uma função político pedagógica.

⁸³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5^a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Imagem3: Fantasia de pitanga (Carnaval de 1938)

Fonte: Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco



Imagem 4: Fantasia de Maurício de Nassau - Carnaval de 1938
Fonte: Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.
Acervo: Fundação Joaquim Nabuco



Imagem 5: Fantasia de manga (Carnaval de 1938) Podemos observar que a Federação Carnavalesca mostrava até as cores que deveriam ser usadas.

Fonte: Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

A Federação Carnavalesca comemorava o êxito das fantasias de cunho nacionalista. Essa nova ideologia patriótica funcionou como uma espécie de doutrinação sobre a festa de Momo. A Federação considerou satisfatório no Carnaval de 1937. As fantasias propostas pela Instituição buscam a todo custo individualizar os foliões. E, para consolidar ainda mais a sua ideologia, a federação organiza o Anuário do Carnaval Pernambucano, cujo objetivo era ampliar a propaganda de fantasias de cunho nacionalista, criando assim, na maioria da população, novas posturas e hábitos. Ou seja, a FECAPE mostrava no Anuário o que ela espera encontrar pelas ruas da cidade nos dias de Momo.



Imagem 6: Sr. Benedito da Novidade Santos, membro do conselho fiscal da Federação Carnavalesca, traje de gala de Felipe Camarão (esquerda). Figura de frente da Troça Carnavalesca Linguarudos, traje de João Fernandes Vieira (direita).

Fonte: Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Com essas iniciativas, a Federação deseja criar uma nova forma de disciplinar o Carnaval da cidade. E era esse controle que o interventor Agamenon Magalhães se utiliza para “disciplinar os corpos”. Tudo era feito de tal forma que os foliões nem percebessem o controle, no entanto a resistência era latente. O que o povo queria mesmo era “cair no passo”.⁸⁴ A fotografia a seguir ilustra que os populares, em sua grande maioria, não aderiram as “sugestões” de fantasias para o Carnaval de rua recifense, seja por questões financeiras, que os impossibilitava de brincar nos moldes da federação, ou até mesmo, por não terem acesso ao Anuário.

⁸⁴Além dessas medidas, o interventor fomentava constantemente sua imagem nos jornais da cidade, como o homem responsável por colocar em ordem o carnaval do Recife. Agamenon Magalhães fundou dois jornais: *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde* para fazer propaganda de suas ideias políticas. Utilizando-se assim, dos meios de comunicação onde buscava justificar sua política de controle e ordem.



Imagem 7: A fotografia ilustra que o que povo queria mesmo era “cair no paço” Carnaval do Recife, década de 1940.

Fotografo: Alexandre Berzin

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Para Chartier, tanto as práticas culturais quanto os bens simbólicos constituem objetos de lutas sociais, em que está em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração. Ao aderir às fantasias de Carnaval “recomendadas” pela Federação, uma camada da população legitimava a sua posição social. Desse modo, para compreender a sociedade, é preciso situá-la nesse espaço de enfrentamentos entre as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos de dominação simbólica versus as lógicas específicas em funcionamento dos usos de apropriação do que é imposto.⁸⁵

⁸⁵CHARTIER, Roger. *Cultura Popular revisitando um conceito historiográfico*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, no. 16, 1995, p. 185.

Com a criação da FECAPE, em 1934, os laços entre a indústria, o comércio e o Carnaval ficam mais estreitos. A Federação carnavalesca contribuiu para desenvolver as indústrias pernambucanas, além disso, elas encontraram na FECAPE uma grande oportunidade para divulgar os seus produtos, além de contribuir para a promoção da festa, com a distribuição de prêmios entre as agremiações filiadas.⁸⁶

Aos clubes, blocos, troças, maracatus e caboclinhos que melhor se apresentarem nos festejos carnavalescos de 1938, destinará a Federação Carnavalesca Pernambucana um prêmio constante de cinco taças [...] Também os srs. Alberto Lundgren&cia. Ltd., ao encontro da Federação Carnavalesca no intuito de promover, este ano, Uma série de concursos patrocinados por firmas comerciais e industriais do Estado, em benefício dos clubes, e demais agremiações filiadas [...] Para concorrer a este certâmen basta que as associações filiadas a Federação Carnavalesca Pernambucana, adquiram os tecidos para confecção de suas fantasias por intermédio daquelas lojas em qualquer uma das filiais dessa cidade à rua Larga do Rosário, Rua João Pessoa e Encruzilhada, 13. As “LOJAS PAULISTAS” fornecerão uma “nota de venda” que deverá ser apresentada por ocasião do julgamento. Para o julgamento será incorporado à comissão julgadora dos demais concursos um membro designado pelas LOJAS PAULISTAS.⁸⁷ (sic)

Segundo o Artigo 17º do Estatuto da Federação, a diretoria de honra era composta pelo governador do Estado, pelo Prefeito do Recife, pelo presidente da associação comercial de Pernambuco, pelo Presidente da Rádio Clube de Pernambuco e pelo presidente da Associação dos comerciantes e varejistas de Pernambuco. O comércio e as indústrias pernambucanas ganham notoriedade e vultosos lucros durante a década de 1930. Essas empresas atraíam um público que ia além das fronteiras das agremiações, elas adentravam nas casas dos foliões, aguçavam os seus desejos de consumir os seus produtos. Elas recebiam o apoio da interventoria de Agamenon Magalhães, principalmente as empresas que lançavam Pernambuco em nível nacional e internacional. O interventor foi um grande defensor da mão

⁸⁶ A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) foi fundada em 1939, a instituição desde sua criação, era liderada por grandes nomes da sociedade pernambucana, tais como Cid Sampaio, eleito governador de Pernambuco em 1959-1962. Durante muitos anos a Federação das Indústrias e a federação do comércio ajudaram as agremiações carnavalescas, que visitavam as fábricas e o comércio, em busca de auxílio para o Carnaval, com os seus “livros de ouro”. Em pesquisa realizada no acervo da FIEPE não encontrei registros de como funcionava essa ajuda financeira, mas os jornais de circulação na cidade relataram que isso era uma prática comum no Carnaval do Recife, principalmente antes da criação da federação carnavalesca, pois não existia nenhuma lei oficial tanto estadual quanto municipal para subsidiar os clubes carnavalescos.

⁸⁷ ANUÁRIO, op.cit.

de obra local e especializada. Além disso, ele contribuiu para consolidação de uma consciência patriótica dentro Estado.⁸⁸



Imagem 8: Sugestões de fantasias para o Carnaval de 1938. Desfile realizado pela Federação Carnavalesca Pernambucana.

Fonte: Anuário da Federação Carnavalesca Pernambucana

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

O controle da FECAPE vai além das fronteiras dos clubes, blocos e troças e das passarelas, penetrando nas residências dos seus filiados por meio de cartas convites, diretamente enviadas pela diretoria. Eram convites para comparecerem a reuniões, palestras, debates, e ouviam programas pelas ondas de rádio, que junto ao Estado prestavam o serviço de modelação das massas. No rádio, por exemplo, a população ouvia o que o interventor desejasse e o que FECAPE selecionava.⁸⁹

Paulatinamente, o Carnaval foi sendo apropriado pelas elites políticas e forjando seu sucesso como resultado do apoio político local. O auxílio de ordem material e moral

⁸⁸Para maiores informações sobre o desenvolvimento da indústria e do comércio na década de 1930 ler: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984, pp. 29-34.

⁸⁹SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações Carnavalesca nas ruas do Recife (1930-1945)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2010.

eram garantidos pelo governo à FCP (**Federação Carnavalesca Pernambucana, comentário meu**), ainda que não passassem de promessas vazias, como forma de obter apoio das camadas populares brincantes. O Carnaval tornou-se uma política pública, porque os políticos do Estado pareciam ter entendido as possibilidades que poderiam ser trabalhadas pelo Estado junto à população como um uso pedagógico da festa de Momo. Defender o Carnaval dirigido representou, nos anos de guerra, a defesa do próprio Estado Nacional.⁹⁰

A Federação Carnavalesca deveria ficar por dentro de tudo o que acontecia nas agremiações. Todas as reuniões internas e ensaios deveriam ter no mínimo a presença de um membro da diretoria da Instituição e a autorização da Secretaria de Segurança Pública, caso contrário, a agremiação poderia ser desfilada. Cabia ao presidente da agremiação ir até a sede da FECAPE e solicitar a abertura de uma portaria:

Tendo o Clube Carnavalesco Mixto Vassourinhas, de realizar em sua sede social, sita a Rua Vidal de Negreiros N° 307, uma sessão ordinária às 20 horas, amanhã, vem solicitar de V.S um representante desta repartição, para assistir o desenrolar da mesma. Nestes termos. Pede deferimento.⁹¹

1.3 Os “últimos” passos da Federação Carnavalesca Pernambucana

A Federação ficou responsável pela organização do Carnaval do Recife até 1945, no final do Estado Novo, ano marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, o conflito parecia ser o menor problema para a Federação. Logo os boatos de que não haveria festa de Momo naquele ano foram suprimidos, a Instituição divulgava constantemente nos jornais que haveria Carnaval. A mobilização para a realização da festa de Momo começou no início do ano. A FECAPE convocou blocos, troças, maracatus e clubes, para começarem a pensar e preparar a festa, com o tema: “*Carnaval da vitória e da paz*”.

⁹⁰VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A Festa do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010, p.155.

⁹¹SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Decretos*, Pernambuco, 1941.



Imagem 9: Carnaval de 1945
Foto: Alexandre Berzin
Acervo: Museu da Cidade do Recife

Assim, o sucesso do Carnaval de 1945 era propagado em todos os jornais. A ideia era não deixar transparecer as incertezas políticas do país e a crise internacional.⁹² Os que estavam no poder tinham que tinham interesse de propagar o Carnaval do sucesso, tinham o controle total dos meios de comunicação. Agamenon era um dos sócios fundadores dos periódicos *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*; Mário Melo (Secretário da Federação Carnavalesca) era jornalista do *Diário da Noite*, *Jornal Pequeno* e se utilizou muitas vezes das suas colunas nos jornais, para defender a instituição da qual fazia parte, a FECAPE.

O Carnaval é o assunto da cidade. Os festejos desse ano já não se podem negar, marcaram êxito iniludível. O resultado da campanha feita pela Federação Carnavalesca Pernambucana, agrupando nada menos de setenta clubes, blocos, trocas caboclinhos e maracatus, a ajuda expressiva do comércio e indústria pernambucana, os bailes que se anunciaram, as providencias tomadas no que diz

⁹² APRESENTARAM-SE no Carnaval deste ano, sob o controle da Federação Carnavalesca Pernambucana, setenta e oito agremiações fizeram o Carnaval de rua. Aminado e brilhante o Carnaval de 1945. *Folha da Manhã*, Recife, 13 de fev, 1945. p.3.

respeito á decoração e iluminação extraordinária das principais artérias da cidade. ⁹³
(sic)

Para Sirinelli, os intelectuais são, por seu ofício, os detentores dos sentidos das palavras: eles forjam e as transmitem. Seu papel dentro das culturas políticas e dos processos de memória é constituir uma “realidade” histórica inegável. Assim não podemos negar a ligação dos intelectuais e a cultura política.⁹⁴ Eles criam ideologias e os fenômenos de atração. Os intelectuais do século XX empenharam-se em transformar uma opinião privada em uma expressão pública, de modo que a história dos intelectuais é indissociável da história cultural, que é a história da circulação de sentidos no seio de uma sociedade. Desse modo, Mário Melo e Agamenon Magalhães foram intelectuais que se engajaram em propagar suas ideologias políticas e sociais, utilizando-se dos meios de comunicação.⁹⁵

O que observamos nos jornais foi uma tentativa de consagrar o Carnaval como a festa da alegria do povo. Habitadas ao modelo de festa feito pela FECAPE, as agremiações ficaram apreensivas, pois era melhor ser subvencionada pela Federação do que ficar sem subsídios para confeccionar as fantasias e os demais gastos financeiros. No entanto o que todos temiam aconteceu. A Instituição perde força com o fim do Estado Novo. Em dezembro 1945, Getúlio Vargas foi deposto e junto com ele foram todos os seus interventores, dentre eles Agamenon Magalhães, que só voltaria mais tarde através do voto nas urnas. Quem assumiu o governo do Estado foi o General Demerval Peixoto, indicado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

⁹³ CARNAVAL de 1945. *Folha da Manhã*, Recife, 18 de jan. 1945. p.12.

Em uma notícia da *Folha da Manhã* de 1945, o jornal rende agradecimentos aos diretores da FECAPE, João Lemos, Mario Melo, Rafael Alves e Armando Moreira Pinto que segundo o periódico iniciaram uma campanha no sentido de amparar as agremiações. A Federação Carnavalesca Pernambucana conseguiu arrecadar Cr\$ 62.900 para a promoção das festividades daquele ano. *VESPERAS* de Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 25 de jan. 1945. p.10.

⁹⁴ Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo representante da sociedade num dado país e num dado momento da sua história. BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: Cecília Azevedo. [et al.] (Orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.39.

⁹⁵SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: Cecília Azevedo. [et al.] (Orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.



Imagem 10: Carnaval de rua de 1945

Foto: Alexandre Berzin

Acervo: Museu da Cidade do Recife

No reinado de Momo de 1946, a Instituição entra em colapso, e em 1947 a crise se agravou.

A justificativa do Interventor Federal era a indisponibilidade dos recursos; contudo quando o Secretário da Fazenda foi procurado pelos integrantes de agremiações filiadas a Instituição, a fim de que houvesse notícias da possível crise que assolou as finanças do Estado, o Secretário foi categórico em dizer: não se passa de um boato. A situação dos cofres públicos está ótima! O não financiamento do Carnaval era mais partidária do que diziam os promotores do Carnaval dirigido.⁹⁶

O fato é que a Federação foi criada e fomentada pelo governo anterior, desse modo, a Federação foi afetada pela falta de investimento do Estado. Os recursos recebidos por ela não davam para custear nem a metade do que a mesma precisava para promover o Carnaval. O auxílio do governo era de 50 mil Cruzeiros, e passou para 8 mil (BRZ). Segundo o jornal Folha da Manhã, a falta de auxílio do governo à festa de Momo estava prejudicando não só as

⁹⁶VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010, p. 172.

agregiações e o povo, mas também a economia do Estado, uma vez que o fluxo de turistas estava diminuindo.⁹⁷

No ano de 1947 a FECAPE deixou de ser também a intermediária entre a Secretaria de Segurança Pública e as agregiações. O Estado passou a ser a entidade organizadora da festa. Em resposta, a Federação se recusou a auxiliar o governo na promoção da festa, deixando visíveis as divergências políticas. Diante da querela, a instituição convidou todas as agregiações a não tomar parte do período momesco realizado pelo Estado. Naquele ano, inicia-se em Pernambuco a greve das agregiações carnavalescas. Os carnavalescos se uniram, não em prol da Instituição, mas em defesa das suas agregiações e da festa de rua.⁹⁸

Concordamos com o historiador Mário Ribeiro Santos quando ele afirma que:

Ao reunir pessoas da mesma classe social, as agregiações carnavalescas afirmam por meio dos cantos, danças e fantasias, as próprias práticas culturais de seus integrantes, convertendo os momentos de lazer nas ruas, em espaços de defesa dos interesses de cada grupo ou pessoa, e na busca por melhores condições de vida e de trabalho. Criam maneiras próprias de dialogar com as estruturas sociais vigentes, a partir de interesses nascidos no interior do grupo e disseminados para a sociedade através das brincadeiras.⁹⁹

Os dirigentes das agregiações carnavalescas ameaçaram não colocar seus clubes, blocos, troças e escolas de samba para desfilar no referido ano, caso as subvenções do Estado e do Município não fossem liberadas. As principais agregiações lastimavam a péssima atenção que vinham recebendo dos poderes constituídos. Cabia ao Estado e à Prefeitura a responsabilidade subsidiar o Carnaval recifense.

Nos jornais as agregiações começavam a desaparecer do cenário carnavalesco, ou deixavam de participar por falta de recursos. Tradicionais agregiações carnavalescas passavam por dificuldades, tais como: Vassourinhas, Clube das Pás, Bloco Madeira do Rosarinho. Muitas estavam com “nome sujo na praça”, deviam a agiotas, prática comum aos moradores de subúrbios.¹⁰⁰

Protesto das associações filiadas a F.C.P. contra a recusa de auxílio pelo governo do Estado [...] A fim de evitar dúvidas e para que ninguém seja enganado com pedido

⁹⁷ ESTÁ SENDO desprestigiada à Federação Carnavalesca. *Folha da Manhã*, 07 de jan. 1947. p.12.

⁹⁸ O FRACASSO do Carnaval deste ano. *Folha da Manhã*, Recife, 12 de jan. 1947. p.12.

⁹⁹ SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trambones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agregiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)*. Recife : SESC, 2010, p. 87.

¹⁰⁰ De acordo com o Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, o significado da palavra agiota é “que coloca em prática a agiotagem ou a usura; que se dedica à agiotagem. Pessoa que pratica a agiotagem ou a usura; usurário”.

de auxílio de grupos carnavalescos, formados de momento, sem organização legal, sem estatuto e sem diretoria eleita, a Federação Carnavalesca Pernambucana resolve tornar público que suas associações filiadas resolveram espontaneamente não fazer o carnaval de rua, pelo motivo conhecido pelo sr Interventor Federal negando o auxílio que nos anos anteriores era, por seu intermédio. Dado aos cordões, blocos, maracatus e etc, para a exibição, e haver vetado o auxílio incluído no orçamento pelo conselho administrativo do Estado. Assim, a Federação, por seus clubes filiados, declara ao comércio e a indústria que nenhuma associação está, por ela, autorizada a angariar dinheiro.¹⁰¹ (*sic*)

Para garantir que nenhum dos seus filiados desrespeitasse a greve, no dia 29 de janeiro de 1947 o jornal *Folha da Manhã* anunciava: “desautorizados de angariar dinheiro no comércio e indústria os clubes e blocos”. A justificativa dada pela Federação Carnavalesca era de que as associações filiadas resolveram espontaneamente não fazer este ano o Carnaval de rua, por motivo de o Interventor Federal ter negado um auxílio que nos anos anteriores era por seu intermédio. Assim, a instituição declarava, por seus clubes filiados, que nenhuma associação estava autorizada a angariar dinheiro da indústria e comércio.¹⁰²

O que podemos perceber, diante do posicionamento da instituição em proibir que seus filiados busquem outros meios de sobrevivência, que é uma tentativa da FECAPE de pressionar o Estado a reconhecer a importância da Federação para o sucesso do Carnaval de rua. A partir do Carnaval de 1947 houve o acirramento das disputas políticas na festa do riso.

¹⁰¹NÃO FARÃO o Carnaval de rua. *Folha da Manhã*, Recife, 29 de jan. 1947. p.2.

¹⁰²JÁ FRACASSOU o Carnaval oficial. *Folha Manhã*, Recife, 16 de fev. 1948. Capa.



Imagem 11: Frevo, Carnaval de 1947

Foto: Pierre Verger

Acervo: Fundação Pierre Verger

Os jornais divulgavam o “fracasso” dos festejos momescos de 1947, segundo eles, o reinado de Momo foi um evento “policialesco” de pequena proporção. O Carnaval promovido pelo interventor Demerval Peixoto tinha tentado de tudo para obter o sucesso, mas teria fracassado. A razão desse fracasso era respaldada pela falta de apoio dos grupos carnavalescos à entidade promotora do Carnaval.¹⁰³

Como prevíamos, jamais em Pernambuco houve um Carnaval de rua tão fraco e tão desanimado. Aliás, a previsão não era difícil: o povo gosta muito de se divertir, gosta de ir para as ruas, de saltar, de pular, de fazer o “passo”, de cair no frevo atrás dos seus cordões prediletos [...] Os clubes tradicionais do Recife esperaram que o governo viesse em seu auxílio. O Conselho Administrativo aprovou a verba costumeira para a Federação. O governo, porém, por questões políticas, recusou o auxílio: os clubes desistiram de sair as ruas. Sentindo o descontentamento do povo, o governo tentou remediar a situação, organizando um Carnaval que é o que se está vendo: um autêntico fracasso.¹⁰⁴ (*sic*)

¹⁰³VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

¹⁰⁴ARREMÊND0 de Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 18 de fev, 1947. Capa.

A greve da Federação trouxe para o cenário das políticas culturais novos agentes institucionais, que foram incorporados à organização pública do Carnaval, trazendo assim outros valores, novas ideias e manifestações, que eram anteriormente apontados como inimigos em potencial do Carnaval pernambucano. As agremiações enfrentaram o Estado, seus maiores financiadores. Elas sabiam a força que tinham, pois sem elas a festa de rua não seria a mesma. Porém não podemos dizer que o Carnaval sem a Federação Carnavalesca foi um “fracasso”. O brincante, no Carnaval do Recife, representava uma agremiação, via na folia a defesa de um estandarte e de uma tradição, ou seja, defendia interesses do seu grupo. Enquanto que o folião entregava-se de corpo e alma à festa, como se o reinado de Momo fosse uma fuga temporária da realidade. A música “De chapéu de sol aberto” do compositor de frevo Lourenço da Fonseca Barbosa (Capiba) demonstra o que era o folião recifense:

De chapéu de sol aberto
Pelas ruas eu vou
A multidão me acompanha, eu vou
Eu vou e venho pra onde não sei
Só sei que carrego alegria
Pra dar e vender
deixa o barco correr
Espero um ano inteiro
Até ver chegar fevereiro
Pra ouvir o clarim clarinar
E a alegria chegar
Essa alegria que em mim
Parece que não terá fim
Mas, se um dia o frevo acabar
Juro que eu vou chorar.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Lourenço da Fonseca Barbosa (Capiba). De chapéu de sol aberto, 1972.



Imagem 12: Carnaval de rua do Recife em 1947

Foto: Pierre Verger

Acervo: Fundação Pierre Verger

Enquanto a Federação tentava permanecer com o mínimo de força e prestígio que tinha antes, o Estado tinha se utilizado de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações Carnavalescas a tomarem parte do seu Carnaval. As investidas eram várias, desde ameaças, coação a suborno às agremiações Carnavalescas. Porém essas ações não implicarão o resultado pretendido,

(...) no ano passado, depois de nossa recusa de receber dinheiro para o Carnaval, o que motivou o retraimento dos principais clubes, o interventor Dermeval Peixoto quis emendar a mão e decretou o Carnaval oficial (...) Não foi desse mundo a propaganda. Empregaram todas as armas, desde suborno à ameaça, para que os clubes tradicionais aderissem ao Carnaval oficial. E tudo firme. No duro. Nem um dos grandes clubes, três dos quais já festejaram seu cinquentenário, aderiu. Ainda outro dia, em plena assembleia, **um negro velho contou com seus pares da Federação que foi chamado a policia para por na rua sua brincadeira. Davam-lhe tudo: licença gratuita, música, dinheiro. Resistiu. Ameaçaram-no de prisão.** Usou de estratégia e acabou mantendo sua solidariedade aos companheiros. O clube não saiu. Quando por esses tempos, os xeletús diziam e escreviam que o Carnaval oficial estava aminado e seria brilhantíssimo, por mais de uma vez, perguntei se poderia haver Carnaval sem o veterano Vassourinhas, sem o Pás, sem o Lenhadores,

sem o Toureiro, sem o Bola de Ouro, e nenhum destes se exibiria. E nenhum de fato se exibiu, por onde se vê que o Carnaval oficial de 1947, teria sido tudo menos o Carnaval pernambucano.¹⁰⁶ (sic)

Em 16 de setembro de 1947, a Assembleia Legislativa do Estado modifica o Decreto, nº110, de 10 de maio de 1938. Ficando estabelecido pelo Decreto nº 11, art 4º que FECAPE se tornava órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, para assim conceder licença às agremiações carnavalescas. A Instituição teria a função de encaminhar ao Secretário de Segurança Pública toda a documentação das agremiações carnavalescas, para a devida aprovação de participação dos festejos momescos promovidos pelo Estado.¹⁰⁷

[...] ART. 4º - **Fica a F.C.P. constituída em órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública**, para os efeitos deste decreto, precedendo audiência da mesma às licenças para fins do artigo 3º deste decreto, durante os festejos carnavalescos. [...]

ART. 5º - A persistência do favor concedido, no artigo precedente, à F.C.P., dependerá do cumprimento por parte da mesma, das seguintes condições:

I – Premiar, do modo que julgar mais conveniente, a agremiação carnavalesca que mantiver em sua sede, ensino primário de letras ou de ofício para os associados ou seus filhos;

II – Desenvolver sua ação, nos municípios do interior, pelo modo que julgar conveniente;

III - estimular, por meios eficazes a **conservação do carnaval regional**, o desenvolvimento do turismo e da cultura popular;

IV – dar, logo após o carnaval, publicamente a todos os seus atos, inclusive os de economia interna.

Parágrafo único – Anualmente, após o carnaval, a F.C.P. relatará ao Secretário de Segurança Pública a sua atividade Social, apoiando-a em dados concretos.

ART. 6º - As associações carnavalescas filiadas à F.C.P. que mantiverem ensino de letras ou de ofícios, conforme o artigo precedente, inciso I, ficarão isentas de quaisquer taxas, na licença anual para o seu financiamento, gozando as demais, de cinquenta por cento (50%) de abatimento no valor da mesma.

ART. 7º - As associações não filiadas ou, por qualquer motivo, desfiliadas, passarão para o controle imediato do Serviço de Censura de Diversões Públicas, não gozando dos favores concedidos às que forem registradas na Federação Carnavalesca Pernambucana.¹⁰⁸ (sic)

Assim podemos perceber que a instituição perde a ajuda financeira do Estado. Até 1947, ela tinha o controle financeiro da verba destinada pelo Estado para a promoção do reinado de Momo. No Carnaval de 1948 a Federação continuou enfrentando dificuldades financeiras, pois, sem o apoio do Estado, ela teve que se desdobrar para conseguir dinheiro. A estratégia criada pela instituição foi a promoção de concursos para clubes, blocos, troças e maracatus, em associação com a empresa “Moagens do Recife”.

¹⁰⁶Diário de Pernambuco, Recife, 16 de jan, 1948.p.2.

¹⁰⁷ SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Decretos*, Pernambuco, 1947.

¹⁰⁸ Idem. O decreto Nº 11, de 16 set. 1947. Encontra-se em anexo.



Imagem 13: Carnaval de 1948
Foto: Alexandre Berzin
Acervo: Museu da Cidade do Recife

As novas funções da Federação Carnavalesca eram promover diversas licenças para os clubes, elaborar contratos para serem utilizados nas negociações com o sindicato dos músicos e a manter a paz e harmonia entre os grupos, inclusive entre os grupos de frevo e escola de samba. Era também atribuída a instituição, determinar os padrões e as características essenciais para a classificação de cada gênero de agremiação, ou seja, como deveria ser a composição de um clube, bloco, maracatu, escola de samba e boi.¹⁰⁹ Na década de 1950, Federação ainda tinha em sua diretoria pessoas da “alta sociedade” pernambucana: donos de indústrias, intelectuais e políticos, como Aristófanes de Andrade, vereador com vários mandatos na Câmara Municipal do Recife.

O Estado procurou “incentivar” muitas agremiações desfiladas da Federação a voltarem para o seu controle. Essa decisão ocorreu após intervenção da Câmara dos Vereadores do Recife, que se empenhou no retorno dos clubes desfilados, para que voltassem a ser regidos e controlados.¹¹⁰ A FECAPE, pelo decreto nº 11 de 1947, passou a ser uma ponte entre as agremiações e a Secretária de Segurança Pública. Por isso, era tão importante

¹⁰⁹Foi na década de 1950 que os maracatus rurais sofreram a intervenção da Federação Carnavalesca. Problematizaremos essa questão no segundo capítulo dessa dissertação.

¹¹⁰A REUNIÃO da F.C.P. *Folha da Manhã*, Recife, 23 de jan, 1948. p. 8.

tê-las sob o seu controle. Como já relatamos nesta dissertação, as agremiações tinham um poder de organização social e política.

O Sr. Sergio Godoy, depois de justificar o dever que tem o município de apoiar e incentivar as festas populares e de tecer considerações em torno do Carnaval pernambucano encaminhou a mesa um projeto de sua autoria subscrito por todos os vereadores autorizando a Prefeitura a conceder um auxílio de Cr70. 000,00 à Federação Carnavalesca Pernambucana.¹¹¹

Os jornais do Estado davam indícios de que outras entidades da sociedade civil passariam a ser organizadoras da festa. Esses segmentos encontraram mais apoio nas ações do Estado do que a Federação, pois aqueles grupos não estavam vinculados à estrutura Estadonovista. A saída de Vargas do poder e o fim do Estado Novo fizeram com que o movimento de contestação à Federação se consolidasse. Depois da greve e do “boicote” declarado ao Carnaval institucional de Demerval Peixoto, um grupo alternativo começou a ganhar destaque nos jornais: A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife (ACCR), cujas propostas eram trazer para a festa a supressão da influência do Estado sobre a brincadeira de rua, através de representações de que o reinado de Momo era uma festa democrática. Segundo Vidal:

O modelo de Carnaval que foi apoiado pelo poder público a partir de 1948 foi o do Carnaval livre dos formalismos excessivos. Não era o Carnaval da liberdade e, talvez –possa-se dizer – da liberalidade. O novo projeto para o Carnaval articulado pela ACCR reuniu apenas um grupo de intelectuais em torno do projeto de fazer acontecer o Carnaval. Uma ação pretensamente despreziosa, mas que realçou um caráter político também, sobretudo porque negou o modelo político anterior, afirmando-se como uma nova ordem instaurada.¹¹²

A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, aos poucos entra em contradição no seu discurso de que “estava promovendo um Carnaval democrático, para o povo”. Anualmente a ACCR armava um palanque no Pátio do Paraíso, onde o povo não poderia se aproximar e nem desfrutar daquele espaço, pois o acesso era reservado a jornalistas, autoridades e convidados. As agremiações quando passavam no Pátio do Paraíso tinham por obrigação parar por alguns minutos no palanque da Associação.¹¹³

¹¹¹AUXILIO a Federação Carnavalesca de Pernambuco. *Folha da Manhã*, Recife, 14 de jan, 1948. p.2.

¹¹²VIDAL, Op. Cit. p. 188.

¹¹³ASSOCIAÇÃO dos Cronistas Carnavalescos. *Folha da Manhã*, Recife. 6 de fev, 1948. p.7.

O Pátio do Paraíso era localizado no Bairro de Santo Antônio, no Recife. A construção da Avenida Dantas Barreto começou na gestão Pelópidas Silveira, em 1946. Para colocar em execução o “projeto de modernização” do Bairro do Recife, foram destruídos o Pátio do Paraíso e as ruas seculares dos bairros de Santo Antônio e São José. Na segunda gestão do Prefeito Lucena em 1971, sem a menor satisfação à população, houve a derrubada de

Os impressos provocavam um efeito do real, ou seja, eles muitas vezes não revelavam a veracidade dos fatos, ou até mesmo escolhem quem seriam os heróis da história. Os impressos são textos dirigidos intencionalmente ao público. Ele é organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas, além disso, ele visa divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas, a partir de uma história ou de uma reflexão.¹¹⁴Nos jornais de circulação em meados da década de 1940, é comum encontrar reportagens que remetam o êxito do Carnaval à Associação dos Cronistas.

Para Said, a tarefa do intelectual reside no esforço de derrubar certos estereótipos e as categorias que reduzem, limitam a comunicação e o pensamento humano. As verdades sobre a opressão e as desigualdades, devem ser mantidas pelos intelectuais, mesmo diante de uma filiação partidária. Além disso, é preciso confrontar ortodoxias e dogmas, mais do que produzi-las.¹¹⁵

Os escritos nos jornais devem ser vista com cautela, pois muitas vezes os jornais nos revelou um partidarismo político e institucional, pautados em representações. Citaremos como exemplo uma notícia do jornal Folha da Manhã de 1949, para que possamos perceber o quanto os periódicos foram utilizados para consolidar a Associação dos Cronistas enquanto promotora do Carnaval recifense.

O Carnaval no Pátio do Paraíso é o assunto obrigatório dos meios Carnavalescos. Ali será armado o pavilhão oficial da Associação dos Cronistas Carnavalescos em frente a o qual desfilarão todos os clubes pedestres, blocos, troças, escolas de samba, maracatus e caboclinhos. Os clubes de alegoria e crítica passarão, também em frente ao palanque oficial da A.C.C.R . **Recebendo dos jornalistas as mais expressivas manifestações de simpatia.**¹¹⁶ (grifos meus)

Diante do discurso dos jornais, o trabalho promovido pelos Cronistas gerou grande expectativa na população recifense. Novos concursos foram anunciados, o que provocou grande receptividade entre as agremiações carnavalescas e a população em geral.¹¹⁷ Era

430 casarões antigos, 11 ruas do Bairro do Recife, e a Igreja do Bom Jesus dos Martírios. Em 1973 foi inaugurada a Avenida Dantas Barreto. SANTANA, Andresa Bezerra de. *Silêncio no centro do Recife: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período estado novista*. Salvador: II Seminário Internacional Urbanístico, 2012.

¹¹⁴FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, p.120.

¹¹⁵ SAID, E. W. As representações do intelectual. In: SAID, Edward. W. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 11-12.

¹¹⁶NO PÁTIO do paraíso. *Folha da Manhã*, Recife, 2 de fev de 1949, p.3.

¹¹⁷O Carnaval começava a ganhar as ruas e Pátios do centro da cidade: Pátio do Terço, Rua Vidal de Negreiros, Rua de Santa Rita, Rua do Alecrim, Rua de São José, Rua da Palma, Rua do Hospício. Ruas que aguardam o frevo. *Folha da Manhã*, Recife, 3 de fev, 1951. p.9.

comum encontrar nos jornais reportagens como: “Restabelecido o prestígio do Carnaval Pernambucano; o Frevo e o Passo voltaram a dominar os festejos de rua”.¹¹⁸

O Diário da Noite do dia 29 de fevereiro de 1951 trazia a seguinte notícia: “Começou a Ofensiva do Carnaval”,

Será iniciada hoje, com grande animação, a Semana Pré-Carnavalesca, no Pátio do Paraíso, sob o patrocínio da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife. Grandes atrações estão programadas para a ofensiva do Carnaval, destacando-se a apresentação das melhores bandas de música do Estado, concursos de passos, bem como a apresentação de vários cordões carnavalescos que ainda esta semana farão os seus ensaios gerais. Vários entendimentos estão sendo processados pela diretoria da ACCR a fim de que os festejos carnavalescos do Quartel General do Frevo supere esse ano a quantos já foram realizados ali, em grandiosidade e animação.¹¹⁹

A Federação mesmo recebendo críticas nos jornais do “Carnaval oficial” que promoveu por mais de uma década, não partiu para o ataque, preferiu não se posicionar, deixando transparecer que não iria colocar nenhum empecilho à Associação dos Cronistas.¹²⁰

Nos carnavais da década de 1950, os jornais começam a anunciar que era de total responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, através do Departamento de Documentação e Cultura (DDC), promover e animar o Carnaval de rua. Esta pesquisa nos possibilitou conhecer um dos órgãos de fomentação da cultura mais importantes do Recife. O DDC chegou a ser uma referência nacional, por criar e executar projetos de cultura, documentação e educação cultural popular para o Recife.

1.4 A Criação do Departamento de Documentação e Cultura: educação e cultura popular para o Recife

O Departamento de Documentação e Cultura (DDC) era uma repartição Municipal, subordinada ao prefeito da capital pernambucana que substituiu a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), passando a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura, pelo decreto lei 428, de 8 de junho de 1945:

¹¹⁸ RESTABELECIDO o prestígio do carnaval Pernambucano. *Folha da Manhã*, Recife 10 de fev, 1948. p.2.

¹¹⁹ COMEÇOU a ofensiva do Carnaval. *Diário da Noite*, Recife 29 de jan, 1951. p.4.

O Quartel General do Frevo ficava na Praça da Independência, também conhecida como Pracinha do Diário, por estar localizada em frente ao prédio do Jornal Diário de Pernambuco. A praça ficou famosa por que era o epicentro do Carnaval do Recife. Era no Quartel General do Frevo que a Federação Carnavalesca Pernambucana armava o seu palanque.

¹²⁰ VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. *A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

[...] Considerando os termos do Decreto-lei nº 428, de 8 de junho de 1945, desta Prefeitura, que deu á D E.P.T. a denominação de Diretoria de Documentação e Cultura, cabendo à nova repartição não só a realização da maioria das tarefas impostas ao antigo departamento como, também, outros trabalhos ligados, sobretudo, á documentação das atividades do município como ao desenvolvimento de certas condições propícias á melhoria da cultura geral da coletividade [...].¹²¹ (*sic*)

Durante a gestão do Prefeito Antônio de Novais Filho, em março do ano de 1939, surge a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo, que realizava atividades estatísticas e promoção da atividade turística, sobretudo a de propaganda.¹²² A diretoria foi criada a partir de uma necessidade de atender aos turistas que chegavam ao Recife. Segundo o historiador Dirceu Marroquim, a Diretoria foi uma das principais incentivadoras de políticas públicas de turismo para o Estado, sobretudo no Recife. Além do desenvolvimento da atividade turística, ela tinha a função de propagar a imagem do Estado e de seu Interventor Agamenon Magalhães, nacional e internacionalmente.¹²³

A Diretoria surge em um momento importante da história brasileira, dois anos antes de sua criação, em 1937, com a decretação do Estado Novo, houve mudanças significativas no país. Os governadores de cada Estado passaram a se chamar Intervenores, que representavam todas as vontades de Getúlio Vargas. Em Pernambuco, o Interventor Federal indicado pelo Presidente foi Agamenon Magalhães. O Interventor foi um grande articulador, tornou-se muito próximo do Presidente e foi um dos mentores do golpe e da estrutura político-administrativa do Estado Novo.¹²⁴

O interventor estadual fez modificações no perfil urbano do Recife, através de um plano de remodelação, segundo o qual a miséria e pobreza deveriam ser escondidas. A Capital deveria ganhar *status* de um centro urbano limpo, onde a pobreza “aparentasse” não existir.

¹²¹SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954*. Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

¹²²Por ato do interventor Agamenon Magalhães, Antônio Novais Filho foi nomeado prefeito da cidade do Recife em 1937 e governa até 1945. Durante sua administração, constrói a ponte Duarte Coelho, Estrada dos Remédios e a Avenida Guararapes. Liga a rua da Palma à avenida Guararapes.

¹²³ MORROQUIM, Dirceu S.M. História de um navio holandês (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. *Histórias do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.197-209.

¹²⁴ Com características autoritárias e anticomunista ferrenho, Agamenon acreditava que o sistema democrático estava falido. Simpatizante do fascismo italiano pregava a implantação de um regime corporativista. Governou Pernambuco com mãos de ferro, perseguindo políticos, profissionais liberais, pessoas ligadas à religião afro brasileira, intelectuais e artistas plásticos do Estado, considerados de esquerda e simpatizantes de práticas “subversivas”, a exemplo de Olívio Montenegro, Ulisses Pernambucano, Silvio Rabelo, Anibal Fernandes, Gilberto Freyre, Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres e tantos outros. PANDOLFI, D. C. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

Agamenon também realizou várias obras para a viabilização das indústrias e dos transportes, sobretudo, as que ligavam a capital ao interior do Estado.

Para prefeito da capital pernambucana, nomeou Novais Filho (administrou a cidade do Recife de 1937-1945), que ficou conhecido pela imprensa local como o “matuto”. A escolha de Novais Filho causou estranheza nos círculos políticos da cidade. Essa singularidade foi fortemente veiculada pela imprensa local. No entanto, a nomeação do prefeito apresentava coerência, pois estava em conformidade com as alianças estabelecidas em Pernambuco, que almejavam incorporar grupos aliados do poder nos governos anteriores, entre eles estavam os fornecedores de cana. Além disso, o Novais Filho era uma das lideranças mais expressivas dos senhores de engenhos, o que lhe dava prestígio e força para exercer o cargo na Prefeitura.¹²⁵

Novais Filho realizou mudanças na cidade, principalmente, as de cunho paisagístico: pavimentou ruas, revitalizou e criou praças públicas, construiu pontes e pavimentou ruas.

Segundo Teixeira, nas décadas de 1940 e 1950 a cidade do Recife passava por um período de grande efervescência cultural, além disso, os anos citados ocupam um lugar central na história recente do Recife. As transformações que a cidade vivenciou nessas duas décadas foram de suma importância para a construção de um Recife cultural. É válido lembrar que muito antes dos anos da criação da Diretoria de Documentação e Cultura já havia um dinamismo da vida cultural na cidade, no entanto a partir de 1940 há consolidação dessa efervescência cultural de práticas culturais.¹²⁶

Ainda na gestão de Novais Filho, no dia 8 junho de 1945, através do decreto lei nº 428 Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), passou a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura. Ela era uma ponte entre a qual o poder público desenvolvia as atividades que considerasse culturais para cidade do Recife. A Diretoria era dirigida por Manuel de Souza Barros, que também foi diretor da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo.¹²⁷

¹²⁵ PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001.

¹²⁶ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O Movimento e a Linha: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, pp. 13-20.

¹²⁷ A principal revista que ajudou a propagar a vida cultural da cidade foi a revista *Arquivos* que foi publicada entre os anos de 1942 e 1977. A DDC utilizava a revista para divulgar eventos que realizou ou apoiou, tais como: salões de pintura, exposições fotográficas. A Diretoria também produziu muitas publicações que

Muitos jornais e revistas da época mencionavam a atuação da Diretoria de Documentação e Cultura. Isso ocorreu pelo fato de ter sido um órgão que fomentou as atividades culturais, ela construiu uma imagem, ao menos aos olhos da imprensa local, de uma instituição comprometida com a cultura, educação e preservação documental da cidade.¹²⁸

Desde 1948, segundo o relatório municipal verifica-se que a DDC reclamava da carência de verbas para dar continuidade ao seu trabalho, a saber registro fotográfico das atividades municipais, turismo, publicação de periódicos *Arquivos*, *boletim da cidade* e do *Porto do Recife e Praieiro*, postos de salvamentos nas praias, discoteca, e implantação de biblioteca popular de Casa Amarela.¹²⁹

Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura.¹³⁰ Os serviços do departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Além disso, o Departamento passou a ser integrado por duas divisões: de documentação e divulgação, que ficou responsável pelos serviços de arquivo, fototeca, filmoteca, publicidade, turismo e divulgação. Também era de responsabilidade do Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música. O Departamento ainda contava com setores de comunicação, estatística, pessoal e material, cujo principal interesse era promover tudo que englobasse a parte cultural do Recife.¹³¹

buscavam evidenciar a vida cultural da cidade do Recife, dentre elas a artística. A revista era vinculada à Prefeitura Municipal do Recife. A DDC utilizou essa revista como uma forma de divulgar suas próprias ações. As edições analisadas estão no setor de periódicos do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.

¹²⁸PAZ, Raissa Alves Colaço. *Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife. Dissertação de Mestrado em história*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

¹²⁹PAZ, Raissa Alves Colaço. *Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife. Dissertação de Mestrado em história*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015, p.171.

¹³⁰José do Rego Maciel foi prefeito do Recife de 1953 até 1955. Sua gestão foi marcada por obras voltadas para a Educação. Instalou a biblioteca popular de Afogados em edifício considerado moderno na época, além de criar a primeira biblioteca ambulante. Organizou o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, fundando o referido curso. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Prefeitos*. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

¹³¹ Segundo o Jornal A Semana de 1953, o Departamento de Documentação e Cultura era um órgão especializado em cuidar da cultura do povo recifense. O DDC foi um órgão especializado em cultura, o pioneiro do país. O DDC promove cultura para o povo. *Diário da Noite*, Recife, 21 de mar. 1953, p.3.



Imagem 14: Cinema popular promovido pelo DDC

Fonte: Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Jan-Dez, 1946-1949, N° 19-34.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco



Imagem 15: Apresentação da Orquestra Sinfônica do Recife, promovida pelo DDC
Fonte: Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Jan-Dez, 1946-1949, N° 19-34. Op. cit.
Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Segundo Néstor Garcia Canclini,

As políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.”¹³²

Por diversas divergências políticas, o Departamento de Documentação e Cultura foi extinto no ano de 1955.¹³³ As críticas eram direcionadas principalmente ao seu diretor José Césio Regueira Costa, que passou quase catorze anos na condução do Departamento. Durante o período em que esteve à frente do DDC, ele conseguiu trazer uma nova proposta para vida cultural da cidade, sobretudo nas áreas menos favorecidas. Os programas culturais

¹³²ANCLINI, Nestor García. Definiciones en transición. Buenos Aires: Clasco, 2001, p.65.

<<http://www.culturaemercado.com.br>> Acesso em 12/01/2016.

¹³³ Segundo o Jornal Diário da Noite do dia vinte e nove de fevereiro de 1953, Mario Melo, jornalista e ex – secretário da Federação Carnavalesca Pernambucana, foi um dos críticos a exposições de Arte Moderna, realizadas pelo DDC. Na época, o Jornalista era o responsável pelo salão dos Correios e Telégrafos o qual era cedido para a realização de exposições de artes plásticas. No entanto, tudo, antes de ser exposto, deveria passar pela avaliação de Mario Melo. Ele chamava as obras de “tendência de monstros”. Diante da imposição feita pelo jornalista, Césio Regueira Costa (diretor do D.D.C, na época) não concorda com a resolução tomada pelo diretor dos Correios e Telégrafos. A exposição de Arte Moderna não se submeteu à apreciação do Mario Melo a nenhuma das exposições que o DDC patrocinou: “exigir censura estética prévia para as exposições, realizadas em seu edifício. [...] Ou a sala é cedida, ou não é, para mostras de arte. Apreciar o mérito plástico do que se expõe, não cabe evidentemente, ao dono do salão. ‘É de admirar que esse absurdo aconteça no meio dos ‘pregoeiros’ da liberdade’”. Arte. *Diário da Noite*. Recife, 29 de jan. 1953, p.4.

desenvolvidos pelo DDC durante muitos anos proporcionaram a criação de bibliotecas populares em bairros periféricos; discotecas onde era possível ter acesso a mássicas eruditas e folclóricas; apresentação de concertos musicais e peças teatrais, para o povo, na maioria das vezes em praça pública; o cinema popular e o turismo popular que oferecia excursões com preços mais acessíveis aos menos favorecidos economicamente.

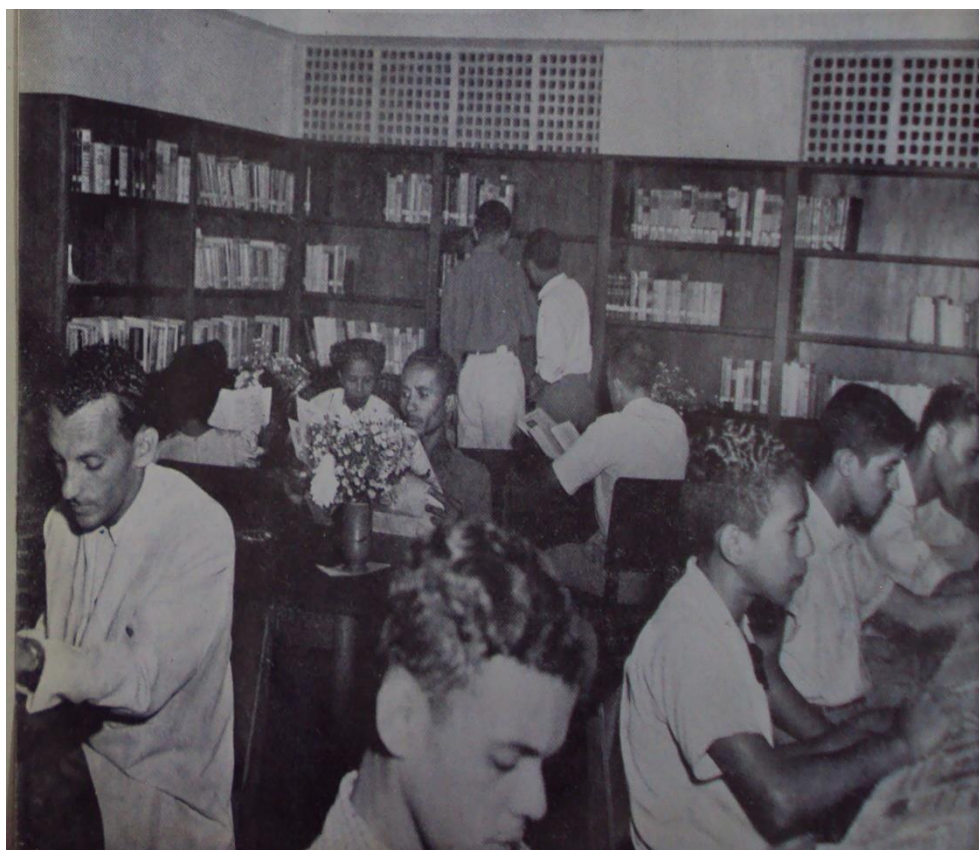


Imagem 16: Biblioteca Popular de Casa Amarela fundada pela DDC

Fonte: Bibliotecas Populares no Recife – Diretoria de Documentação e Cultura Municipal do Recife
Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Diante de todas essas ações, o DDC ganhou o prestígio e a admiração dos moradores dos subúrbios recifense, pessoas que muitas vezes não tinham acesso à cultura regional, nacional ou até mesmo, mundial. Segundo uma notícia do jornal Diário da Noite, "O exemplo que frutifica", o governo do Espírito Santo havia solicitado à Prefeitura do Recife "informações" e "materiais" sobre o Departamento. O noticiário acredita que tal interesse se deve ao intuito daquele governo de criar "coisa igual ou semelhante em Vitória". Na carta o governador citava lugares onde isso já havia acontecido: Campina Grande (PB), Natal (RN), Bahia (BA), e uma cidade que já demonstrava interesse, Maceió. Essas informações viriam validar a importância daquele departamento, que, segundo a mesma notícia, estava em vias de

desaparecer, perante uma proposta de desmembrá-lo em "três ou quatro repartições diferentes". Para a felicidade de quem escrevia o texto, isso não aconteceu, mas era importante fazer um apelo ao "futuro Prefeito" do Recife, de que tivesse “pelo DDC a consideração e o interesse que tem o atual, e tudo estará bem para os lados da prestável repartição”.¹³⁴ Ou seja, ele foi extinto por questões políticas, pois com a mudança de prefeitos, vêm projetos políticos diferentes.

O Departamento possibilitou uma maior aproximação da população de baixa renda com a cultura. As “classes populares” passaram a ter acesso à leitura de livros, visita de exposições de artes plásticas, tais como: escultura, fotografia e pintura. Essas políticas culturais já bem desenvolvidas em grandes centros urbanos tais como Nova York e Paris.¹³⁵ Para Regueira Costa, o povo recifense, seja ele pobre ou rico, tinha direito a ter acesso à cultura.¹³⁶

Mesmo desenvolvendo as políticas culturais no Recife, proporcionando aos menos favorecidos o acesso à cultura, o diretor do Departamento de Documentação e Cultura foi destituído do cargo. A demissão Césio Regueira foi relatada pelo jornal *Diário da Noite* do dia dezenove de fevereiro de 1955, sendo nomeado para substituí-lo o ex-diretor Reinaldo Câmara. Segundo o periódico o Diretor estava sofrendo uma injustiça, pelo simples fato de não ser efetivo, o que acabava acarretando sua instabilidade no cargo com as sucessivas mudanças de políticos na prefeitura. O diretor era um homem exigente com seus funcionários. Nos relatórios entregues à Câmara Municipal do Recife, ele reclamava da falta de habilidades técnicas dos servidores. O Departamento tinha um acúmulo de funcionários descapitados para exercer tarefas capazes satisfazer a grande demanda cultural que a cidade necessitava. Essa era uma das principais dificuldades da Diretoria, além da falta de verba.¹³⁷ Uma série de

¹³⁴O EXEMPLO que frutifica. *Diário da Noite*, Recife, 11 de nov de 1952. P.3.

¹³⁵PAZ, op.cit.

¹³⁶Nessa pesquisa não busquei analisar quem eram os tipos populares que a DDC buscava assistir com as suas ações culturais. Segundo Raissa Alves Colaço Paz, não há registros de que mendigos frequentaram as bibliotecas populares, por exemplo. Para a historiadora os frequentadores desses espaços culturais eram comerciantes, professores, estudantes, operários, militares, sacerdotes. PAZ, Raissa Alves Colaço. *Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife*. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015, pp.171-172.

¹³⁷ O jornal *Diário da Noite* publicou alguns textos lamentando a demissão de Césio Regueira. Os periódicos também buscaram enfatizar as boas ações feitas pela DDC a vida cultural da cidade do Recife. DEMISSÃO Lamentável, *Diário da Noite*, Recife 19 de mar de 1955, p.3. Homenagem ao ex-diretor da DDC, *Diário da Noite*, Recife 25 de mar de 1955, p.3.

informativos vinha divulgando e reclamando a retirada por parte da prefeitura do Recife de José Césio Regueira da diretoria da DDC.¹³⁸

Ao analisar a tabela abaixo, podemos observar que entre os anos de 1937 a 1955 os órgãos responsáveis pelo fomento e organização do turismo e da cultura na cidade do Recife, passaram por constantes transformações, não só na estrutura, mas também nos seus objetivos. Em 1955, o Carnaval ganha uma legislação específica e conseguinte um Departamento que tem por objetivo, dentre outras coisas, promover e patrocinar os festejos momescos.

Ano	Diretorias/Departamento	OBJETIVO	PREFEITO
1939	Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo	Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo, pertencente à Prefeitura do Recife, mas com amplitudes estaduais, tinha como finalidade desenvolver atividades no âmbito da estatística e promover a atividade turística, sendo, a sua principal atividade a propaganda turística da cidade do Recife.	Antônio de Novais Filho
1945	A Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT), passa a se chamar Diretoria de Documentação e Cultura, pelo decreto lei nº428, de 8 de junho de 1945.	Cabe à nova repartição não só a realização da maioria das tarefas impostas ao antigo departamento como, também, outros trabalhos ligados, sobretudo, á documentação das atividades do município como ao desenvolvimento de certas condições propícias á melhoria da cultura geral da coletividade.	Antônio de Novais Filho
1953	Durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura (DDC)	O Departamento passou a ser integrado por duas divisões: de documentação e divulgação. Também era de responsabilidade do Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música.	José do Rego Maciel
1955	Departamento de Documentação e Cultura (DDC). Lei nº 3.346 de 7 de junho de 1955.	Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife ficará encarregado de promover e patrocinar diretamente, os festejos carnavalescos neste Município, preservando, sobretudo os clubes de frevo, os maracatus, em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho.	Pelópidas Silveira

Tabela 02: Diretorias e Departamento criados na cidade do Recife entre os anos de 1939 -1955

¹³⁸NOVA FASE da DDC. *Diário da Noite*, Recife 21 de dez de 1955. p.3.

Com a chegada de Pelópidas Silveira ao poder em 1955, José Césio Regueira Costa volta à diretoria do DDC. Na nova fase da sua gestão, ele buscou estimular o turismo no Recife, assim como também a manutenção de bibliotecas, a promoção de concertos oficiais e populares, patrocínio de conferências e exposições de artes plásticas.¹³⁹ Também falou da "ampliação dos serviços do DDC", que a partir daquele momento aprofundaria nas "camadas populares, segundo o desejo do Prefeito Pelópidas Silveira." A sede da repartição também iria mudar, para ficar mais acessível ao "povo".¹⁴⁰

Antes de o Prefeito Pelópidas Silveira chegar ao poder, em dezembro de 1955. A lei 3346 de 7 de junho de 1955 já tinha sido sancionada. Pela lei a Prefeitura da Cidade do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura, passa a organizar os festejos de Momo na capital pernambucana.

Deverá também o Departamento de Documentação e Cultura da Municipalidade, ajudar técnica e financeiramente, todos os blocos, troças, escolas de samba e demais organizações carnavalescas que contribuirão para a animação e grandeza do Carnaval do Recife.¹⁴¹

No segundo capítulo desta dissertação analisaremos o Carnaval promovido e organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura. A partir de 1955, o reinado de Momo no Recife ganha novos organizadores. A prefeitura, sofrendo forte pressão da Câmara dos Vereadores, resolve sancionar a "lei Antônio de Sousa". Os políticos sabiam o papel social que a festa de Momo tinha dentro da sociedade. O Carnaval é uma brincadeira séria. Por isso, ele precisava ser bem estruturado e tratado com seriedade.

¹³⁹ Em entrevista realizada com o Jornalista e ex-diretor da Fundação de Cultura do Recife, Leonardo Dantas Silva, no dia 10/12/2015, ele afirma que o Departamento de Documentação e Cultura atuou até o final de década de 1979, sendo extinta com a criação da Fundação de Cultura Cidade do Recife. "O DDC sobreviveu a COC. O DDC era uma das coisas mais organizadas que se tinha aqui. O DDC tinha as bibliotecas de Afogados; Casa Amarela; ela tinha uma cinemateca; ela tinha uma discoteca, que tinha umas cabines para você ouvir música, tinha uma biblioteca de arte. Na verdade, quem veio fechar o DDC já foi a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, em maio de 1979. Não tem nenhum ato extinguindo a DDC, ela cai por desuso. Ela era uma espécie de Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura, que perde a sua função com a criação da Fundação de Cultura Cidade do Recife. É a Fundação de Cultura que passa a fazer o Carnaval, fazer o São João, a fazer as festas do ano todo e todas as festas de final de semana. Passa a dirigir as bibliotecas, cria as bibliotecas volantes, cria o teatro Apolo, cria o Museu da Cidade do Recife, cria a galeria de arte, que hoje é o MAMAM, cria a banda de música, que já existia e era ligada ao gabinete do prefeito, mas que depois passa a integrar a Fundação de Cultura. Então, a Fundação de Cultura, passa a ser um órgão forte da Cultura, que depois se avacalha a partir do momento em que ela perde a sede ali na praça Abreu e Lima, junto do cemitério dos ingleses. Todo aquele Pátio de São Pedro era dela, então ela perde o espaço".

¹⁴⁰NOVA FASE do DDC. Diário da Noite, Recife, 21 de dez de 1955. p.3.

¹⁴¹PERNAMBUCO, *Diário Oficial*, 7 de jun de 1955. Oficialização do Carnaval do Recife.

CAPÍTULO II

“Ó abre Alas que eu quero passar “[...]”¹⁴²

A “Força” da Lei na Festa de Momo: o Carnaval promovido pelo Departamento de Documentação e Cultura

Analisar as leis do Carnaval do Recife nos permitiu problematizar não só a legislação em si, mas os sujeitos que utilizavam a lei como forma de controle social. A festa nos faz reconhecer a resistência dos foliões e das agremiações. Desse modo, as páginas que seguem trazem dilemas que marcam o ofício do historiador: verdades e dúvidas.

Ao tentar compreender sujeitos e ordenações, precisamos ter cautela para não emitir vereditos sobre indivíduos que não conhecemos e que nunca poderiam/poderão se defender e contar a sua versão para a história. Os documentos deixados pelos sujeitos que estão sendo estudados neste trabalho podem ajudar a construir fragmentos de suas histórias de vida. Além disso, esses periódicos permitiram saber o cotidiano da sociedade em que eles viveram, assim como seus hábitos e costumes.¹⁴³

Neste capítulo trataremos da lei do Carnaval e do jogo de interesses de políticos, jornalistas e agremiações. Vimos no capítulo anterior que reorganização do carnaval interessava, inicialmente, às elites, visto que, para elas, essa era uma forma de manter o controle sobre as ações dos foliões e agremiações, pois quem determinava o que seria ou não incluído no pequeno ou no grande carnaval eram, em última instância, elementos da própria elite cultural através dos jornais. Às agremiações interessava a possibilidade de ver seus grupos cada vez mais reconhecidos e recompensados pela visibilidade e apoio financeiro, através da divulgação na imprensa, da possibilidade de se apresentar no mesmo espaço urbano do Carnaval, das participações em concursos, das premiações e, mais tarde, do reconhecimento e da ajuda financeira oficial. Esse jogo de vantagens, do qual participavam também setores governamentais e interesses econômicos, fez com que a festa carnavalesca

¹⁴² Ó abre alas. Francisca Gonzaga, 1985.

¹⁴³ Para Thompson, o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. O “costume” era a segunda natureza do homem. No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Era um campo de disputa, uma arena nos quais interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.14-16.

passasse por toda uma série de transformações na tentativa de torná-la cada vez mais organizada.¹⁴⁴

A década de 1950 é um marco para historiografia que analisa o Carnaval do Recife. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da Cidade do Recife, através do projeto de lei de autoria do vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Segundo o jornal *Dário da Noite*, a medida surge na tentativa de salvar o Carnaval do Recife, que estava “morrendo aos poucos”.¹⁴⁵

Em 1955, o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei Nº 3.346, de sete de junho, oficializando o Carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura. Essa lei tinha por objetivo a promoção do Carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Entre as medidas propostas pela lei, foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações Carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do Carnaval do Recife.¹⁴⁶



Imagem 17: Posse do Diretor da DDC José César Regueira Costa em 1955

¹⁴⁴ FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.229.

¹⁴⁵ SERÁ OFICIALIZADO o Carnaval do Recife. *Diário da Noite*, Recife, 26 de fev. 1955. p.2.

¹⁴⁶ CONTRA a descaracterização do carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 22 de jan. 1953. p.7.

A lei nº3346, de sete de junho de 1955, que oficializou o carnaval da cidade, segue em anexo.

Foto: José César Regueira Costa
Acervo: Museu da cidade do Recife

A grande dificuldade para a organização do Carnaval, de acordo com as matérias publicadas nos jornais, eram as constantes crises financeiras das agremiações carnavalescas. Transparece, também, nessas reportagens, uma preocupação com a valorização dos clubes, blocos, maracatus e caboclinhos, pois a cada ano as escolas de samba, segundo essas matérias, estavam ganhando mais espaço e visibilidade nas passarelas, sendo necessária uma melhor assistência às outras agremiações, que, segundo os periódicos, representam o verdadeiro “folclore nordestino”. Ou seja, para defender a tradição carnavalesca, muitos expressaram opiniões contra a presença das escolas de samba no Carnaval pernambucano e não admitiam a possibilidade de o poder público subsidiar essa manifestação.¹⁴⁷

A situação das agremiações seria tão preocupante que a questão da subvenção era um tema comum na Câmara Municipal dos vereadores. Eles discutiam a liberação imediata das verbas orçamentárias destinadas aos grupos carnavalescos. A falta de ajuda oficial impedia que muitas agremiações, responsáveis pela maior animação do Carnaval de rua, deixassem de se exibir pela falta de dinheiro.¹⁴⁸

De melhor Carnaval do mundo. Como era internacionalmente conhecido o Carnaval pernambucano, só lhe falta, agora, receber o epíteto de “o pior Carnaval do mundo”, a despeito dos esforços dispendidos pela Associação dos Cronistas Carnavalescos e pela Federação Carnavalesca Pernambucana para manter a sua tradição.¹⁴⁹

Já no primeiro ano da Lei N° 3.346, o jornal Diário de Pernambuco fazia críticas ao Carnaval organizado pela DDC: “mais fraco do que nos anos anteriores o Carnaval de rua”. Ainda segundo o periódico, foram inúteis as medidas oficiais para animar os festejos de rua, enquanto que os bailes foram bastante concorridos.¹⁵⁰

Consta que o chefe da Edilidade irá mandar armar os dois palanques da Federação Carnavalesca e da Associação dos Cronistas Carnavalescos. Confiando as estas duas entidades a animação do Carnaval. Por iniciativa da Edilidade não seriam promovidos nenhum concurso nem julgamento de prêmios, uma vez que os cofres municipais não dispõem de sumário suficiente.¹⁵¹

Pela lei n° 3.346 de 7 de junho de 1955, no Art. 2° - “Caberá ainda ao Departamento de Documentação e Cultura instituir anualmente concursos de: música frevos e frevos canções

¹⁴⁷ SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ MAIS FRACO do que nos anos anteriores o carnaval de rua. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de fev. 1956.

¹⁵¹ O PREFEITO e o Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 20 de jan. 1956, p.8.

e passo”. E isso não estava acontecendo. A Prefeitura alegava não ter recursos financeiros para realizar os concursos. Outros periódicos em circulação na cidade também faziam sérias críticas ao projeto de lei do Vereador Antônio Batista de Sousa, alegando que apresentava várias falhas. A primeira delas estava no artigo 1º: “a Prefeitura da Cidade do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura (DDC), organizará, promoverá os festejos Carnavalescos do município, a partir do ano de 1956, dentro dos moldes folclóricos, preservando, sobretudo” a) os clubes de frevo; b) os maracatus; na sua forma primitiva d) caboclinhos”.¹⁵²

A lei também incluía uma ajuda financeira de 5% do total da verba destinadas às agremiações carnavalescas. As escolas de samba, em meados da década de 1950, já ganhavam destaque frequente no Carnaval recifense. E os números de escolas cresciam ano a ano. Do ponto de vista socioeconômico, o que a lei do Carnaval reservava ao samba era tentar frear o crescimento dessa agremiação: com o aumento do número de escolas de samba, menor seria a ajuda oficial dada a cada uma.

Os mecanismos para que as escolas de samba ficassem de fora da ajuda oficial foram vários. No jornal *Folha da Manhã* de 1956, o prefeito Pelópidas Silveira, deliberou um decreto de que não forneceria nenhum centavo às escolas de samba, enquanto que as agremiações receberiam a subvenção diretamente da tesouraria da prefeitura.

O chefe do Executivo Municipal desistiu de convocar mais uma vez a Câmara Municipal para revogar a lei que oficializou o Carnaval do Recife e aprovar o anteprojeto por ele elaborado e encaminhado aquela casa com a respectiva mensagem, tanto assim, que o presidente daquele poder legislativo já indicou os nomes dos representantes da casa que irão atuar na execução da mencionada lei. Foram eles os srs. Sérgio Vasconcelos, Aristófares de Andrade e José Seixas, os quais, a exceção do primeiro, deverão ser referendados pelo plenário da Câmara próxima sessão. Conseguimos apurar extra-oficialmente que o prefeito Pelópidas Silveira continua na sua deliberação de não fornecer um centavo sequer as Escolas de Samba, devendo no entanto, os dirigentes das demais agremiações carnavalescas receberem diretamente da tesouraria da Prefeitura a subvenção municipal cujo total ascenderá a duzentos mil cruzeiros.¹⁵³ (*sic*)

As escolas de samba do Recife eram vistas como “um câncer” na terra do frevo. Um dos maiores críticos da participação das escolas de samba no Carnaval do Recife, e da subvenção que elas recebiam e receberiam com a lei Antônio de Souza, foi Mário Melo.

¹⁵²SERÁ OFICIALIZADO o carnaval do Recife. *Diário da Noite*, Recife, 26 de fev.1955. p.2.

¹⁵³O PREFEITO e o Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 20 de jan. 1956. p.8.

Formado em Direito, memorialista e ex-deputado estadual, ex-secretário da Federação Carnavalesca, jornalista do *Jornal do Commercio* e *Folha da Manhã*, Mário Melo foi um homem de grande influência na capital pernambucana.¹⁵⁴ Durante a sua vida jornalística, dedicou-se a criticar a política local, sempre vigilante aos homens que governavam a cidade, e àqueles com quem ele não simpatizava. Sempre atento a qualquer deslize, para denunciar os erros que julgava ser arbitrários. Para isso, utilizou-se de suas colunas nos mais diversos jornais, em que atuou.

E com o samba não foi diferente:

Incentivar o samba pelo Carnaval, é trabalhar contra o frevo. É tirar o frevo do Carnaval pernambucano, é acabar de vez com o que ele tem de original e metê-lo como reboque no carnaval carioca. [...] convém que os vereadores pernambucanos meditem nas minhas palavras e, se querem o carnaval do Recife com sua originalidade, com suas características inimitáveis, evitem qualquer referência, no projeto às “Escolas de Samba” porque equivalem a um “câncer no frevo” [...] ¹⁵⁵

Considerar as escolas de samba como agremiações carnavalescas no Carnaval do Recife e subvencioná-las era um absurdo para o jornalista. Segundo ele, o lugar do samba era no Rio de Janeiro, e a sua presença no Carnaval pernambucano seria mais um passo para a degradação do frevo. Por isso, não perdoava a Câmara Municipal da Rua da Guia (era assim que ele chamava a Câmara Municipal, que funcionava, na Rua da Guia, bairro do Recife) pela oficialização das escolas de samba.

As escolas de samba, que a Câmara da Rua da Guia eleitoralmente incluiu na oficialização do Carnaval Recifense, já ocasionaram malefício em nosso folclore, como pode ser apreciado por quem assistiu ao desfile da chamada Gigantes do Samba. Entre parênteses: quando se aproximou do palanque oficial, no domingo à noite, foi passado o microfone a um locutor de rádio que, entre palavras ocas sobre as escolas de samba, disse que elas representavam tradição no carnaval pernambucano. Não sei como o palanque não se desmoronou, quando proferida semelhante heresia! [...] Dizia eu que as exóticas escolas de samba, haviam já produzido seu mal nas agremiações recifenses. Lembrem-se os que conheceram

¹⁵⁴No ano de 1934, Mario Melo ingressou no *Jornal do Commercio*, aceitando assim um convite de Francisco Pessoa de Queiroz, seu inimigo político de outros tempos e de que dizia ter sido um dos principais responsáveis por sua demissão do *Telégrafo Nacional*, no ano de 1922. Segundo Rostand Paraíso, Francisco Pessoa de Queiroz disse a Mario Melo: escreva, escreva até contra mim, mas escreva. O convite de Francisco Pessoa de Queiroz tinha dois objetivos: o primeiro, Mario Melo era um dos elementos do mais alto valor jornalístico e, segundo, tendo-o dentro de casa, evitaria que ele viesse a ser um perigoso adversário do seu jornal. Queiroz chegou a externar que trazia um tigre para dentro de casa, mas um tigre da mais alta estirpe. Permaneceu no *Jornal do Commercio* com a sua coluna *Crônicas da Cidade*, durante aproximadamente vinte e cinco anos, até a sua morte, ocorrida no dia 24 de maio de 1959.

Mario Melo chegou ao *Jornal Folha da Manhã* no ano de 1938 a convite de Agamenon Magalhães, ali colaborou durante vários anos, até 1957. Também foi colaborador da *Rádio Clube de Pernambuco* e no *Rádio Jornal do Commercio*.

¹⁵⁵MELO, Mário. *Crônica da Cidade. Jornal do Commercio*, Recife, 07 de jan de 1956. p. 02.

nosso carnaval antes do aparecimento em nossas ruas desse quisto mimosamente acolhido para Rua da Guia.¹⁵⁶

Diante das críticas à Câmara Municipal e da influência que o jornalista tinha na sociedade recifense, uma comissão de vereadores foi formada para ir à casa de Mário Melo. O objetivo era convencê-lo da importância da lei aprovada para o Carnaval recifense. Contudo, o jornalista continuou a fazer as suas crônicas contra a oficialização das escolas de samba no Carnaval recifense e os vereadores continuaram a utilizar os jornais para rebater as suas indagações. Segundo o historiador Augusto Neves Silva, o samba estava presente no Carnaval recifense havia muitos anos¹⁵⁷. Então por que só em 1956 que Mário Melo resolve intensificar as críticas às escolas de samba? Seria o medo de que o samba se consolidasse ainda mais com a subvenção, agora oficialmente destinada a essa agremiação?¹⁵⁸

Embora participasse do Carnaval dos clubes pernambucanos, o que Mário Melo gostava mesmo era de visitar as sedes das agremiações carnavalescas, tais como: Vassourinhas, Pás, Batutas de São José, e tantas outras consideradas tipicamente recifenses. O apreço a essas agremiações era tão visível que Nelson Ferreira dedicou-lhe a música *Evocação n° 3*:

Cadê Mário Melo? Partiu para eternidade, Deixando na sua cidade um mundo de saudade sem igual! Foliões, a nossa reverência, A sua grande ausência Do nosso carnaval... De braços para o alto cabelos desgrenhados, Frevando sem parar Lá vem Mário! Defendendo "Vassourinhas", "Pão Duro", "Dona Santa", "Dragões" e "Canindés", Lá vem Mário! Com ele já se abraçaram, Felinto, Pedro Salgado, Guilherme e Fenelon... E no palanque, Sem fim lá do espaço Lá está Mário a bater palmas Para o frevo e para o "passo".¹⁵⁹

Em suas crônicas, o jornalista também se mostrou contra o aparecimento de homens vestidos de mulheres. Achava que isso é invenção do estrangeiro (o jornalista considerava que tudo que não fosse tipicamente pernambucano era estrangeiro). Em uma de suas crônicas, afirmou que deveria a polícia evitar o degradante espetáculo dos desajustes sexuais,

¹⁵⁶O CARNAVAL que passou. *Jornal do Commercio*, Recife, 16/01/56, p. 2.

¹⁵⁷SILVA, Augusto Neves. *Os sentidos da festa: Mário Melo e as escolas de samba no Carnaval recifense (1955-1956)*. Oficina do Historiador (PUC-RS), v.9, 2015, pp.1-22. No prelo.

¹⁵⁸De acordo com Katarina Real, as primeiras escolas de samba apareceram no Recife na década de 1940. Elas foram introduzidas na terra do frevo por pernambucanos que a serviço das Forças Armadas do país, tiveram de passar alguns anos no Rio e entraram em contato com o samba carioca. De volta ao Recife, esses pernambucanos fundaram a escola de samba Garotos do Céu. Para consolidar ainda mais o samba em Recife, durante a II Guerra Mundial, havia a visita dos navios da Marinha Brasileira, cujos tripulantes saíam às “batucada” para brincar o Carnaval e ganhavam a simpatia do povo pernambucano. REAL, op. Cit., 1990, p.48.

¹⁵⁹PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mário Melo ...* Recife: Comungraf, 1997.

inominável costume carioca, que aproveitava os dias de Carnaval pra exibir-se em trajes femininos.¹⁶⁰

Ruy Duarte, no seu livro *História Social do Frevo*, discute o problema da questão do frevo versus o samba no capítulo intitulado *Agonia do Frevo*: “as escolas de samba parecem que tomarão conta do carnaval brasileiro de Norte a Sul do País, inclusive em Pernambuco”¹⁶¹. O autor nos conta que, durante muitos anos da década de 1955 e 1960, segundo relação fornecida pela Federação Carnavalesca de Pernambuco, desfilaram oficialmente vinte e uma escolas de samba contra apenas nove clubes de frevo.¹⁶²

No entanto, para o jornalista Valdi Coutinho, do Diário de Pernambuco, o samba era uma prática pernambucana, além disso, ele contribuía para o engrandecimento do Carnaval recifense. O jornalista não compartilhava das críticas feitas pela maioria dos intelectuais que escreveram sobre o fato, para ele regionalistas estavam preocupados com a essência imutável das manifestações culturais, o que, para Coutinho, não existia.¹⁶³

A antropóloga Katarina Real nos mostra um intenso debate sobre a participação das escolas de samba no carnaval do Recife. A antropóloga caracteriza essa querela como a batalha do frevo-samba. O assunto das escolas de samba era um dos mais explosivos do Carnaval do Recife. Os jornais adoravam as “focacas” dos prós e contra na “batalha do frevo –samba.” Qualquer opinião sobre o assunto virava manchete.¹⁶⁴

2.1 Tem Samba na Terra do Frevo

Todavia os sambistas não se intimidaram com a falta de apoio financeiro por parte da Prefeitura e com as críticas nos jornais. No ano de 1956, a agremiação Gigante do Samba

¹⁶⁰As questões de gênero do Carnaval do Recife se tornaram latentes na década de 1970. As “bonecas” (termo utilizado pelos jornais de circulação na cidade do Recife, para caracterizar as travestis), durante a década de 1970 ganharam visibilidade tanto nas ruas quanto nas páginas dos jornais, sobretudo, as páginas policiais. Contraditoriamente, no período do Carnaval, as “travestis” ao invés de se misturarem com as outras pessoas na multidão, por vezes ganhavam mais destaque do que os outros integrantes das agremiações. No ano de 1974 as travestis foram proibidas de desfilarem em algumas agremiações do Recife. No entanto, como observamos, desde a década de 1950 que homens vestidos de mulher já são fortemente proibidos de andar pelas ruas durante o Carnaval.

¹⁶¹ DUARTE, Ruy. *História Social do Frevo*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1968, p.94.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

¹⁶⁴REAL, Op. cit., 1990, p.52.

apresentou um enredo cujo título era: “com dinheiro ou sem dinheiro, professor, eu brinco”. Essa composição era uma crítica direta ao prefeito Pelópidas Silveira, devido à querela entre a Federação Carnavalesca, o Prefeito e a Câmara de Vereadores, por causa da lei que oficializou o Carnaval do Recife.

As escolas de samba tinham uma série de fatores econômicos e sociais a seu favor, diferente de muitas agremiações. Um dos fatores era que: a “batucada” era de graça. Os batuqueiros eram formados por rapazes de classe social baixa, era uma grande honra sair em uma escola de samba e ganhar aplausos da multidão, que adoravam ouvir as batucadas. Eles ainda ganhavam termo e sapatos novos para o desfile, se não tivessem condições de pagar os trajés. Além disso, durante vários meses antes do Carnaval, os batuqueiros eram chamados para tocar em clubes carnavalescos e até nos clubes sociais, frequentados pela elite pernambucana. Os lucros dessas apresentações eram divididos, ficando a maior parte para a escola de samba, o resto era dividido entre os músicos. Chegando o Carnaval, ambos tinham dinheiro no bolso.¹⁶⁵

Os sambistas desenvolviam táticas para conseguir tirar proveito de qualquer situação. Durante a greve das agremiações carnavalescas em 1947 (que já foi mencionada nessa dissertação), as escolas de samba aproveitaram a situação para ganhar visibilidade dentro do Carnaval do Recife. Em 1948 foi criada a União das Escolas de Samba de Pernambuco (UESP). No ano de 1954 a União das Escolas de Samba de Pernambuco ganhou personalidade jurídica e no ano de 1955, ano em que foi promulgada a lei que oficializava o Carnaval do Recife, ela aparece como uma das instituições dos festejos momescos.¹⁶⁶ Após sérias críticas, sobretudo dos “defensores” do frevo, a lei sofre outra modificação

Art. 5º - A Federação Carnavalesca Pernambucana a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, a **União das Escolas de Samba de Pernambuco** e outras organizações carnavalescas porventura existentes, serão consideradas como entidades auxiliares do Departamento de Documentação e Cultura na organização do Carnaval do Município do Recife.¹⁶⁷ (grifos meus)

Contudo, a inclusão das escolas de samba era inadmissível para os defensores da tradição e do que consideravam o “autêntico” Carnaval pernambucano; podemos observar nos jornais sérias críticas feitas sobretudo pelos “defensores” do frevo. Diante da celeuma provocada, a lei 3346/1955 foi modificada, deixando a União das Escolas de Pernambuco fora

¹⁶⁵Idem.

¹⁶⁶SILVA, Op.cit.

¹⁶⁷ SERÁ oficializado o Carnaval do Recife. *Diário da Noite*, Recife, 26 de fev. 1955. p. 5.

da organização da festa, como podemos observar na regulamentação da Lei n. 3.346 de 27 de janeiro de 1956.

ART.4º - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura, e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal nos termos do art. 6º da Lei nº 3.346, **um representante da Federação Carnavalesca, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife.** Julgar os concursos estabelecidos no art. 1º. e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda e animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art. 2º. deste Regulamento. Das decisões dessa Comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recursos por iniciativa de Diretor do D.D.C. para o Prefeito.¹⁶⁸ (grifos meus)



Imagem 18: Escola Almirante do Samba na rua da Concórdia, 1955

Foto: Alexandre Berzin

Fonte: Museu da Cidade do Recife

As escolas de samba são apenas um dos exemplos da resistência do povo e das agremiações à lei do Carnaval. As pressões em favor da “reforma” sofriam uma resistência teimosa por parte dos foliões e brincantes.¹⁶⁹

Mesmo sem contar com a ajuda financeira da Prefeitura do Recife, os batuqueiros e “postorinhas” da Escola Gigantes do Samba incentivaram os preparativos para o

¹⁶⁸ REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 27 de jan. 1956. p. 6.

¹⁶⁹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

próximo Carnaval. Ainda ontem, à noite, na sua sede social do Alto do Pascoal, os comandados do mestre de harmonia Amaro Brito, estiveram realizando um ensaio de grande envergadura, no decorrer do qual foram ensaiadas as composições com que a agremiação espúria concorrerá para o brilhantismo dos nossos festejos de rua.¹⁷⁰

Inúmeros foliões preferiam o samba durante o Carnaval em detrimento das demais práticas culturais, como maracatu e os clubes de frevo e caboclinhos, já elevados à condição da “verdadeira tradição”. Para alguns desses intelectuais defensores da tradição, sambar em dias de Momo era considerado um crime contra o regionalismo. Essa escolha da parcela da intelectualidade recifense refletia questões políticas, pois, ao incorporar o discurso das escolas de samba como uma prática carioca, relegava-se aos sambistas pernambucanos o lugar social de exilado, do estrangeiro na sua própria terra.¹⁷¹

Para Canclini, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. Passamos de uma sociedade dispersa, com várias comunidades e com culturas tradicionais, locais e homogêneas, para uma sociedade onde a oferta simbólica é heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais¹⁷². Desse modo, os grandes centros urbanos do século XX viveram o apogeu de outras culturas. A presença do samba na terra do frevo é o resultado desse processo.

2.2 Os maracatus em sua forma “primitiva” no Carnaval do Recife

Outra questão que gerou uma grande polêmica no Carnaval do Recife foi o quantitativo da verba destinadas aos “maracatus na sua forma primitiva”. Segundo o decreto lei nº 1.351/56 os maracatus receberiam 15% das verbas destinadas às agremiações carnavalescas, ficando os clubes com 35% e os blocos com 20%. Naquela época existiam dois tipos de Clubes: os de alegorias e os pedestres; o primeiro surgiu na segunda metade do século XIX, quando os grandes centros urbanos viviam o apogeu dos bailes, ao mesmo tempo em que surgiam grupos de mascarados, formados pela mesma elite, que frequentavam os bailes e que começaram a tomar conta das ruas.

¹⁷⁰ BATUQUE da escola de samba Gigante do Samba. Folha da Manhã, Recife, 20 de jan. 1956. p.8.

¹⁷¹ SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011, p.104.

¹⁷² ANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas : estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed. São Paulo: edusp, 2003.

O surgimento desses grupos, posteriormente, fomenta o aparecimento dos clubes pedestres, que eram formados em grande parte pela classe trabalhadora da cidade do Recife. A rua passou a ser disputada por grupos antagônicos: de um lado os grupos de mascarados que andavam pelas ruas com seus luxuosos carros alegóricos, formados pela alta sociedade recifense; do outro estavam os clubes pedestres formados pela classe trabalhadora.

Já os Blocos Carnavalescos Mistos surgiram no Recife a partir dos anos vinte do século XX, com características distintas de outros tipos de agremiações que compunham o Carnaval do Recife. Diferente dos clubes, eram compostos fundamentalmente por pessoas de uma mesma classe social; os blocos surgiram a partir das reuniões festivas promovidas pelas famílias residentes dos bairros de São José e da Boa Vista. Desse modo, podemos compreender por que os Clubes recebiam 35% do total da verba destinada às agremiações. Eles eram formados, na sua grande maioria, pela elite recifense¹⁷³.

Já os maracatus eram formados por negros, moradores da periferia e da Zona da Mata. A situação ainda era pior para os maracatus de baque solto, pois muitos dos folcloristas os consideravam maracatus “disfarçados” ou “híbridos”. Como a historiografia e antropologia nos mostra, existem dois tipos de maracatus em Pernambuco: maracatus de baque solto e os de baque virando¹⁷⁴. Os maracatus de baque virado são considerados um dos símbolos da resistência negra em Pernambuco. Esses grupos passaram por períodos difíceis, principalmente na década 1960, após a morte de Dona Santa, uma afamada rainha do maracatu Elefante, no período. Folcloristas como Katarina Real e Guerra Peixe afirmaram o fim dessa herança. Durante muitos anos foram hostilizados e impedidos de dançar livremente pelas ruas do Recife¹⁷⁵.

Já os maracatus de baque solto, há várias décadas vinham sofrendo “perseguições” pela Federação Carnavalesca Pernambucana, a fim de forçá-los a mudarem de ritmo e também colocar “rei” e “rainha” como nos cortejos dos maracatus nação¹⁷⁶. Segundo a

¹⁷³ NOVA, Júlio Vila. *Panorama de Folião: o Carnaval de Pernambuco na voz dos Blocos Líricos*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife, 2007.

¹⁷⁴FREIRE, Janaina Cordeiro. *A mudança cultural em um Folguedo popular: o caso dos maracatus*. Recife, monografia de conclusão de curso em ciências sociais, UFPE, 1994. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Maracatus-nação, uma história entre a tradição e o espetáculo. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. (Orgs) *Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife: Universitária, 2008.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Entre Pernambuco e a África. História dos maracatus nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000)*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado em História, UFF, 2010.

¹⁷⁵A instituição dos reis e rainhas negros sob a proteção das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, cujos cortejos de coroação deram origem ao maracatu. No Recife, os cortejos dos reis negros se transformaram em maracatu no final do século XIX com a abolição da escravidão. Idem.

¹⁷⁶ Baque significa o toque dos instrumentos. O compasso é retomado a cada ciclo, quaternário, numa constante repetição (virando o compasso). Para maiores informações ler: LIMA, Ivaldo Marciano de França. Op. Cit.

antropóloga Katarina Real, o folguedo também vinha sofrendo perseguição por parte da imprensa, que considerava lastimável a apresentação o aparecimento desses grupos descaracterizados que todos os anos apareciam no Carnaval.

É simplesmente lastimável a apresentação destes maracatus descaracterizados que todos os anos aparecem no Carnaval. Melhor seria que esses conjuntos fossem classificados como tais, pois maracatu com orquestra, flautas e pífano, com uma praga de “tuchaus” carregando nas traseiras aquela lataria pode ser tudo menos “nação africana”.¹⁷⁷

Segundo Katarina Real, nos anos de 1961 e 1965 existiam no Recife aproximadamente onze maracatus rurais dos quais apenas sete estavam filiados à Federação Carnavalesca Pernambucana. Os Filiados recebiam uma pequena subvenção que variava Cr\$ 60.000 ou Cr\$ 70.000. Segundo o Jornal Folha da Manhã,

A grande maioria dos maracatus pernambucanos está caminhando para a completa descaracterização, observando-se mesmo que novo ritmo está surgindo nos nossos festejos de rua, quer pela música, quer pela indumentária. Apenas três dessas agremiações vinham conservando a pureza das suas tradições: Maracatu – Elefante – Leão Coroado e o Estrela Brilhante. Acontece, porém que a dois anos Dona Santa vem tendo sua saúde abalada, sendo problemática a exibição da agremiação centenária no Carnaval deste ano. Por outro lado, a morte ceifou a vida de “Martinha”, ex-rainha do Maracatu Leão Coroado e de Cosmo, o insubstituível rei do Estrela Brilhante, por isso também estas duas tradicionais agremiações típicas do carnaval recifense não estarão presentes aos festejos de momo que se aproxima.¹⁷⁸
(sic)

Desse modo, podemos perceber que existia uma variação entre a subvenção paga aos maracatus de baque solto e os de baque virado. Os primeiros, na década de 1960, passaram pela intervenção da Federação Carnavalesca Pernambucana, sendo “recomendado” que mudassem o seu ritmo musical no sentido de se aproximar do modelo do maracatu nação. Em busca de uma maior subvenção e visibilidade, alguns maracatus de orquestra tornam-se maracatus nação.

Traremos como exemplo o caso do Maracatu Indiano: essa agremiação traz em sua trajetória pelo Carnaval do Recife uma característica que é de fundamental importância para compreender até que ponto esses grupos deveriam se adequar às exigências da Federação Carnavalesca. Isso nos permite analisar como um maracatu considerado “impuro” conseguiu tanto prestígio na época em que predominava a tradição. O maracatu Indiano foi um maracatu de orquestra, que transforma-se em nação por “pressão” da Federação Carnavalesca de

¹⁷⁷*Diário da Noite*, Recife, 11 de jan. 1964 *apud* REAL, op. Cit, p.82.

¹⁷⁸A AUSÊNCIA dos Maracatus. *Folha da Manhã*, Recife, 20 de jan, 1956.p.56. p.8.

Pernambucana, em 1957. O maracatu teve que trocar as suas duas bonecas de pano, por exigência da Federação Carnavalesca, passando a colocar bonecas de madeira; essa imposição, em termos religiosos, acarretava sérios problemas ao grupo. Segundo a antropóloga, Janaina Freire em uma entrevista realizada com os antigos integrantes do maracatu Indiano:

(...) o tratamento reservado à boneca no Indiano é bastante especial. Mesmo que não atenda rigorosamente ao que versa a tradição, ou seja, mesmo que tenha inovado ao levar bonecas de pano para o desfile, esse fenômeno é justificado ritualmente. Não se trata, portanto, de uma transformação “gratuita”.¹⁷⁹

O Indiano foi fundado em 1949, no Alto do Deodato, Zona Norte do Recife. Nos primeiros cinco anos de sua existência foi um maracatu de orquestra. Depois se transforma em maracatu “nação”, até 1991, quando é interrompido. Um dos principais líderes do Indiano foi Zé Gomes. Um homem de grande habilidade para conseguir recursos financeiros para o seu maracatu. O historiador Ivaldo Lima caracteriza Zé Gomes como um homem muito dinâmico, que organizava festa para os integrantes do seu maracatu. E era essa “generosidade” que fez dele um homem popular dentro do seu grupo.

Na década de sessenta, enquanto os maracatus mais tradicionais como o Leão Coroado desfilava com poucos integrantes, o Indiano chegava a levar pelas ruas do Recife mais de 300 desfilantes. O maracatu ganhou vários campeonatos nos desfiles oficiais organizados pela Comissão Organizadora do Carnaval. Essas imposições sofridas pelos maracatus de baque solto representam a força da lei de 1955 sobre eles. As pressões sofridas não foram só externas; dentro da própria agremiação existia o desejo de ser reconhecido.

Os maracatuzeiros do baque-solto eram vistos como estranhas figuras de lanceiros e tuxaus, não sendo compreendidos pelos organizadores dos desfiles oficiais e pela imprensa. Nos jornais pesquisados, não encontramos fotos ou qualquer notícia que não falasse desses grupos de forma depreciativa. Eles eram proibidos de desfilar em lugares oficiais. Por isso, foram obrigados, não na força lei, mas na marra, a ajustar-se ao modo de maracatus africanos, a fim de “merecer” auxílio e subvenção, que por sinal era de apenas 15%.

Não existia uma equidade na distribuição da verba destinada às agremiações. O que corrobora com a ideia de que o Carnaval não é um lugar democrático. É no desenrolar da festa que descobrimos quem é que manda. Os interesses políticos e sociais tornam-se latentes

¹⁷⁹FREIRE. Janaina Cordeiro. *A mudança cultural em um Folgado popular: o caso dos maracatus*. Recife, monografia de conclusão de curso em ciências sociais, UFPE, 1994, p.39.

enquanto Momo reina. Desse modo, por mais que o Carnaval seja um espaço central de resistência do folião e brincante contra as investidas vindas do alto, o Carnaval reflete as relações desiguais existentes na sociedade.

2.3 As disputas em torno da legislação do Carnaval

Ao observarmos a lei 3.346/1955, encontramos indícios de que a legislação do Carnaval veio para consolidar as disputas políticas em torno da festa. De acordo com o artigo 6º da lei em questão: “a Câmara Municipal do Recife far-se-á representar junto ao Departamento de Documentação e Cultura por três dos seus membros, designados pelo plenário e que terão direito a tomar parte em todos os atos concernentes à organização do Carnaval do Recife”¹⁸⁰. Essa determinação garantia à Câmara Municipal uma fiscalização mais efetiva nas providências para a preparação dos festejos momescos e um maior controle na distribuição das verbas. A lei do Carnaval que se constituísse uma ingerência política nos festejos carnavalescos era pior do que a falta de ajuda oficial. Em resposta à legislação que dava à Câmara Municipal o poder de decisão sobre o futuro da festa, o jornal *Folha da Manhã* fez uma severa crítica, principalmente quanto aos recursos destinados às agremiações:

Como é sabido, são os diretores e associados das nossas agremiações carnavalescas quem arrastam com sacrifício de toda natureza, promovem e abrilhantam o Carnaval do Recife. Portanto se dependessem eles da ajuda oficial tão malsinada, de há muito que teriam sido extinto o chamado Carnaval de rua.¹⁸¹

Circulava por toda a cidade em 1956 a notícia de que a Prefeitura da cidade deixou de cumprir integralmente a lei Antônio de Sousa, que oficializou o Carnaval pernambucano. O prefeito Pelópidas Silveira, eleito em 1955, rapidamente desmentiu todos os boatos, afirmando que seria entregue às organizações carnavalescas, na forma prevista pela lei, as verbas destinadas à promoção da festa, num montante de 600.000 Cruzeiros.¹⁸²

¹⁸⁰SERÁ oficializado o Carnaval do Recife. *Diário da Noite*, Recife, 26 de fev. 1955. p. 5.

¹⁸¹ O PREFEITO e o Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 20 de jan. 1956. p.8.

¹⁸² Segundo Antônio Paulo Rezende: A eleição de Pelópidas Silveira, em 1955, se deu num contexto de esperança. O prefeito era do Partido Socialista Brasileiro, obtendo uma votação expressiva [...]. Na sua gestão, a organização da administração municipal foi modificada. Foram feitos concursos públicos, restauração de cargos e salários, mudanças no sistema de arrecadação de tributos, disciplinamento no uso do solo e programa de atendimento às populações carentes, atingindo a alimentação, educação, cultura e habitação. Tudo isso revela a forte intervenção do poder público na vida da cidade; ao mesmo tempo ampliava-se a participação popular, com o crescimento das associações de bairros e de moradores. Havia condições políticas para que se democratizassem as relações de poder, para que se pensasse a modernização junto com a modernidade política. REZENDE,

No dia 27 de janeiro de 1956, Pelópidas Silveira regulamenta a lei N° 3.346/1955, sancionando a Lei a partir do Decreto lei° N° 1.351, dando à DDC - Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife - o encargo de promover e patrocinar os festejos Carnavalescos na capital pernambucana. Com essa regulamentação, a Prefeitura da Cidade do Recife centraliza o seu poder sobre o Carnaval.

Como já vimos no primeiro capítulo, a DDC foi encarregada de promover e patrocinar os festejos carnavalescos na capital Pernambuco, centralizando o poder de regulamentar e organizar o carnaval nessa diretoria. E como reagiram aquelas pessoas e instituições que antes estavam encarregadas de organizar o Carnaval? A ACCR, antes da revisão da lei em questão, a todo momento enfatizava nos jornais o seu total apoio ao Carnaval oficial, se comprometendo a organizar a festa de rua e classificar os campeões, entregando prêmios em dinheiro e troféus aos vencedores, cabendo ao Departamento de Administração da Prefeitura armar o palanque oficial no “Quartel General do frevo”.¹⁸³ No entanto, após a regulamentação da lei 3.346 de 7 de junho de 1955, Pelópidas Silveira diminui o poder de decisão que a ACCR estava conquistando na organização e promoção do festejos momescos com o fim do Estado Novo.

ART.4° - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal, nos termos do art.6° da Lei n. 3.346 um representante da Federação Carnavalesca Pernambucana, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife, jugar os concursos estabelecidos no art.1°e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda, animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art.2°. deste regulamento. Das decisões dessa comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recurso, por iniciativa do Diretor da D. D.C, para o Prefeito.¹⁸⁴

Essa decisão da Prefeitura gerou uma série de críticas, nos periódicos da cidade, com relação à organização do Carnaval do Recife. Para entender o discurso midiático que circulou na urbe a partir de meados da década de quarenta, é preciso perceber que a propagação do Slogan “do melhor Carnaval do mundo” não era apenas um fanatismo ou uma paixão pela folia recifense, mas sim, um interesse político e institucional. Quando os Cronistas (ACCR) perdem o poder de decisão na promoção da festa, as críticas tornam-se constantes e contundentes.

Antonio Paulo de Moraes, *O Recife: História de uma Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002, pp. 130-131.

¹⁸³ ACCR COLABORARÁ com o governo Municipal. *Folha da Manhã*, Recife, 21 de jan.1956. p.8.

¹⁸⁴ REGULAMENTO DA LEI de oficialização do Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 27 de jan. 1956. p.6.

Michel de Certeau nos ajuda a problematizar a mudança de discurso dos cronistas. Para o autor, a interpretação teórica está ligada ao poder de um grupo e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar. “Os eruditos mudam o mundo: esse é o postulado dos eruditos”.¹⁸⁵

O discurso que circulava era de que a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife estava disposta a dar toda colaboração ao poder público para restaurar o Carnaval de rua da capital pernambucana, e foi por isso que credenciou representantes para comporem o Plenário da Comissão Organizadora do Carnaval¹⁸⁶. Entretanto, a entidade declarou que não estava vinculada a nenhum grupo político. “Ela visava apenas resguardar as tradições da maior festa popular que é a festa de rua da cidade do Recife e todas as suas manifestações populares”.¹⁸⁷

Nunca pensei que a organização do Carnaval fosse gerar tanto tumulto. Carnaval, afinal de contas, é uma guerra pacífica, e não uma guerra de verdade. Leio nos jornais que a Comissão Organizadora do Carnaval está decidindo o destino do Carnaval do Recife a portas fechadas. Que segredo de Estado estarão sendo discutidos? Planeja-se algum golpe ou atentado ao governador Carlos Lacerda?¹⁸⁸

A Associação dos Cronistas fomentava e propagava nos jornais de circulação da cidade que os foliões e as agremiações deveriam, em nome da festa e não em favor da oficialização do Carnaval, salvar o Carnaval de rua. Eles difundiam o lema: “liberdade para o Carnaval do Recife”.¹⁸⁹

Desse modo, a atuação dos Cronistas no Carnaval do Recife deve ser vista com muita cautela, pois existe uma produção de significado no que foi escrito ou até mesmo no silêncio do que não teve resposta, do não dito. Ao analisar os jornais de circulação na cidade, percebemos que a ACCR se utilizou do poder de persuasão no seu discurso, para tentar minar o Carnaval oficial.

¹⁸⁵ CERTEAU, Michel. Políticas culturais. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 2003, p. 168.

¹⁸⁶O termo Comissão Organizadora do Carnaval já começa a ser utilizado no início dos anos de 1960. No entanto a lei 9352, que atribui à Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Comissão Organizadora do Carnaval de programar, patrocinar e promover os festejos carnavalescos do Município foi sancionada em 1964, pelo prefeito Augusto Lucena.

¹⁸⁷ A A.C.C.R e o Carnaval de Pernambuco. *Folha da Manhã*, Recife, 10 de jan.1953. p.7.

¹⁸⁸ CARNAVAL E TUMULTO. *Diário da Noite*, Recife, 6 de fev. 1964. p.7.

¹⁸⁹ A A.C.C.R e o Carnaval de Pernambuco. *Folha da Manhã*, Recife, 10 1953. p.7.



Imagem 19: Reunião da Comissão Organizadora do Carnaval (1961)¹⁹⁰
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco/ **Acervo:** Katarina Real

A disputa pelo poder do Carnaval pode ser observada nos periódicos da cidade, a Comissão Organizadora do Carnaval¹⁹¹, a Associação dos Cronistas e a Federação Carnavalesca de Pernambuco faziam calorosos debates em suas reuniões. Contudo, o que prevalecia era a decisão dos representantes da prefeitura, que era constituída por dois membros escolhidos pelo prefeito.

Reuniu-se ontem, a Comissão Organizadora do Carnaval, sob a presidência do sr. José César Regueira Costa, com a presença dos Srs. Newton Cardoso, Lula Cardoso Aires, Arnaldo Moreira Pinto, Aristóteles da Trindade, Aristóteles de Andrade e Sérgio Godói. A entidade, depois de acalorados debates resolveu, entre outras coisas, o seguinte: [...]

e – Determinar que a “Federação Carnavalesca” e “Associação dos Cronistas” escolham os locais onde dever ser armados seus pavilhões oficiais, em ângulos mortos, na forma de sugestão feita pela Delegacia de Trânsito;

¹⁹⁰Da esquerda para direita: (1) Antônio Rodrigues, Presidente da Federação Carnavalesca Pernambucana; (2) Sérgio Godoy, vereador; (3) José de Sousa Alencar, Alex; (4) sem identificação; (5) Alexandrino Rocha; (6) Jornalista Aloísio Falcão; (7) Professor Germano Coelho.

No dia 15 de janeiro 1961, foi nomeado, pelo Governador Miguel Arraes, o novo diretor da DDC, o professor Germano Coelho. Na ocasião, o diretor voltou a afirmar a missão que o DDC tinha em uma cidade como o Recife. O DDC não tinha a função de levar cultura ao povo, ou de apenas desenvolver e documentar. Segundo ele: “a cultura do Recife, que modelou algumas instituições, costumes e tradições admiráveis, se espelha também na desumanização geral de suas paisagens mutiladas, de seus bairros cobertos de mocambos, de suas largas zonas de analfabetismo, desemprego, doença e fome. Assim é a própria estrutura física da cidade e o sistema de atitudes que as contradições engendram, que recomendam um esforço cultural tão amplo, que recebe a tarefa de reconstruir a nossa civilização”. “O DDC tem novo diretor: ação que deverá atingir tôdas as classes e idades”. *Jornal Commercio*, Recife, 15 de jan. 1961. p.3.

¹⁹¹O termo Comissão Organizadora do Carnaval foi encontrado nos periódicos que circulavam pela cidade do Recife muito antes da criação da COC (Comissão Organizadora do Carnaval) em 1964.

h – Rejeitar a proposta do presidente da ACCR no sentido de ser registrado, em ata, o artigo do jornalista Mario Melo, intitulado “Gaudérios do Carnaval”, inserido no “*Jornal do Comércio*”.

A proibição da montagem da passarela teve o voto em contrário do representante da ACCR, que considerou um ato de arbitrário, injustificado, da maioria.¹⁹² (Grifos meus)

A história da passarela surgiu em 1952, a partir de uma ideia do Jornalista Aristófanés de Andrade (Presidente da Federação Carnavalesca Pernambucana), que mandou executar um projeto para que a mesma fosse construída. O responsável por esse projeto polêmico foi o engenheiro do porto do Recife, Valdemar Teixeira Lima. No ano de 1953, o presidente da ACCR, o jornalista Antônio Camelo da Costa, que na época era secretário do jornal Diário de Pernambuco, resolve tirar a ideia da passarela do papel e autoriza a construção da mesma, contando com o patrocínio da indústria e do comércio local. No Carnaval de 1953, a passarela foi a grande novidade da festa. Quando acabaram os festejos, o presidente de ACCR pediu permissão ao Prefeito José do Rego Maciel para que a mesma fosse guardada no almoxarifado da Prefeitura. É a partir desse fato que a “confusão” começou.

Seguindo modelo da passarela, no Carnaval de 1954, a Prefeitura montou duas passarelas: uma similar na Avenida Dantas Barreto, em frente a Matriz de Santo Antônio e na Avenida Guararapes, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos. A ACCR, observando que a Prefeitura estava colocando em segundo plano a atuação dos Cronistas na realização da festa, exigiu que a Prefeitura devolvesse a passarela. Para resolver a questão, foi marcada uma reunião entre as entidades: Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, a Federação Carnavalesca Pernambucana e a Comissão Organizadora do Carnaval.

Com a constituição da Comissão Organizadora do Carnaval, acordou-se naquele órgão, reunir as três entidades na Praça da Independência, onde também será armado a “passarela”. O presidente da COC deu conhecimento no plenário de que a peça já não mais existia, porque todo o seu madeiramento havia sido empregado na confecção de bancas escolares, cadeiras, cabines eleitorais e outra parte fora destruída pelo cupim. Sua restauração custaria mais de cem mil cruzeiros sem que a ACCR houvesse contribuído para isso, direta ou indiretamente.¹⁹³ (*sic*)

Insatisfeita com a atitude da Comissão Organizadora do Carnaval, a ACCR resolve funcionar em outro local, para que assim pudesse ter a ampla liberdade de ação, que havia

¹⁹² PROIBIDA a montagem da passarela. *Folha da Manhã*, Recife, 24 de jan.1958. p.8.

Segundo o Jornal Diário da Noite de 1969, uma junta queria salvar a ACCR, segundo o jornal a finalidade da Associação dos Cronistas foi esquecida e na década de 1960 era uma sigla inútil. Para Paulo Viana, um dos seus fundadores a ACCR já não tinha poder de atuação no carnaval do Recife. JUNTA quer salvar a ACCR. *Diário da Noite*, Recife, 21 de jan. 1969, 2º caderno. p.2.

¹⁹³CARNAVAL: a história da passarela. *Folha da Manhã*. Recife, 14 de jan. 1958, p.3.

perdido com a lei do Carnaval. Como vimos, na lei em questão, a Federação Carnavalesca, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos, dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife e três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal passam a formar uma Comissão, que ficava localizada em uma sala na Praça da Independência. Tudo que estivesse relacionado à promoção dos festejos momescos teria que ser resolvido naquele local. Ficando ao encargo do Diretor do DDC presidir a comissão.

A Associação dos Cronistas foi proibida de colocar o seu letreiro luminoso em frente ao seu pavilhão, montado na Praça da Independência. A Comissão do Carnaval considerava o letreiro “desatencioso” e símbolo de muita vaidade. Desde 1948, quando surge a Associação dos Cronistas, que a entidade passa a premiar e promover o concurso de rei e rainha do Carnaval. Aproveitando a crise entre as três entidades e a crise financeira da Associação dos Cronistas, a Comissão Organizadora do Carnaval resolve promover o concurso, negando aos Cronistas apenas a participação que a lei regulamentava na organização do mesmo.

Como estamos observando, partir de 1955 o reinado de Momo na capital pernambucana ganhava outra forma. A decoração da cidade era de responsabilidade da Prefeitura da cidade, não sendo permitida por lei a ajuda dos comerciantes e lojistas. No entanto, para que a Comissão Organizadora do Carnaval pudesse planejar uma decoração que contemplasse todas as artérias da cidade, era necessária uma maior elasticidade financeira, para que a mesma pudesse cumprir o que estava estabelecido na lei. Porém, o que observamos nos periódicos era que a decoração do Carnaval ficava concentrada em algumas ruas ou avenidas, com a finalidade de evitar dispersão da verba pública. As demais ruas do centro receberam apenas iluminação. O objetivo da Comissão era fazer uma boa decoração em um único trecho, com a verba disponível pela Prefeitura da Cidade do Recife. A decoração das outras ruas do centro ficava a cargo dos comerciantes que desejassem adornar trechos em frente às suas lojas, pois teriam a permissão da prefeitura para fazer publicidade, e ainda ganhariam a iluminação. Essa prática era comum, porém desrespeitava a lei do Carnaval.

Art. 2º- A verba orçamentária destinada ao Carnaval recifense será utilizada do seguinte modo: a) – 60% para os prêmios em dinheiro e aquisição das taças referentes aos concursos previstos no artigo anterior e seus parágrafos e para distribuição às agremiações com existência legal, observando as seguintes percentagens:

Clubes	35%
Blocos	20%
Maracatus	15%
Troças e ursos	10%

Escolas de Samba5%

a) 40% para atender à ornamentação e iluminação, propaganda e animação dos festejos. Desses 40% da verba orçamentária, 20% serão destinados aos serviços extraordinários de limpeza da cidade durante as festas carnavalescas.

ART. 3º - Todos os serviços de ornamento (exceto o de limpeza) iluminação e preparação de ruas e locais para os festejos serão efetuados mediante concorrência, na forma prevista em lei.¹⁹⁴

Os comerciantes e lojistas aprovaram a sugestão da Prefeitura, pois essa medida evitava a pobreza de ornamentos; as ruas estavam recebendo decorações de máscaras e mostrengos, sem nenhuma arte ou estética. Sendo a decoração reutilizada diversas vezes em vários ciclos festivos, como o ciclo natalino, por exemplo. De modo que a pequena verba da prefeitura destinada à decoração carnavalesca não contemplava o grande número de ruas do centro da cidade.

A “Comissão Organizadora do Carnaval”, ontem reunida (extraordinariamente), deliberou por proposta do pintor Lula Cardoso Aires, [...] que sejam as ruas apenas convenientemente iluminadas, em cores, além das lâmpadas de cores normais. **Isto por que a verba destinada á decoração (300 mil cruzeiros) não permitiria uma decoração aceitável.** Para se considerar os argumentos do pintor Lula Cardoso Aires, basta dizer que a decoração dum clube diversional, como o “Internacional” atinge, quase um 1 milhão de cruzeiros . Como, pois decorar se numerosas artérias com essa verba irrisória? Três concorrentes concorreram ao prêmio de 30 mil cruzeiros apresentaram projetos destinados a ornamentação. Todos foram considerados impraticáveis, porquanto não corresponderão ás exigências requeridas de conformidade com o edital de concorrência publicado no Diário Oficial e imprensa comum. O único projeto viável determinaria uma despesa aproximada de um milhão de cruzeiro.¹⁹⁵ (**grifos meus**)

O descontentamento com relação à ornamentação da cidade era constante, com o título “Carnaval do Recife abafado nas trevas”, o jornal Diário da Noite fazia uma crítica à iluminação da cidade do Recife para as festas carnavalescas. Ainda segundo o periódico, a iluminação foi previamente elaborada, no entanto deixava a desejar, principalmente nas ruas centrais, onde a fluxo dos foliões era maior e onde realmente acontecia o Carnaval do povo.¹⁹⁶

se o Carnaval é festa do povo e o Carnaval de Pernambuco é o maior do mundo, não se justifica que para maior brilhantismo dessa festa popular tenha a Prefeitura de arcar, sozinha, com todas as responsabilidades, especialmente as de ordem financeira – isto foi dito, à noite de ontem, pelo representante da edilidade recifense COC, após ter o vereador Valério Rodrigues feito críticas contra a administração municipal, a qual se recusa em gastar milhões com lâmpadas e gambiarras para iluminar a cidade durante o tríduo momesco.¹⁹⁷

¹⁹⁴ REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 27 de jan. 1956. p. 6.

¹⁹⁵ DECORAÇÃO e iluminação das ruas. *Folha da Manhã*, Recife, 19 de jan. 1958. p.8.

¹⁹⁶ CARNAVAL DO RECIFE abafado nas trevas. *Diário da Noite*, Recife, 8 de fev. 1961. p. 5.

¹⁹⁷ PREFEITURA se nega a suportar sozinha a despesa do carnaval. *Diário da Noite*, Recife, 26 de jan. 1964. p.3.

É na década de 1950 que a organização das festas urbanas começa a apresentar certas inovações na forma de ornamentar as cidades, havia a necessidade de tornar mais atraente os espaços urbanos. Esse desejo do poder público estava atrelado à necessidade de transformar os centros urbanos em polos turísticos, contribuindo para a valorização do Carnaval. Essa decoração estava baseada em temas históricos que exploravam, sobretudo, a memória nacional e local. O papel das decoração carnavalesca estava relacionado à capacidade de transformar determinados centros urbanos em territórios festivos e cenários espetaculares. Esses espaços são socialmente construídos por negociações que definem seus usos, no sentido de que ornamentá-los funcionou como uma forma de atrair novamente o público para brincar o Carnaval de rua, já não tão bem visto e disputado.¹⁹⁸

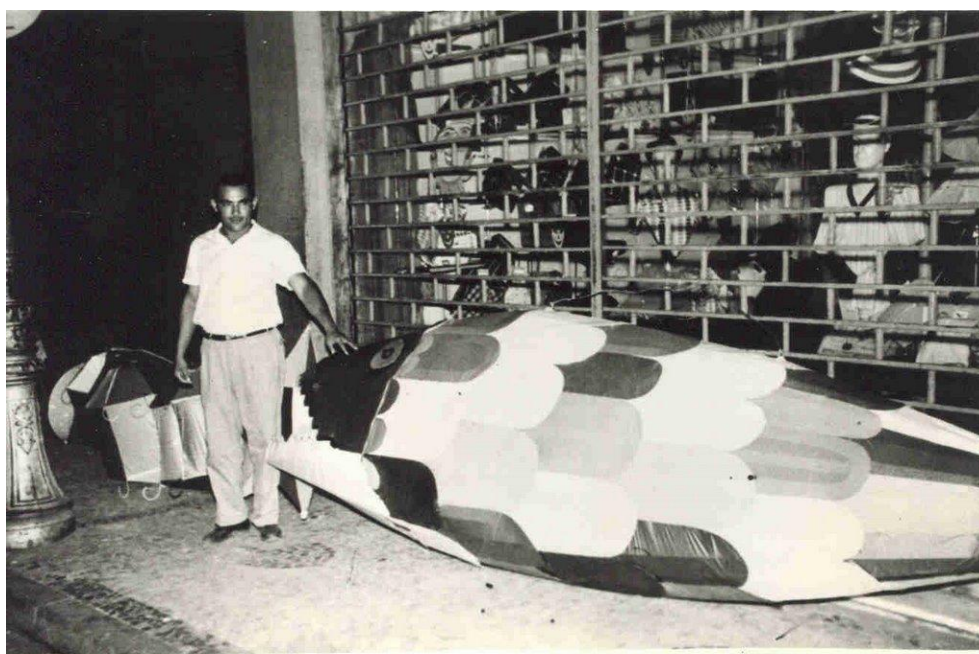


Imagem 20: Peixe da Nação Cambinda Estrela, alegoria carnavalesca, desenhada pelo artista plástico Abelardo da Hora, para o carnaval de rua de 1961.

Fotógrafo: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Os jornais mostravam com todo vigor a desorganização do Carnaval, que, segundo os periódicos, era a demonstração de uma festa mal planejada e que trazia reflexos negativos para todo o Município. Os Cronistas afirmavam que o Carnaval do Recife estava confinado nos clubes (que será problematizado nesta dissertação no terceiro capítulo).

¹⁹⁸GUIMARÃES, Helenise Monteiro. Uma cidade engalanada! decorações de rua e salões de bailes no Carnaval carioca. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata. (Orgs) *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: aeroplano, 2009.

A desorganização do desfile das agremiações também era reflexo de um Carnaval marcado pela corrupção. Muitas agremiações recebiam a subvenção e não desfilavam. Porém, pela lei, elas teriam um prazo para a devolução do dinheiro. Caso não devolvessem o dinheiro, seriam obrigadas a desfilar no ano seguinte sem receber qualquer ajuda e, se novamente não desfilassem, seriam rebaixadas de categoria, ficando proibidas de realizar o desfile oficial no Município, além da exigência da devolução do dinheiro através da justiça. Segundo o Art. 2º nos parágrafos 1º, 2º e 3º da lei nº 3346/1956,

[...] § 1º - A distribuição da verba prevista na letra a deste artigo será feita em duas cotas, após à dedução das verbas necessárias a atribuições de prêmios nos concursos adotados a primeira quota, após a exibição dos clubes.

§ 2º - **A entidade carnavalesca que receber a primeira quota de auxílio e não se exhibir durante os festejos carnavalescos que se seguirem ficará impedida de receber quaisquer auxílios 3 anos consecutivos**, sem prejuízo de outras sanções que a Prefeitura resolver adotar e que poderão ir até à exigência judicial da devolução da primeira quota.

§ 3º - Somente serão distribuídas as quotas aqui previstas as organizações que satisfaçam as condições desse regulamento e que provem ter existência legal e ter se exibido no Carnaval de um dos três últimos anos. (grifos meus)¹⁹⁹

Os problemas financeiros das agremiações eram vários: parcelamento e atraso da subvenção; grupos de segunda categoria ganhavam menos que os da primeira categoria, mas que tinham fazer um desfile luxuoso, se quisessem continuar recebendo a verba. Contudo a subvenção recebida não dava para custear os seus gastos, além disso, havia presidentes que defendiam os interesses financeiros próprios e não os das agremiações, muitos desses líderes, deviam valores altíssimos.

Analisar os festejos momescos no período em que a DDC ficou responsável pela organização do Carnaval do Recife nos permitiu observar que é uma festa política, em que o povo subverteu a ordem de todas as formas. Motivações precisavam ser criadas para o reinado de Momo nas ruas da cidade. Os clubes de frevo, blocos, troças, maracatus e caboclinhos, escolas de samba e folião precisavam de um maior incentivo para saírem às ruas. Os sujeitos estavam em busca de melhores carnavais, era um desejo incessante de querer sempre mais.

A resistência popular pode ser observada nos periódicos que essa pesquisa contemplou. O povo, em alguns momentos, não se rendia à lei do Carnaval e às portarias da

¹⁹⁹ REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval. *Folha da Manhã*, Recife, 27 de jan. 1956. p. 6.

Secretaria de Segurança Pública. As resistências encontradas no reinado de Momo são necessárias para entender a dinâmica social.²⁰⁰

2.4 O controle ostensivo da polícia no Carnaval organizado pela DDC

Como já vimos em capítulo anterior desta dissertação, o controle das autoridades e da polícia sobre o Carnaval foram ostensivos. As fontes de pesquisa policiais recifenses, que incluíam os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do Departamento de Ordem e Política Social (D.O.P.S) deixam transparecer o medo das elites relacionadas às práticas cotidianas, que aconteciam no Recife e aglutinavam multidões, como por exemplo o Carnaval.²⁰¹

Para entender o processo de controle sobre o Carnaval recifense, buscamos entender o que Michel de Certeau chama de táticas e estratégias, para assim entender como acontece a dinâmica social entre diversos agentes sociais. Segundo o autor, as estratégias correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito detentor de algum tipo de poder e querer. O sujeito “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. Nesse caso, a própria normatização do Carnaval imposta pela lei e aplicada pela DDC pode ser entendida como uma estratégia de um segmento social sobre outro, e é visível a disputa de poder que ocorreu no Recife em torno do carnaval nesse período.

As táticas, por sua vez, são apresentadas pelo autor como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às estratégias, que visam impor as táticas que originam diferentes *maneiras de fazer*. Resultam das astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às empresas de controle e tomarem parte no jogo em questão. Elas habitam o cotidiano da cultura caracterizada como

²⁰⁰ CERTEAU, Michel. Políticas culturais. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 2003.

²⁰¹ A Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foi criada em 1934, durante o Estado Novo, esse órgão funcionou no âmbito do aparelho repressivo estatal, através de investigações de indivíduos e instituições associações, agremiações e sindicatos, buscando vigiar as transgressões à ordem pública. Esse órgão era subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Durante a Ditadura Militar de 1964 o DOPS se transforma em Departamento de Ordem e Política Social. Para maiores informações ler: SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). *Ordem & Polícia: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX*. Recife: Ed.Universitária da UFRPE, 2007.

“ordinária”, instância onde são desenvolvidas as práticas e as apropriações culturais dos considerados “não produtores”. Os sujeitos que se utilizam das táticas não pretendem qualquer posição de poder; remetem à ligação dos “fracos” com a cultura. Assim muitas práticas cotidianas correspondem a táticas. Na sua grande maioria, o “modo de fazer” é a vitória do “fraco” sobre os mais “fortes” (os fortes para Certeau são os poderosos, a violência das coisas ou de uma ordem).²⁰² Como vimos, podemos considerar como táticas as diversas manobras feitas pelos maracatus para continuar a existir e se exhibir no Carnaval.

As estratégias para conter os ânimos durante os dias de Momo, ano á ano vinham sendo intensificadas. A polícia determinava seu campos de atuação determinada por dois campos de atuação: a vigilância e a informação. Tudo era feito sob a justificativa de que “repressão” era necessária para que se pudesse atingir a segurança e a ordem.

Para Hobsbawn, os métodos de manipulação e controle das massas considerados bem-sucedidos eram aqueles que exploravam as práticas oriundas de uma necessidade sentida. Por isso os gestos e os divertimentos populares são criados dentro de limites bastante estreitos, devendo ser modelados, para que, assim, os que têm o controle tenham êxito.²⁰³

O espaço público da festa passou a ser socialmente construído por negociações que definiam seus usos. Ornamentar, organizar, vigiar e reprimir funcionaram como uma forma de atrair novamente o público para brincar o Carnaval de rua, já não tão bem visto e disputado. Todos os anos, quinze dias antes, o Secretário de Segurança Pública divulgava nos jornais de grande circulação do Recife o que era permitido ou não durante os dias de Momo. Essas portarias tinham por objetivo evitar o abuso da “liberdade”, limitar os excessos na brincadeira e banir o uso de psicotrópicos (maconha, solvente, pós e líquidos corrosivos). O lança-perfume e o escape livre eram os grandes vilões do Carnaval da década de 1950 e 1960.²⁰⁴

²⁰²CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 20ª ed. Rio de Janeiro: editora vozes, 2014, pp. 46-47.

²⁰³HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

²⁰⁴ O lança-perfume é uma droga produzida com solventes químicos à base de cloreto de etila. A droga acelera a frequência cardíaca. Aparentemente inofensiva devido ao seu cheiro, esta droga destrói as células do cérebro e pode levar o usuário a ter desmaios ou vômitos. Disponível: <http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/09/lanca-perfume-colombina-1936>. Acesso em: 26/12/2015.



Imagem21: Carnaval do Recife de 1947

Foto: Pierre Verger

Fonte: Fundação Pierre Verger

O lança-perfume surgiu em 1906 no Rio de Janeiro. Fabricado na Suíça, no Brasil seu uso ganhou grandes proporções. Segundo o jornalista Leonardo Dantas Silva, antes o éter servia como corte às damas, que tinha por objetivo perfumar e agradar o sexo oposto. Com o passar dos anos, transformar-se em arma: munidos do lança-perfume, alguns foliões passaram a espirrar o seu líquido, visando sobretudo, os olhos das pessoas.



Imagem 22: Propaganda do Lança Perfume Colombina (1936)

Fonte: <http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/09/lanca-perfume-colombina-1936.html>. Acesso em: 26/12/2015.

O uso indevido do Lança Perfume era tão grande que surgiram no comércio óculos de celuloide que tinha por objetivo proteger os olhos dos foliões que constantemente passaram a ser surpreendidos por “espirros” de lança perfume nos olhos. O produto se tornou tão cobiçado e valorizado economicamente no Carnaval do Recife que os roubos do lança perfume tornaram-se comuns.

Um descuidista levou dez dúzias de lança-perfumes do sr. Raimundo de Souza quando se encontrava nas mediações do edifício Cunha Rêgo, no Cais de Santa Rita. O prejudicado, que se encontra hospedado na - Pensão Padilha- na rua da Praia, esteve na Delegacia de investigações para registrar uma queixa e solicitar providencias às autoridades.²⁰⁵

²⁰⁵ ROUBADO em 10 dúzias de lança-perfumes. *Diário da Noite*, Recife, 18 de jan. 1960. p.4.

Com uso indevido do lança perfume pela população recifense, as autoridades passaram a proibir o uso e a comercialização do produto durante os festejos momescos. Em 1955 o Secretário de Segurança Pública, o coronel Bráulio Guimarães, lançou uma portaria que extinguiu o éter, alegando que o seu uso poderia colocar em risco a manutenção da ordem na cidade. Os consumidores do produto manifestaram sua insatisfação com a decisão,

Ora, que importância há que o povo use e abuse do mesmo? O crime é que se aspire porque entorpece, nesse caso ele mande os seus “pupilos” trabalhar nos dias de carnaval – eles são pagos é para isso – e que quando os mesmos apreenderem os referidos lanças não fiquem a aspirar, como tem acontecido nos anos anteriores. ²⁰⁶

Na imprensa recifense, os protestos contra essa forma violenta de viver o Carnaval, ganharam críticas severas. O que era um brinquedo “inofensivo”, romântico e barato, passou a ter outra conotação. Segundo *Jornal Diário da Noite*:

As barracas de lança perfume, nas quais nas proximidades do Carnaval os profissionais do jogo do azar exploram todas as 24 horas de cada dia a população, continuam funcionando cada vez com maior intensidade, dando-nos a impressão (que pedimos a Deus seja falsa) de que o jato de éter que dela se emana é tão forte que cegou toda a polícia [...] ²⁰⁷

Muito antes do Presidente da República Jânio Quadros, através do decreto n.º 51.211, de 18 de agosto de 1961, proibir a fabricação, comercialização e uso do lança-perfume no território nacional, no Recife à proibição uso do produto já imperava havia muito. ²⁰⁸Essa proibição gerava uma forte repercussão nos jornais, entre a sociedade civil e as autoridades policiais:

O advogado WanderKolk Wanderley impetrou, hoje, ao Tribunal de Justiça do Estado, um mandado de segurança contra a portaria do coronel Bráulio Guimarães, Secretário de Segurança Pública, que proibiu o uso de lança perfumes no Carnaval. Justificando o seu pedido, o advogado Wandenkolk salienta que o uso de lança-perfumes é tradicional no Recife e que, se cumprida tal portaria, o Carnaval seria seriamente prejudicado, quando as razões da proibição, indaga: - “o porte lança-perfume, por si só, constitui um crime ou uma contravenção? Não.
- Pode a autoridade policial, sob qualquer pretexto, proibir o exercício de um direito individual que não contraria direito de outrem e não acarreta na ofensa a disposição alguma que interessa à ordem publica? Não”. ²⁰⁹

²⁰⁶O povo hoje nas ruas exigindo o lança perfume. *Correio do Povo*. Recife, 11 de fev. 1955. p.6

²⁰⁷LANÇA-PERFUME nos olhos da polícia. *Diário da Noite*, Recife, 8 de fev. 1955. p.4.

²⁰⁸ Considerando, finalmente, que nada justifica a tolerância do Poder Público para com o emprego da substância nociva à saúde, como instrumento de folguedo carnavalesco, acessível à generalidade da população, DECRETA: **Artigo 1º** Ficam proibidos a fabricação, o comércio e o uso do "lança-perfume" em todo o território nacional. **Artigo 2º** Serão cassadas, pelos órgãos competentes do Poder Público as licenças e patentes anteriormente concedidas para tal indústria.

Artigo 3º As autoridades policiais tomarão providências para que sejam cumpridas as determinações constantes do presente Decreto. RECIFE. Decreto: N° 51.211, DE 18 de agosto de 1961. *Câmara dos Deputados*.

²⁰⁹ WANDERKOLK WANDERLEY quer brincar o Carnaval. *Diário da Noite*, Recife, 10 de fev.1955. p.2.

As tentativas de proibição ao lança perfume nos festejos momescos do Recife foram tão intensas que o tema virou até música de Frevo – Canção: *Me dá um cheirinho*, de Sebastião Lopes, interpretada pelo Jackson do Pandeiro. A música era o sucesso nos bailes e no Carnaval de rua.²¹⁰

Me dá um lenço, Mandarin,
Bote um pouquinho,
Desse cheirinho pra mim,
Bote, bote, bote, mais um bocadinho,
Eu vou pro céu devagarinho.
O Delegado não quer que eu cheire isso não,
Pode haver confusão no salão,
Bote, bote, bote, sempre um bocadinho,
Pra alegrar o coração de um folião.

Em suma, o lança perfume foi fortemente proibido pela delegacia de vigilância. Os agentes percorriam todos os clubes em busca dos foliões subversivos, que mesmo diante da proibição ao uso do éter, inalavam o produto a olhos vistos. O fato é que os foliões e a imprensa não viam o lança perfume como um perigo à manutenção da ordem, nos dias de Momo.

A reportagem do DIÁRIO DA NOITE esteve nalguns grêmios e pôde observar o trabalho da policia o qual somente não merece maiores elogios em face da falta de urbanidade de certos patrulheiros para com as pessoas a quem se dirigem. Outro abuso que precisa ser, de imediato, **evitado pelo Coronel Costa Cavalcanti é essa pratica da polícia de tomar os lança dos aspiradores de éter. Acreditamos que a policia cabe apenas reprimir o vício, mas não tomar o lança-perfume de ninguém.** Indubitavelmente, isto se constitui um crime contra a economia popular e como é feito, em certas ocasiões, não exageramos em dizer o absurdo mais parece um assalto contra a propriedade alheia.²¹¹ (*sic*) (grifos meus)

A partir de 1961, com o decreto lei Nº 51.211, de 18 de agosto, o debate nos jornais do Recife sobre o lança perfume arrefeceu, pois já não havia a discussão se a proibição da Secretária de Segurança Pública era lícita ou não. O fato é que a polícia continuava com o controle ostensivo aos aspiradores de éter: “Poucos foram os policiais que exorbitaram de suas obrigações, espancando ébrios surpreendidos aspirando éter ou cometendo outros desatinos”. Desse modo, não podemos afirmar que com a proibição, os foliões não consumiam mais o lança perfume.²¹²

²¹⁰JACKSON DO PANDEIRO, um “show” autêntico. *Correio da Manhã*, Recife, 1 de fev. 1956. Capa.

²¹¹MEDIDAS POLICIAIS já em prática nos clubes: festejos carnavalescos. *Diário da Noite*, Recife, 16 de jan. 1955. p.2.

²¹²Idem.

Segundo Marcília Gama, os dispositivos de Segurança Pública, “em épocas diferentes surgem alvos distintos, objetos diferenciados de intervenção da polícia, para que os quais se voltam com mais intensidade na tentativa de manter a ordem”.²¹³As regras da Secretaria de Segurança Pública para o Carnaval ao longo da década de cinquenta e sessenta pouco mudaram. E quando houve mudanças, esses foram no sentido de criar mais proibições, como no caso do escape livre.

A festa sob rodas surge na cidade do Recife motivada pela busca de novos comportamentos que proporcionassem momentos de lazer para as elites de um Recife que se modernizava, no início do século XX, e tinha o propósito de combater velhos hábitos considerados desviantes para época. O curso, para as elites, tinha a função de transformar o espaço público da festa. A brincadeira, de estilo europeu, consistia num desfile de carros ornamentados, geralmente de capotas arriadas, que se deslocavam pelas principais vias do centro, transportando pessoas ricamente fantasiadas, que travavam batalhas de confetes e serpentinas.

No Carnaval do Recife, o desfile do curso era visto com bons olhos até o início da década de 1950. A Associação dos cronistas chegou a oferecer uma premiação aos carros que desfilassem no Pátio do Paraíso (local onde a Associação montava o pavilhão). Com essa iniciativa, a prática se popularizou, pois os foliões que iam assistir ao desfile, também queria participar a qualquer custo. Por isso, os que não tinham automóveis começaram a alugar os carros para participar.

²¹³SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SILVA, Giselda Brito (Orgs.). *Ordem & Polícia: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX*. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.



Imagem 23: O Corso no Carnaval do Recife

Foto: Alexandro Auler

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

O corso era o principal alvo da disciplina imposta pelas autoridades no início das festividades Carnavalescas na década de 1950. Os carros eram fiscalizados desde a composição mecânica até ao trajeto a ser percorrido. Essa atitude de fiscalização ao Corso foi comum por muitos anos. Os automóveis precisavam estar cadastrados na Secretária de Segurança Pública e deveriam estar com todas as suas obrigações municipais quitadas. Além disso, não poderiam apresentar avarias que colocassem em risco a vida dos participantes do desfile e do público presente nas calçadas a contemplar o desfile. Eles deveriam respeitar o itinerário determinado pela Delegacia de Trânsito.²¹⁴ Com a popularidade da brincadeira e com a crescente prática do escape-livre nos carros, a Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Trânsito, tornaram ostensivo o conjunto de medidas e ordenamentos, com a finalidade de controlar a participação dos foliões no corso.²¹⁵

²¹⁴MELO, Diogo Barreto. *Brincantes do Silêncio: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

²¹⁵SANTOS, Mário Ribeiro. *A festa sob rodas: o carnaval do corso nas ruas do Recife*. Revista algo mais, Pernambuco, 8 de março de 2011. Disponível em: <http://revistaalgomais.com.br/blog/?p=1604>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.



Imagem 24: Corso na rua Nova, 1955

Foto: Roberto Cavalcanti

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife

O escape livre consistia em colocar uma válvula (que custava era Cr\$ 500) no escapamento dos veículos. Essa prática fazia um barulho ensurdecedor. A Secretária de Segurança Pública acreditava que práticas como essa estavam afastando os foliões das ruas durante o Carnaval. Por essa razão, portarias precisavam ser criadas no sentido de combater tudo que colocasse em risco a ordem pública.

A Delegacia de Transito baixou portaria comunicando que será cumprida rigorosamente as determinações do Conselho Regional de Transito e da Portaria n. 177, de 28 de fevereiro último, no que se refere ao chamado “escape livre”, “apitos” e tudo que venha a produzir ruídos. Os veículos que forem encontrados em tal situação serão retirados de circulação.²¹⁶ (sic)

A repressão policial crescia desde os primeiros anos do século XX. No entanto, o sistema abria espaço as portarias e a polícia dava margem à subversão. Segundo Melo, “as delegacias buscavam impor uma vigilância à sociedade, especialmente no intuito de provocar uma mudança de hábitos, conceitos, culturas, valores e tendo como alvo a implantação de verdades pautadas pela legislação”.²¹⁷

A iniciativa de fazer uma “limpeza” na urbe uma semana antes do Carnaval tinha por finalidade recolher os “marginais”, tornando-se, assim, uma prática comum entre as décadas

²¹⁶ PROIBIDO o escape livre. *Diario de Pernambuco*, Recife. 8 de fev, 1964. p.3.

²¹⁷Idem.

de 1950 e 1960. A Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, juntamente com os comissários de polícia dos subúrbios, promoviam uma semana antes do Carnaval, uma “limpeza” por toda a cidade, sobretudo no centro do Recife. Essa prática ficou conhecida na época, como “saneamento pré-carnavalesco”. Na ocasião, eram apreendidos revólveres, facas peixeira, quicés e os malandros (conhecidos também como gatunos).²¹⁸

Prossegui, durante todo o dia de ontem e a madrugada de hoje, a caçada da polícia aos marginais que atuam na cidade no sentido de recolhê-los ao xadrez e livrar, assim, a população dos criminosos durante os festejos carnavalescos. Essa medida, é comum e normal durante o período que precede as principais festas do ano, está sendo empregada com maior intensidade neste carnaval face a determinação do secretário Silvío Ferreira de garantir a tranquilidade do folião, apenas contendo com rigor os excessos. Houve, no entanto, um certo atraso no início desse trabalho, em relação ao Rio e S. Paulo, cujas polícias já vem tomando essa providência há cerca de três semanas para evitar **que os marginais tenham oportunidade de se afastar da cidade, durante a fase mais aguda da repressão.**²¹⁹ (*sic*)

A polícia inventava novas formas de controlar os foliões. A repressão crescia, desde os primeiros anos do século XX. No entanto, as portarias regulamentadoras davam margens à ações e formas de subversão da ordem. Tendo em vista que muitas vezes não eram tão eficientes e ágeis como os “gatunos”, que aproveitavam “as falhas” da delegacia de costumes para fugir.

Por sua vez, embora já tenha pronto o esquema de fiscalização para o Carnaval, inclusive com todos os fiscais já com roteiro de serviço e distribuídos nos vários setores, a Delegacia de Menores ainda não iniciou o trabalho de reconhecer os pivetes das principais ruas da cidade. A providência, considerada de suma importância para que o recifense tenha um carnaval tranquilo, era para ser tomada na semana passada. [...].²²⁰

Nesse sentido, a festa do riso torna-se objeto de esforço e desejo dos administradores e planejadores para “ensinar”, na lei e na marra, novos costumes de civilidade e ordem. A folia representou a dialética de resistência/dominação: para os populares um espaço para a subversão da ordem e da lei; e para os governantes, a possibilidade de aproximação e controle social. Segundo Certeau, para compreender a “cultura popular” é preciso situá-la neste espaço de encontros entre as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os

²¹⁸ POLÍCIA LIMPA o Recife contra armas e gatunos: operação pré – Carnaval. *Diário da Noite*, Recife, 30 de jan. 1964. p.6.

²¹⁹ PROSEGUEM prisões de marginais para garantir folião no Carnaval. *Diário da Noite*, Recife, 16 de fev de 1964. p. 4.

²²⁰ MENORES. *Diário da Noite*, Recife, 16 de fev de 1964. p. 4.

mecanismos de dominação simbólica, e do outro lado às lógicas específicas em funcionamento dos usos de apropriação do que é imposto.²²¹

Se nas ruas os foliões sofriam um forte controle da SSP e suas portarias, nos clubes tradicionais como, o Internacional do Recife, Cabanga, Português, Sport Club do Recife, Clube Náutico Capibaribe, a vigilância não era tão branda. Mesmo ocorrendo em ambientes fechados e administrados pela propriedade privada, a lei do Carnaval também instituiu regras e normas para clubes. Nesse seguimento, gostaríamos de convidá-lo a adentrar carnavais confinados nos clubes da cidade.

²²¹ CERTEAU, Michel. Políticas culturais. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 2003, p.198.

CAPÍTULO III

*Madeira do Rosarinho
Vem à cidade sua fama mostrar
E traz com seu pessoal
Seu estandarte tão original
Não vem pra fazer barulho
Vem só dizer; e com satisfação
Queiram ou não queiram os juízes
O nosso bloco é de fato campeão
E se aqui estamos, cantando esta canção
Vimos defender a nossa tradição
E dizer bem alto que a injustiça dói
Nós somos “Madeira”, de lei que cupim não rói.²²²*

A relação das agremiações com a organização do Carnaval

Iniciamos este capítulo com o frevo de bloco – “*Madeira que cupim não rói*”, composto pelo famoso maestro e compositor Capiba, em 1963, a pedido do bloco Madeira do Rosarinho como um desabafo pelas supostas injustiças cometidas contra o bloco pelas comissões julgadoras do Carnaval. Nesse sentido, as linhas aqui escritas vêm corroborar para mostrar que as agremiações, cada uma dentro das suas particularidades, se utilizaram de táticas e estratégias para demonstrar as suas insatisfações com os organizadores da festa. Elas utilizaram o espaço público, ou seja, a rua, para mostrar que o reinado de Momo é a festa da alegria, mas também é um momento de tensões, de conflitos, de disputas e alianças entre diferentes agentes, que se conflitam e se debatem em torno das práticas que as constituíram.

Para o antropólogo Roberto DaMatta, o Carnaval é um tempo tenso, de uma competição na maioria das vezes refeita, que não custa somente dinheiro e suor, mas gera renda e emprego, movimentando a vida de milhares de pessoas. É um tempo perturbador, o tempo anual ordinário. É durante o Carnaval que as práticas que se dão nos bastidores nos revelam reflexões sobre o reinado de Momo.²²³

²²²CAPIBA. *Madeira que cupim não rói*. 1963. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/capiba/madeira-que-cupim-nao-roi.html>>

²²³MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio De Janeiro: Zahar, 1979.

Os Carnavais das décadas de 1950 e 1960 foram marcados por uma disputa entre os organizadores da festa e as agremiações carnavalescas. Ao analisarmos os periódicos selecionados nesta pesquisa, percebemos que os jornais foram um dos principais meios de comunicação utilizados pelos brincantes para requerer mais recursos financeiros para que eles pudessem colocar o brinquedo na rua.

Os dirigentes das agremiações carnavalescas ameaçavam, com frequência, não colocar seus clubes, blocos, troças, maracatus e escolas de samba para desfilar, caso as subvenções do estado e do município não fossem liberadas com antecedência. Eles lastimavam a falta de atenção que vinham recebendo dos poderes constituídos, apesar da responsabilidade que tinham em animar o Carnaval Pernambucano.

Art.1º - Caberá ao DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA da Prefeitura Municipal do Recife o encargo de promover e **patrocinar diretamente, os festejos carnavalescos neste Município**, preservando, sobretudo os clubes de frevo, os maracatus, em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho.

§ 1º - Serão também, auxiliadas outras organizações carnavalescas que contribuam para a animação e grandeza do Carnaval, **devendo esse auxílio ser de natureza técnica e de ordem financeira.**

§ 3º - Também serão instituídos com aprovação previa do Prefeito e anualmente, concursos de clubes, maracatus, troças, caboclinhos, ursos e escolas de samba que se exibirem durante os festejos carnavalescos bem como de veículos abertos e ornamentados que participarem regularmente do curso.²²⁴ (*sic*) **(grifos meus)**

A decretação das leis do Carnaval e a “obrigatoriedade” do Departamento de Documentação e Cultura e da Prefeitura do Recife em patrocinar as agremiações não surtiram muito efeito. A crise financeira, ou melhor, o discurso de uma possível crise que a Prefeitura alegava estar passando, fizeram com que, aos poucos, algumas agremiações começassem a desaparecer do cenário carnavalesco. Os seus dirigentes alegavam que estavam enfrentando dificuldades financeiras e que estariam com o “nome sujo na praça”. A situação das agremiações tornou-se tão preocupante que a questão da verba foi um tema constante na Câmara Municipal durante as décadas de 1950 e 1960.

Diretores do Clube Vassourinhas estiveram ontem, na Câmara Municipal, solicitando a interferência do vereador Miguel Batista no sentido de a Municipalidade liberar uma verba de 120 mil cruzeiros, destinada àquele popular conjunto carnavalesco.

Informaram os diretores dos Vassourinhas que o referido clube está lutando com grandes dificuldades para sua exibição no carnaval de 1963, em face da pouca ajuda que tem recebido dos poderes públicos. No orçamento do Estado – adiantaram – o referido cordão tem uma verba de 500 mil cruzeiros, porem ao que tudo indica, a

²²⁴ REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval. *Folha da Manhã*. Recife, 27 de jan. 1956, p. 6.

mesma não será liberada pelo governador Miguel Arraes, criando, assim, uma situação difícil para o clube mais querido do Carnaval pernambucano. Apesar do Carnaval ser uma festa do povo, ao que parece, o sr. Miguel Arraes, não pretende dar nenhuma ajuda aos cordões carnavalescos, muito embora tenha feito mirabolantes promessas durante a sua campanha eleitoral ...²²⁵

Dessa forma, as críticas ao Carnaval do Recife também foram assunto na Câmara Municipal. Na opinião de alguns vereadores, a falta de planejamento e a politicagem e até mesmo a ausência de honestidade estavam acabando com todas as manifestações culturais da capital pernambucana. Para eles, o Carnaval do Recife se reduzia aos clubes. E o que havia em termos de manifestações culturais capazes de atrair o povo para as ruas a fim de brincar a folia de Momo, estava desaparecendo. Por dois motivos: o primeiro seria a falta de capacidade administrativa para o planejamento, e o segundo era falta de iniciativa para resolver os problemas existentes entre agremiações e governo.

Encontramos diversos registros nos jornais que relatavam o atraso na liberação das verbas, fato que estaria prejudicando agremiações carnavalescas mais tradicionais do Recife como: Vassourinhas, Batutas de São José, Pão duro, Pavão Dourado, Bebés, Batutas da Boa Vista e tantas outras. Uma das estratégias utilizadas por essas agremiações era a promoção de bailes para que pudessem arrecadar dinheiro. Além disso, eles contavam com colaboração dos moradores, comerciantes, dos próprios integrantes, faziam rifas, arrecadavam dinheiro através do famoso livros de ouro e tantas outras táticas.

O Bloco Inocentes do Rosarinho realiza na noite do próximo sábado em sua sede social seu tradicional baile a fantasia, devendo as danças serem iniciadas às 22 horas. A grande orquestra de frevo do simpático grêmio Rosarinho estará a frente das animações executando grandes sucessos da temporada momesca. Não faltará os confetes, às serpentinas, lança perfumes, enquanto os salões do referido bloco apresentará uma interessante ornamentação.²²⁶ (*sic*)

Essas estratégias, criadas por muitas agremiações, permitiam que algumas delas não deixassem de desfilar durante Carnaval. Como já observamos nesta dissertação, as escolas de samba neste período ganharam visibilidade e prestígio junto ao público recifense. Para que o leitor possa entender a força que o samba passa a ter na terra do frevo, citaremos o exemplo do Carnaval de 1959, quando a Escola Gigantes do Samba chegou a colocar na avenida 450 figurantes. Os sambistas utilizavam-se muitas estratégias para atrair o público. Apresentavam

²²⁵CARNAVAL: clube Vassourinhas quer ajuda dos poderes públicos. *Diario de Pernambuco*, Recife, 14 de fev. 1963. p.8.

²²⁶INOCENTES do Rosarinho. *Diário da Noite*, Recife, 5 de fev.1959. p.9.

exibições altamente atrativas marcadas pela homogeneidade, cadência e unidade dos passos e manobras. Era um verdadeiro espetáculo nas ruas.²²⁷

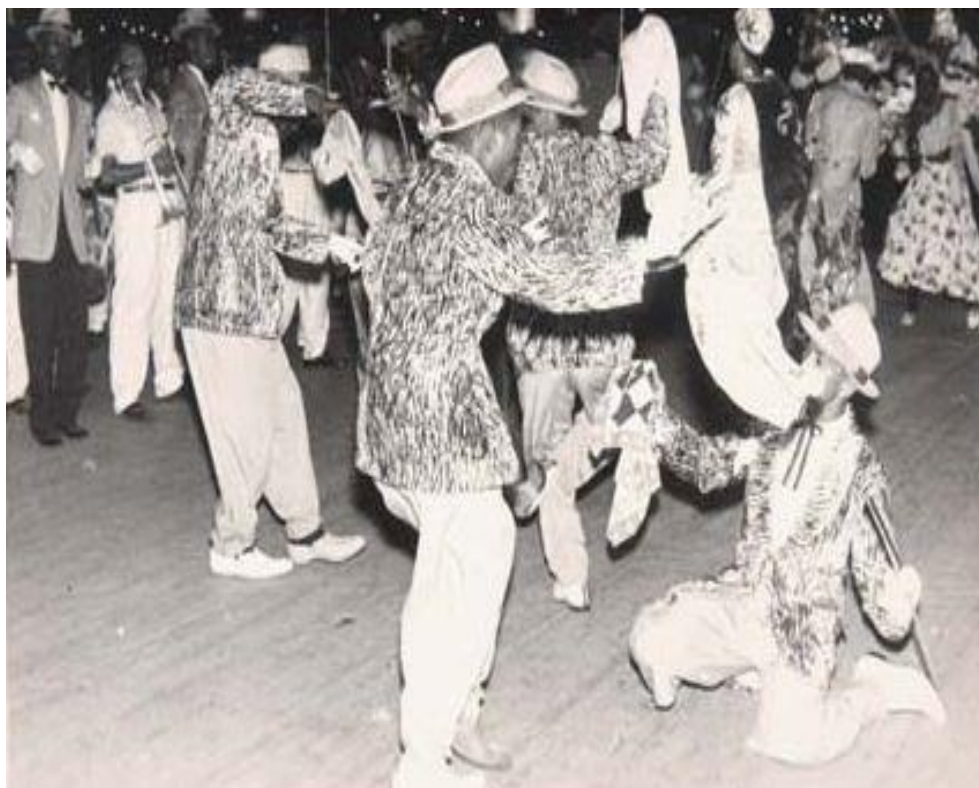


Imagem 25: Malabaristas da Escola de Samba Estudantes de São José – Recife, 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Porém, se de um lado o público prestigiava e se encantava com as escolas de samba, os defensores do ritmo genuinamente pernambucano: o frevo, tais como os jornalistas Mário Melo, Anibal Fernandes e o sociólogo e jornalista Gilberto Freyre, defendiam a não participação das escolas de samba no Carnaval do Recife.²²⁸ Freyre era um grande defensor das tradições pernambucanas, publicou vários artigos no *Jornal do Commercio* e no *Diario de Pernambuco*, chegando a escrever diversos textos sobre a presença do samba que, para ele, representava um perigo de morte para a maior festa recifense: o Carnaval.

[...] Ninguém pretende que se proíba a presença do samba carioca ou do carnaval de Nice ou do de Veneza no carnaval do Recife. Mas não se compreende que se deixe o carnaval pernambucano morrer, na sua principal fonte e perder sua espontaneidade

²²⁷450 “Figuras” na Gigante. *Diario de Pernambuco*, Recife, 14 de jan. 1959, p.11.

²²⁸ Segundo o historiador Augusto Neves, Anibal Fernandes foi um jornalista do *Diario de Pernambuco* e durante o processo de oficialização do carnaval do Recife, em 1955, se posicionou ativamente nos jornais contra a inclusão do samba como agremiações que deveriam receber a subvenção dos cofres públicos para apresentar-se nos dias de Momo. SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

popular, regional, brasileira, para que assim se instale triunfal e maciçamente através do poder do dinheiro ou de proteção oficial, qualquer desses carnavais exóticos, através de um dirigismo de todo o contrário ao espírito de nossa tradição carnavalesca.

O carnaval de Nice é muito bonito na França; o de Veneza, na Itália; o carioca, no Rio. No Recife, matar-se o frevo, o passo, o maracatu, o clube popular, o bloco, a espontaneidade, para quase oficializar-se o samba, a escola de samba, o arremedo ou a caricatura do carnaval carioca, chega a ser crime de traição ao Recife ou a Pernambuco.

A traição ostensiva às tradições mais características de Pernambuco no que se refere a expressões carnavalescas. Um carnaval do Recife em que comecem a predominar escolas de samba ou qualquer outro exotismo dirigido, já não é um carnaval recifense ou pernambucano: é um inexpressível, postiço e até caricaturesco carnaval subcarioca ou sub-isso ou sub-aquilo. De modo que a inesperada predominância, no carnaval desse ano, do samba subcarioca, deve alarmar, inquietar e despertar o brio de todo bom pernambucano.

Se há algum Calabarismo a trair o carnaval do Recife, a favor de um carnaval estranho, que seja o quanto antes dominado este calabarismo. Afinal, como se explica a repentina organização de não sei quantas escolas de samba subcariocas na Cidade do Recife? A que plano obedece tal organização? Com que objetivo ele se está perpetuando? Eleitoralismo disfarçado? Estará havendo politiquice de qualquer espécie através do carnaval? Inocentes úteis estarão em jogo? Ou o colapso da tradição carnavalesca do Recife por simples e passivo furor de imitação do exótico furor tão contrário ao brio recifense.²²⁹

A campanha contra o samba era visível nos jornais de circulação. As agremiações tradicionais recifenses se empenhavam para trazer para as ruas uma apresentação impecável, para mostrar que na terra do frevo o samba não poderia ter tanto prestígio e visibilidade.

Citaremos o exemplo do Bloco Batutas de São José, que, ao longo do tempo, “buliçosamente” circulou pelo bairro de São José, sempre acompanhada por seus fiéis batuqueiros, políticos, intelectuais e empregados do comércio que frequentavam sua sede durante todo o ano. Os dirigentes do Bloco utilizavam-se de várias táticas para conseguir recursos e ganhar visibilidade entre os amantes do Carnaval. O maior sucesso comercial do Batutas foi a música *Você sabe lá o que é isso*, de autoria de João Santiago, feita para o Carnaval de 1952 e que ficou conhecida como o hino do bloco.²³⁰ As músicas foram utilizadas como uma forma de aproximar o povo das agremiações.

Eu quero entrar na folia, meu bem.
Você sabe lá o que é isso?
Batutas de São José, isso é, parece que tem feitiço
Batutas tem atração que ninguém pode resistir
Um frevo desses que faz demais a gente se distinguir

²²⁹ RECIFENSE, sim, subcarioca, não!. *Jornal do Commercio*. Recife, 27 de fev.1956, p.1. II caderno.

²³⁰ João Santiago foi compositor, cronista, instrumentista e folclorista. Nasceu no Recife em 1928. Na década de 1950 compõe a música que se tomaria um dos maiores sucessos do Carnaval recifense: “*Vou com Valdemar*”, e “*sabe lá o que é isso*”. Como o envolvimento com o Bloco Batutas do São José, como o bairro de São José inspirou Santiago na composição de diversas marchas: Relembrando o Passado, Convença-se, A Vitória e Nossa, Edite no Cordão, Reminiscência e Micróbio do Frevo. LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo; NASCIMENTO, Leilane. *B.C.M Batutas de São José*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife.

Deixa o frevo rolar
Eu só quero saber
Se você vai ficar
Ai, meu bem, sem você
Ai, não há Carnaval
Vamos cair no passo
E a vida gozar

As agremiações mantinham em sua sede (as que tinham sede) eventos, como o tradicional acerto de marcha e outras festas nos finais de semana, para que assim arrecadassem dinheiro não só para a manutenção da agremiação, mas também para que pudessem custear os gastos com o Carnaval.²³¹



Imagem 26: Baile popular na sede da Troça Amante das Flores – 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Além disso, ter uma sede para uma agremiação era algo de suma importância para que as mesmas pudessem custear suas despesas. Entendendo a necessidade de possuir uma sede própria, no Carnaval de 1964, o tradicional Clube Vassourinhas não desfilou durante o Carnaval, alegando que não iria participar da festa momesca, pois todo dinheiro arrecadado durante a semana pré-carnavalesca seria gasto para a compra de uma sede.

Consumada, ontem, oficialmente, a ausência do Vassourinhas do carnaval de 1964. Na mesma oportunidade, outras quatro agremiações – Estudantes de São José, Cachorro do Homem Miúdo, Banhistas do Pina e Flôr da Lira – confirmaram a COC que não participarão dos desfiles, este ano, por um único motivo: todas elas tem necessidade, urgente, de construir suas sedes, sem as quais, consoantes a alegação

²³¹Idem.

geral, seria impossível sobreviver as agremiações populares só tem renda própria quando sediadas, onde podem sediar bailes.²³²

Desse modo, não podemos dizer que as agremiações não tinham participação na organização do Carnaval de rua. Direta ou indiretamente, eram elas que abrilhantavam o reinado de Momo. Segundo historiador Mário Ribeiro, o Carnaval configura-se em uma festividade em que moradores e trabalhadores dos centros urbanos assumem a condição de artistas anônimos que criam e improvisam suas fantasias e adereços, mesmo passando por dificuldades financeiras.

Os bairros e as ruas transformavam-se nas proximidades do Carnaval. Os moradores uniam-se para confeccionar as fantasias e adereços de suas agremiações. As casas dos sócios dos blocos e de alguns moradores viravam depósitos para que ali pudessem ser realizados os preparativos da festa, interferindo assim no cotidiano dos bairros. A movimentação dos integrantes das agremiações nas lojas do centro, na casa das bordadeiras e costureiras, para provar suas fantasias, o mutirão da vizinhança nas longas jornadas de trabalho, na colagem dos adereços e adornos e os ensaios entrando pela madrugada, eram exemplos do envolvimento da comunidade nos preparativos.

Em suma, as ruas e os bairros do Recife durante as semanas que antecediam a semana carnavalesca, transformavam-se no que Michel de Certeau chama lugar praticado, no qual a rua, geometricamente definida por seu urbanismo, é transformada pelos moradores. Assim esses espaços são modificados pelas ações dos sujeitos históricos.²³³ Dessa forma, não podemos caracterizar os brincantes e suas agremiações como sujeitos passivos na organização do Carnaval. Embora não estivessem diretamente ligados à organização estrutural da festa, eles reivindicavam e desrespeitam as regras vindas de “cima”. Podemos citar como exemplo o Carnaval de 1961, quando as agremiações deixaram de se apresentar em algumas artérias da cidade, como na Praça da Independência (local onde ficava a passarela da Federação Carnavalesca Pernambucana), pois não acharam conveniente apresentar-se em lugar tão apertado.

Os clubes populares prefeririam mais a passarela da prefeitura que o desfile pelas ruas, demasiadamente cheias, sem espaços para a evoluções e exibições que dissessem tudo das fantasias e do ritmo das suas orquestras. O Vassourinhas realizou uma excelente exibição na passarela. “Lavadeiras” e “As Pás” mantiveram a tradição: bonitas fantasias, bom ritmo e porta-estandartes exibindo o que há de

²³²VASSOURINHAS confirma ausência. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 16 de jan. 1964. p.2

²³³CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 20ª ed. Rio de Janeiro: editora vozes, 2014. pp, 184-185.

melhor em matéria de “passo”. Dos Maracatus, o “Elefante”, tendo à frente a figura de dona Santa, realizou, notável demonstração. Os “Caboclinhos” apresentaram, este ano, Bossa Nova: vieram às ruas montados. Os cavalos e as pinturas atingiram o objetivo, pareciam índios em pé de guerra, ameaçando simbolicamente com seus arcos. As escolas de samba estiveram quase ausentes e o “frevo” não encontrou competidor no samba carioca.²³⁴

Não podemos entender as agremiações como submissas às leis e às regras instituídas pelas autoridades policiais e políticas. O que observamos nos jornais é que diante dos poderes econômicos e administrativos “o povo fala”, se articula, cria estratégias perante o poder e das leis.²³⁵



Imagem 27: Troça no centro da cidade do Recife - Carnaval de 1944

Foto: Alexandre Berzin

Acervo: Museu da cidade do Recife

As agremiações carnavalescas eram os elementos principais e mantedores do Carnaval popular do Recife. A festa que ganhava as ruas era marcada pela transgressão da rotina. Os

²³⁴Ruas super lotadas dificultou a exibição dos clubes populares. *Diario de Pernambuco*, Recife, 14 de fev .1961. p.3.

²³⁵CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 20ª ed. Rio de Janeiro: editora vozes, 2014, p,202.

embates travados no cotidiano, que durante os dias de Momo viram sátiras, são marcadas pelo inusitado, pela rebeldia e o prazer. O Carnaval também é um espaço de disputas acirradas, assinaladas, muitas vezes, pela vaidade. É na festa que o poder simbólico ganha força. Esses símbolos são representados pelos estandartes, bonecos e por vários elementos que as agremiações carregavam. Segundo o historiador Hugo Menezes:

Os estandartes surgem empinados, cortando o ar, e o som das orquestras vibrantes arrebanham o povaréu proclamando *quem vem lá!* explosão de alegria, vigor e beleza, sentimentos e sensações inerentes ao brincar sem rédeas. Mas nem tudo é harmônico, a onda invade todos os espaços e deixa claro que não veio para perder. Essa onda se chama meu clube, minha troça, minha paixão. A disputa é acirrada e vale um campeonato, um título, honras e reconhecimento. É hora da plateia virar palco e nada vale mais do que o aplauso e o grito de é campeão. Agora estão em jogo outros valores. O orgulho e a vaidade falam mais alto e se mesclam num movimento de disputa e resistência, onde a palavra ceder não abre precedentes, não faz parte desse percurso.²³⁶



Imagem 28: Desfile do Maracatu Leão Coroado no centro do Recife -1962

Foto: Arnaldo Moreira Pinto

Acervo: DOPS – Arquivo público do Estado de Pernambuco.

A dinâmica do Carnaval de rua apresentava algumas particularidades que o diferenciava dos carnavais dos clubes sociais. Os desfiles das agremiações eram feitos pela

²³⁶LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo. *Lá vem cachorro ! que Troça é essa?* Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife. 2010, p.40.

Avenida Conde da Boa Vista (na década de 1960), em frente ao palanque oficial da Comissão Organizadora do Carnaval, seguindo pela Avenida Guararapes para exhibir-se, depois passava em frente ao Quartel General do Frevo (palanque da Associação dos Cronistas) e o da Federação Carnavalesca na Pracinha do Diário. O julgamento dos clubes, blocos, troças, maracatus e escolas de samba eram realizados durante o desfile, e o resultado só era conhecido na terça feira de Carnaval.



Imagem 29: membros da comissão organizadora do carnaval – 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Os responsáveis pela exibição das agremiações carnavalescas deveriam providenciar que estivessem devidamente licenciadas para desfilarem pelas ruas da cidade. Todas elas deveriam ter a licença da Secretaria de Segurança Pública que juntamente com a Federação Carnavalesca Pernambucana concedia aos grupos a devida permissão para percorrer pelas ruas do Recife. Do contrário, elas não conseguiriam sair dos seus bairros. Para que fossem julgadas, elas deveriam desfilarem por todo o percurso da arquibancada da Comissão Organizadora do Carnaval, pois os julgadores ficavam isolados em postos afastados um dos outros (de 40 em 40 metros). Assim, os conjuntos eram obrigados a desfilarem, com as orquestras tocando, em toda extensão já mencionada.

A Associação dos Cronistas oferecia brindes às agremiações que melhor se apresentassem em frente ao seu palanque. Esses prêmios eram oferecidos devido à parceria que a ACRR tinha com a indústria e o comércio recifense.²³⁷



Imagem 30: Miguel Arraes de Alencar, prefeito eleito do Recife, assistindo o Carnaval do Palanque da Associação dos Cronistas carnavalescos do Recife – 1960.

Fotógrafo: Pedro de Castro

Acervo: Diário de Associados Press – D.A Press

A iniciativa de construir arquibancadas na Avenida Conde da Boa Vista surgiu no Carnaval da década de 1960 com o intuito de organizar a festa de Momo da cidade. A Comissão Organizadora do Carnaval alegou que a utilização da avenida Conde da Boa Vista era que as agremiações poderiam fazer uma melhor apresentação juntamente com as suas coreografias, o que seria impossível em ruas estreitas e sem isolamento.²³⁸

Dois palanques eram destaques no Carnaval do Recife: o da A.C.C, no Pátio do Paraíso e o da FECAPE, localizado na Praça da Independência. A construção de arquibancadas para que público pudesse assistir aos desfiles tinha por objetivo transformar o folião em expectador, prática que se tornou comum nos grandes centros urbanos na década de

²³⁷CRITÉRIO para o Desfile das agremiações. *Diario de Pernambuco*, Recife, 7 de fev. 1964. p.4.

²³⁸CARNAVAL está mais organizado este ano, declara presidente da COC. *Diario de Pernambuco*, Recife, 9 de fev.1964. p.3.

1960. Para Certeau, na sociedade do espetáculo, o poder econômico transforma as representações coletivas em folclore. Assim como também, aqueles que têm o poder econômico transformam as suas ideologias em espetáculos. Excluem da festa tanto o risco como a criação. O crescimento da “valorização” do cultural transforma o “povo” em “público” e nada mais, além disso.²³⁹

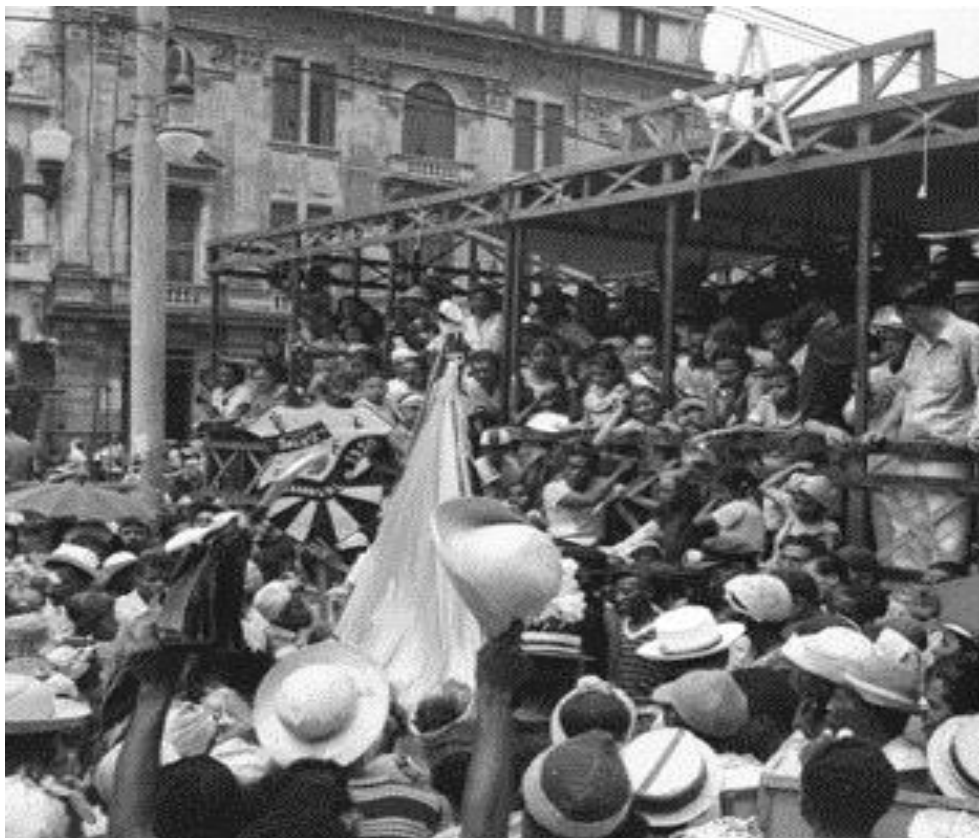


Imagem 31: Aspectos do Carnaval, palanque da Confederação. Praça da Independência-Recife/PE.

Foto: Alexandre Berzin

Acervo: Museu da Cidade do Recife

O Carnaval que ocupava o espaço público também era marcado pela desigualdade social, e, sobretudo, de renda, em que a tradição também era motivo de diferenciação na distribuição dos recursos financeiros. As agremiações recebiam a subvenção paga pela Prefeitura em duas parcelas: a primeira era paga alguns dias antes do Carnaval e a outra não tinha tempo determinado para ser paga, muitos integrantes das agremiações recorriam aos jornais para denunciar o atraso no pagamento da segunda parcela. Além disso, o valor da subvenção para cada agremiação era diferenciado, os grupos com mais de 50 anos de existência eram classificados na categoria “extra” e recebiam um valor maior.

²³⁹ CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

A Prefeitura destinou uma verba de 12 milhões destinou uma verba de 12 milhões de cruzeiros para o Carnaval deste ano: 7 milhões e 200 mil para os clubes, pagos em duas parcelas, sendo a primeira antes e a segunda para depois dos folguedos. **As agremiações classificadas na categoria extra (com mais de 50 anos de existência), receberam 200 mil cruzeiros de ajuda; as de primeira categoria, 170 mil.** Todavia, considero está quota, irrisória, levando em conta que os chamados clubes grandes despendem de 800 a um milhão de cruzeiros somente com orquestra. Esses gastos, não raras vezes levam muitos deles ao desequilíbrio financeiro e quase sempre as dívidas são liquidadas as portas do Carnaval seguinte.
²⁴⁰(grifos meus)

A justificativa para a falta de equidade na distribuição da verba durante o período momesco era que: “se fazia necessário preservar as agremiações tradicionais do Recife”. Para Eric Hobsbawn, a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização, caracterizado por referir-se ao passado. Para o autor, ele a invenção das tradições são os reflexos das profundas e rápidas transformações sociais da sociedade moderna, pois era preciso consolidar e fortalecer os Estados e conseqüentemente defender interesses pessoais.²⁴¹

3.1 Clube ou a rua: a disputa pelo espaço público da festa

Os bailes nasceram nos salões particulares dos mais nobres habitantes da capital francesa. Eram chamados de *Bals-Masqués*, aconteciam no período carnavalesco e constituíam uma sequência de números musicais, previamente ensaiados. No Brasil, os bailes de máscaras apareceram com o intuito de civilizar o entrudo. Na época do Brasil colonial, o Entrudo era um dos maiores entretenimentos públicos celebrados tanto nas cidades como no campo, apesar de ter havido, por parte das autoridades públicas, tentativas de proibi-lo. Desde o Brasil Colônia, há registros de avisos e alvarás contrários à brincadeira. Mas é no século XVII que intensificou-se a proibição e o combate ao Entrudo, através de campanhas sistemáticas.

No século XIX, os bailes, apresentavam, no Brasil, características e influências europeias. No Rio de Janeiro a imprensa comentava a todo o momento o sucesso dos bailes nas cortes da Europa. Desse modo, com apoio da Câmara Municipal, na década de 1840, a ideia europeia transforma-se em prática no Brasil.

²⁴⁰CARNAVAL está mais organizado este ano, declara presidente da COC. *Diario de Pernambuco*, Recife, 9 de fev. 1964. p.3.

²⁴¹HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

A partir dos anos de 1840, boa parte dos principais centros urbanos do país começaria a realizar bailes nos dias de Carnaval, como aquele promovido em janeiro de 1940 pela a Sociedade União dos Gamenhos em sua sede, na Rua do Sabão, no Rio de Janeiro, ou os que foram realizados no Hotel Itália, no Largo do Rocio, em janeiro de 1845.²⁴²

No Recife, o primeiro baile de máscaras aberto ao público, mediante cobrança de ingressos, vem a ser anunciado pelo Diário de Pernambuco de 18 de fevereiro de 1848, sob o título "Um Baile Mascarado".²⁴³ Os bailes mascarados passaram a ser uma constante na vida social da cidade do Recife, durante o período carnavalesco, transferindo-se das residências para os teatros do Recife. Com o aparecimento das sociedades recreativas, os bailes de máscaras deixaram o recinto dos teatros e se instalaram nos salões dos clubes.

No Club Internacional de Regatas, fundado em 17 de julho de 1885, no Largo do Santo (bairro do Recife) e, posteriormente, transferido para Rua da Aurora; no Juventude, no Pátio de São Pedro; no Philomonos, Clube Carnavalesco de Alegorias e Críticas, com sede na Rua da Imperatriz; no Club Carlos Gomes; na Sociedade Recreativa 10 de Março; no Atheneu Musical Pernambucano. Nesses espaços, aconteciam bailes nas quatro noites dedicadas ao Carnaval, com prêmios para as máscaras que mais se destacavam, mesa de iguarias no intervalo das danças, orquestras afinadas, mestres-de-cerimônia. Os bailes eram luxuosamente ornamentados.²⁴⁴

Segundo Rita de Cassia Barbosa Araújo, as elites buscaram isolar-se e manter-se afastados das agremiações populares. Como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, as agremiações carnavalescas já eram representativas e com um forte poder de organização sindical no início do século XX. Desse modo, as elites buscaram refugiar-se nos bailes e espaços privados.²⁴⁵

Nos anos vinte, houve a popularização dos clubes esportivos, em virtude novos modelos de estética e da busca de corpos saudáveis; a prática de esportes se consolidou. Políticos, autoridades e as famílias mais tradicionais eram os principais espectadores e praticantes dos esportes, tais como hipismo, remo, corridas de bicicleta, handebol e o mais

²⁴² FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.111.

²⁴³ SILVA, Leonardo Dantas. *Ordem, Decência, Regozijo e Bom Gosto*. Revista Produção on -line. Ano X. Recife: SUPLEMENTO CULTURAL, 1997. Disponível em: http://revivendomusicas.com.br/curiosidades_01.asp?id=109.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: Máscaras do tempo: entrada, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

popular de todos, o futebol. Os esportes reuniam muitas pessoas, clubes como o Náutico, Sport e o Barroso promoviam animadas competições aos finais de semana.²⁴⁶

Dessa maneira, os bailes alcançaram uma projeção tão grande no Carnaval do Recife que acabaram por fazê-lo um dos principais elementos da “oficialização” que a festa sofreu a partir da década de 1930, quando bailes como o *BalMasqué* no Recife e posteriormente o Baile Municipal, tornaram-se verdadeiros ícones da folia brasileira. Os bailes foram as primeiras tentativas que a elite fez para substituir a brincadeira do entrudo, considerada bárbaro e grosseiro, por uma festa mais galante e adequada à nova posição que o Brasil, sobretudo o Recife, almejava alcançar entre as nações do mundo civilizado.²⁴⁷

Segundo a historiadora Zélia Gominho, próximo aos dias de Momo esses clubes promoviam suas festas carnavalescas, que na década de 1940 já atingem grande quantidade e popularidade. As disputas entre os clubes eram tão grandes que alguns deles chegavam a pagar aos jornais que circulavam na cidade, para que fizessem a cobertura jornalística no dia da festa, assim como também divulgassem o brilhantismo e elegância dos seus bailes.

O Clube do Esporte (Sport Clube do Recife) era assinalado pelo Diário de Pernambuco como o clube de torcedores, cujo baile vinha se revelando como um dos melhores da cidade, com a presença de elementos de destaque da sociedade Pernambucana. Por outro lado, o Clube Internacional do Recife, segundo matéria paga no Jornal Pequeno, mantinha “a sua brilhante tradição de Elegância e Aristocracia” cobrando alto por mesa – trezentos cruzeiros, menos *buffet* – e estabelecendo novas regras de acesso aos seus bailes de Carnaval. Medidas que não agradaram a seus sócios a ponto de um deles revelar insatisfação na seção “Cartas à Direção”.²⁴⁸

Esses espaços eram frequentados pelas elites recifenses. Os dirigentes dos clubes limitavam o acesso aos seus salões ao exigir que seus associados só levassem pessoas da família, que deveriam ser devidamente cadastradas no clube, pois só assim teriam acesso às festividades realizadas. Tudo isso servia para restringir o acesso de pessoas de “reputação duvidosa”. Segundo Bourdieu, é o próprio estilo das diferentes práticas culturais que revelam

²⁴⁶ COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jailson Pereira. *Os Anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, pp.83-114.

²⁴⁷Idem.

²⁴⁸GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Cidade vermelha: a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945-1955*. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p.61.

os antagonismos das relações sociais.²⁴⁹ Dessa maneira, os clubes sociais eram espaços de distinção na sociedade recifense.



Imagem 32: Baile de Carnaval no Clube Internacional do Recife - década de 1940

Foto: Alexandre Berzin

Acervo: Museu da Cidade do Recife.

Alguns grandes clubes faziam um muito sucesso entre as elites, durante a semana pré-carnavalesca nas décadas de 1950 e 1960. O *Bal-Masqué*, cuja primeira edição foi em 1950, era o mais glamoroso dos bailes da cidade, que reunia grandes nomes da sociedade pernambucana, tais com: O Prefeito, Governador e suas respectivas famílias, os jornalistas. O Baile era realizado no Clube Internacional do Recife. No Cabanga Iate Clube, acontecia o famoso baile “Preto e Branco”, que reunia pessoas da alta sociedade pernambucana e da imprensa, que realizava uma cobertura com destaque nas colunas sociais dos jornais; O Baile Municipal (cuja primeira edição foi em 1961), era organizado pela Prefeitura da cidade do Recife em parceria com o Clube Português.

²⁴⁹BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007, p.291.

Outros clubes também promoviam bailes disputados: o Sport Clube do Recife, conhecido por realizar o Carnaval Vermelho e Preto e as suas famosas Manhãs de sol; o Clube Náutico Capibaribe, que realizava o Carnaval Vermelho e Branco; o Atlético Club do Recife, realizava o Baile dos Casados; Santa Cruz Futebol Clube, promovia o Baile Cobra Fumando. Existiam também os clubes estrangeiros: Lions Clube do Recife, British Country Club com o seu famoso Baile do Havaí, Golf Clube.

Os militares também realizavam seus bailes em cuja particularidade é que todos poderiam participar, pois eram abertos ao público. Três clubes militares ganham destaque nesse período: Círculo Militar do Recife; Clube das Águias da Aeronáutica e o Carnaval do Clube Sargento Wollf, do exército.

Os bailes aconteciam, habitualmente, entre a última semana de janeiro e a primeira semana de fevereiro. E durante o período Momesco eram realizados os famosos banhos de sol. Esses espaços eram luxuosamente decorados, chegando a gastar dez vezes mais do que a decoração das ruas centrais do Recife. Os jornais Diário Noite, Folha da Manhã, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, enfatizavam a todo momento essas festa, chamando os filiados a comparecerem aos bailes. Com trajes de gala ou com roupas informais, os foliões lotavam os Clubes sociais da cidade.²⁵⁰ Não podemos esquecer que esses jornais, na maioria das vezes, prestavam serviços a esses bailes, fazendo a cobertura jornalística durante o Carnaval.

²⁵⁰FREQUÊNCIA amorne nos clubes sociais. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de fev. 1961. p.3.



Imagem 33: Manhã de Sol no Clube Internacional do Recife – Carnaval de 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

Em suma, esses bailes constituíram-se como peças fundamentais para a consolidação de costumes e hábitos das elites recifense. Nos anos 1960 os bailes ganham grande representatividade na cidade do Recife. Esses espaços tomaram-se “o lugar de distinção social”. Mesmo isolados das camadas populares, os bailes carnavalescos tiveram sua importância para a formação do Carnaval. Eles forneceram à folia das ruas uma série de modelos a serem imitados e reelaborados pelos foliões que não tinham condições econômicas de frequentar esses espaços. Ao entrar em contato com a beleza e originalidade das indumentárias que as elites desfilavam pelas ruas antes de entrar nos salões, o povo conhecia um outro tipo de folia e passava a associar as fantasias à brincadeira carnavalesca.²⁵¹

²⁵¹FERREIRA, Felipe. *O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.



Imagem 34: à esquerda Foliona Fantasiada de Carmem Miranda no Carnaval do Recife – 1940.

Fotografia: Alexandre Berzin.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

Imagem 35: à direita Foliona durante baile no Carnaval do Cabanga Iate Clube – 1960.

Fotógrafo: Pedro de Castro.

Acervo: Diário de Pernambuco - D.A Press

No ano de 1961 aconteceu o primeiro Baile Municipal do Recife, no Clube Internacional do Recife. O evento era promovido pela Prefeitura da cidade. Orquestras luxuosas promoviam o espetáculo no Clube Internacional (local onde acontecia o Baile da municipalidade), juntamente com os convidados especiais tais como: famosos artistas, escritores, jornalistas, cronistas e personalidades da alta sociedade pernambucana, carioca e paulistana. Milhares de cruzeiros eram distribuídos em prêmios para a melhor fantasia. Geralmente o Baile Municipal ocorria no dia da abertura do Carnaval de rua da cidade. Desse modo, o Carnaval do Recife, assim com tantas outras capitais do país, oferecia a sua população a festa pública e a privada que tinham seu público e lugares específicos.²⁵²

²⁵² O Baile Municipal do Recife durante a década de 1970 foi alvo de muitas críticas por parte dos colunistas sociais como João Alberto e Clóvis Menezes, que evidenciavam os diversos constrangimentos em relação a sua organização. Eles alegavam que a falta de organização ia da pobreza na decoração, atraso de convites, às constantes disputas com o Baile Internacional e cancelamento da presença de pessoas ilustres da sociedade no baile. Tudo isso contribuiu para que o público optasse pelo Baile Internacional e pelo *Bal-Masqué*.



Imagem 36: Fantasia de homem caranguejo- Primeiro premiado do Carnaval de 1961 do I Baile Municipal do Recife.

Fotógrafo: Pedro de Castro

Acervo: Diario de Pernambuco - D.A Press

O Clube Internacional do Recife foi o primeiro a abrir as portas para o 1º Baile Municipal. Miguel Arraes, prefeito da cidade, juntamente com nomes como: Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Vinícius de Moraes, Millôr Fernandes, Tom Jobim, Luis Carlos Barreto, Jardel Filho, Paulo Autran, Tônia Carreiro e Álvaro Lins, além de Jornalistas, escritores, cantores e atores prestigiaram esse o primeiro baile Municipal.

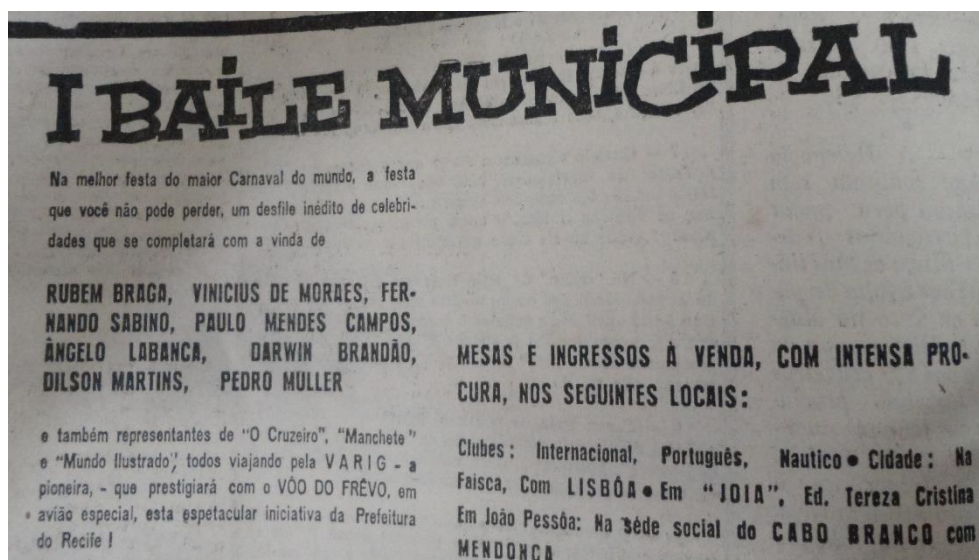


Imagem 37: Propaganda do I Baile Municipal do Recife -1961.
Acervo: Diário da Noite, 23 de janeiro de 1961,p.4 - APEJE, Recife/PE.

A ideia inicial do primeiro Baile da municipalidade era de dar ao frevo, ritmo considerado genuinamente pernambucano, lugar de destaque durante o Carnaval. Por isso na década de 1960 a prefeitura resolve criar não só o baile, mas também o chamado Voo do Frevo, que tinha por objetivo não só trazer artistas do sul e do sudeste do país para prestigiar os bailes da cidade, sobretudo o baile Municipal e o *Bal Masqué*, assim como também levava artistas, maestros, passistas e agremiações carnavalescas locais, para outros Estados, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, com o intuito de divulgar o frevo. Em síntese, o Voo do Frevo, que tinha como objetivo difundir e divulgar o Carnaval pernambucano.²⁵³

Logo cedo o Aeroporto dos Guararapes estava superlotado de fans e curiosos que queriam ver de perto e pedir autógrafos aos artistas e personalidades convidados. No desembarque, com coquetel no próprio aeroporto estavam presentes o sr Arthur Lima, representando o governo do Estado, e o prefeito Liberato Costa Junior, para dar as boas vindas oficiais.

Foram exibidos na oportunidade, números do folclore pernambucano, como maracatus e frevos, além de outras danças regionais, características da época momesca.²⁵⁴(sic)

Para a Comissão Organizadora do Carnaval, o Baile Municipal era o ambiente perfeito para promover o frevo. Na ocasião do primeiro baile da municipalidade, o vice-prefeito da época, Arthur Lima Cavalcanti, e o escritor Maximiliano Campos lançaram o frevo

²⁵³BARBOSA, Virgínia. *Clube Internacional do Recife*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. Acesso em: 6 de dez.2015.

²⁵⁴“VÔO DO FREVO” trouxe caravana do Sul para o Baile Municipal. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de fev. 1963. p.3.

Serpentina Partida.²⁵⁵ Essa música se tornou um sucesso nos bailes da época. Ao longo dos anos, o Municipal deu espaço e consolidou as principais orquestras e compositores de frevo conhecidos hoje, como Nelson Ferreira, Zé Menezes, Clóvis Pereira e Guedes Peixoto.

SERPENTINA PARTIDA

Esse amor de Carnaval
Durou uma canção
Foi uma serpentina partida
Que você jogou no salão ...”

A vida também é fantasia
para todo sim existe um não,
hoje você joga serpentina,
amanhã vai jogar seu coração...

Você, vestida de alegria,
e na tristeza do salão,
mas ainda vai chegar o dia
em que vou reinar no seu cordão.

Como já foi relatado neste trabalho, o Carnaval dos clubes e das ruas apresentavam suas características. Os primeiros eram frequentados pela alta sociedade pernambucana e os seus convidados ilustres que vinham de outros estados. A falta de recursos financeiros não afetou os clubes, pelo menos nos jornais selecionados para essa pesquisa. Não encontramos registros nos periódicos de clubes reclamando da falta de recursos. Já nos carnavais de rua, a questão financeira era um tema corriqueiro nos jornais de circulação na Cidade do Recife. A rua era o palco dos trabalhadores dos mais variados ofícios que durante os dias de Momo desfilavam em suas agremiações ou eram expectadores da festa.

3.1.1 A “Segurança” nos Clubes

Enquanto nas ruas os foliões sofriam um forte controle da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e sua legislação, os clubes tradicionais, como o Internacional do Recife, Cabanga, Português, Sport Club do Recife, Clube Náutico Capibaribe e clubes de periferias também sofriam a intervenção da polícia. As autoridades policiais deveriam estar presentes nos bailes para controlar os excessos da brincadeira. A crônica abaixo, cujo autor não foi divulgado pelo jornal Diário de Pernambuco, retrata que os clubes também apresentavam

²⁵⁵Maximiano Campos, além de compositor e escritor também foi cronista do Diário de Pernambuco, e sogro de Miguel Arraes. Já Artur Lima Cavalcanti foi vice-prefeito do Recife na gestão de Miguel Arraes em 1960. A música *Serpentina Partida* fez bastante sucesso nos bailes da cidade do Recife na década de 1960, chegando a ganhar o prêmio de melhor música de frevo canção.

alguns dos perigos tão criticados e fortemente reprimidos nos carnavais de rua. Nos espaços fechados os homens de comportamento “confiável” também cometiam seus excessos e desrespeitavam a moral e ordem:

Sujeito às vicissitudes da vida, como todos os homens normais, o cronista social do jornal adoeceu [...] acontece que o rapaz foi cair de cama logo num dia em que se realizava o acontecimento social mais importante do ano, no mais elegante clube da cidade. O secretario nesse dia, quase os últimos fios de cabelos que lhe restavam em sua cabeça calva. Não podia deixar descoberto um acontecimento daquele. Por azar, a notícia da doença do cronista social chegara um pouco tarde,. Na redação só se encontrava ele, e um reporte policial retardado. E a festa começaria dentro de alguns minutos. Não tinha outra alternativa a não ser mandar o reporte-policial, de vez que ele não poderia ir pessoalmente a festa. Chamou o reporte- policial e lhe disse: - Olhe lá, tenho um serviço para você lá no “Golfe Clube”, o mais importante acontecimento social do ano, o cronista social adoeceu e não temos ninguém. Vá! Mas, pelo amor de Deus não faça besteira.

O jornalista social, foi assistir a festa, tomou umas carraspanas por conta da “gente de bem” que liderava o movimento e escreveu:

A FESTA DO “GOLFE CLUBE”: “ cerca das 23 horas, teve inicio na sede do “Golfe Clube” o comentado baile que todos esperavam. Apesar da ausência de policiamento no local, tudo decorreu em completa harmonia, salvo alguns desentendimentos entre indivíduos que se portavam inconvenientemente, dado seus estados de embriaguez. **Quase havia um “charivari” , no momento em que o dr. João da Silva, 23 anos, solteiro, industrial, residente Na rua da Bandeira, 432, no Espinheiro, em adiantado estado de embriaguez, dirigiu-se a uma das mesas do clube para tirar uma moça de identidade desconhecida para dançar. A moça recusou, e o individuo João da Silva dirigiu-lhe um insulto, tendo o popular que a acompanhava tomado a frente da discussão, iniciando troca de palavras, com insultos de parte-a parte entre eles, que não se degenerou em luta corporal, graças a intervenção de terceiros.** ²⁵⁶(sic)(grifos meus)

Como podemos perceber os carnavais dos clubes também apresentavam comportamentos considerados violentos e desordeiros. O discurso que se propagou durante muitos anos de que os carnavais em espaços fechados garantiam a segurança que a elite tanto almejava não existiu, pelo menos na proporção que elas esperavam. Diante da falta de segurança que esses espaços vinham apresentando, medidas precisavam ser tomadas. Não só pelos dirigentes dos clubes, mas, sobretudo, pelas autoridades policiais.

Em uma notícia no Jornal Diario de Pernambuco do dia 1 de março de 1963, trazia-se o seguinte título: “*Internacional Limitará a distribuição de convites para coibir abusos*”. Segundo o periódico, a iniciativa surgiu após o clube ter sofrido, por vários anos seguidos,

²⁵⁶CRÔNICA anti-social e carnavalesca. *Diario de Pernambuco*, Recife, 1 mar. 1963. p.9.

com muitas brigas e quebradeiras, o que estava prejudicando a imagem do clube perante a sociedade Pernambucana.²⁵⁷

Duas horas antes de iniciar os festejos, os bailes recebiam a visita dos agentes de Censura e Diversões Públicas. Tudo era examinado: a programação, para verificar se estavam com a quitação dos direitos autorais dos compositores, e caso não apresentassem conforme assinalava a lei Federal, sofreriam penalidades; os músicos também deveriam apresentar a carteira de registro fornecida pela Censura Federal, sob pena de serem multados, caso não estivessem na legalidade. Essa medida visava fazer cumprir o item I, do artigo N°94 do decreto n° 20.493, baixado no dia 24 de janeiro de 1946, que preconizava que *“todo e qualquer artista, músico, cantor e ator, somente poderá exercer a sua profissão em qualquer casa de diversão pública, depois que estiverem devidamente, registrados na Censura Federal”*.

No início de cada baile, os agentes Federais do setor de tóxicos e entorpecentes, examinavam as dependências dos clubes, ao mesmo tempo em que observavam os novos empregados contratados pelas diretorias dos clubes, principalmente os garçons, para verificar se algum deles tinha ligação com a rede de traficantes de tóxicos e entorpecentes que atuavam no Estado. Os federais ficavam na de entrada dos clubes, onde examinavam o ingresso dos foliões.²⁵⁸

Para exemplificar como funcionava a intervenção da Secretaria de Segurança Pública nos clubes analisaremos o fato que ocorreu no de Carnaval de 1963, quando alguns clubes da cidade sofreram a ingerência da SSP, porque não avisaram o dia e o horário de realização dos seus respectivos bailes e que tipo de esquema gostariam que fosse adotado pela polícia para garantir a segurança e a ordem nos bailes. A SSP exigia dos clubes planejamento prévio com relação à segurança, sob a justificativa de que essas medidas evitariam a perturbação e desordem durante os dias da festa.²⁵⁹

Em suma, as festas de Momo tanto das ruas quanto dos clubes deveriam obedecer a uma função pedagógica, em que comportamentos deveriam ser moldados. O reinado de Momo tornou-se objeto de esforço dos administradores e organizadores para ensinar novos costumes de “civildade” e ordem. Tanto o Carnaval de rua quanto o dos clubes tiveram que adequar-se a uma normatização. Não queremos dizer que o povo aceitou as leis relativas ao

²⁵⁷INTERNACIONAL Limitará a distribuição de convites para coibir abusos. *Diario de Pernambuco*, Recife 1 de mar. 1963. p.6.

²⁵⁸ FEDERAIS de olho nos clubes. *Diário da Noite*, Recife. 4 de fev. 1963, 1° caderno. p.5.

²⁵⁹ CLUBES poderão ficar sem policiamento. *Diario de Pernambuco*, Recife, 12 fev.1963. Caderno 1. p.3.

Carnaval que lhes eram impostas, mas de uma forma ou de outra tiveram que conviver com elas, respeitando-as ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da organização da festa de Momo nos levou a caminhos e problemáticas plurais. O Carnaval configura-se como um fenômeno que constitui a manifestação do uso de espaços (as ruas e os clubes) e todas as suas complexidades.

Como vimos nesta dissertação, o reinado de Momo exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto o que observamos foi a resistência das agremiações que passaram pelas mais diversas dificuldades: falta de verba, o não reconhecimento como uma agremiação a que abrilhantava o Carnaval pernambucano como, por exemplo, as escolas de samba que lutaram por mais espaço na terra frevo. Em suma, mesmo diante da lei do Carnaval as agremiações souberam utilizar-se de táticas e estratégias para que pudessem continuar no cenário carnavalesco.

A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais do Recife, como uma rede transparente que reveste toda a cidade, interligada por vários pontos de animação. Dessa maneira, foi possível observar nesse período estudado, uma maior preocupação com o Carnaval de rua. Como vimos, a “organização” do Carnaval consolida-se na década de 1930 com a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana que, motivada pelo exercício de maior controle sobre o Carnaval de rua da cidade, e, sobretudo das agremiações carnavalescas, inicia um novo capítulo na história do Carnaval do Recife.

Na década de 1950, o Carnaval torna-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas que fossem capazes de “organizar” a festa de Momo assim como também ter um maior controle sobre ele. O que observamos nos periódicos de circulação na cidade foi que a política influenciou nas tomadas de decisão das comissões formadas para organizar o Carnaval: “foi o político tal, quem nos orientou a fazer isso”. Além disso, as minguadas verbas destinadas à organização do Carnaval eram insuficientes e não davam nem para custear a metade das despesas para a promoção da festa. Tudo isso contribuiu para tornar o Carnaval um espaço de disputas, críticas constantes e insatisfações, porém sem perder a sua alegria e irreverência, pois o recifense, sobretudo os que fazem as agremiações carnavalescas, sabem “brincar escondendo a dor”.

Como observamos o Carnaval envolve interesses políticos, econômicos e sociais. A “festa do riso” é, também o espaço dasavenças e inquietantes interferências no mundo dos adversários, em que as rivalidades afloram. Ele motiva o deslumbramento, dias de constante

alegria em que se apaga o cansaço do cotidiano e premia-se os protagonistas da festa. O reinado de Momo é o momento no qual os políticos conquistam eleitores através dos seus discursos inflamados: o Carnaval do Recife esse ano, será o maior de todos os tempos.

Por meio deste trabalho, percebemos que o Carnaval é esse processo de criação social do espaço que obedece a uma lógica determinada pela existência dos saberes e dos fazeres daqueles que realmente fazem o Carnaval do Recife : clubes, troças, blocos, maracatus e caboclinhos, escolas de samba e os foliões. Sujeitos que se materializam nos estandartes ou no próprio uso do espaço (com os cortejos) a sua existência, os seus valores e a sua influência sobre a vida social e cultural da cidade. Eram sujeitos que estavam sempre em busca de melhores carnavais, era um desejo incessante de querer sempre mais. Esse é o Carnaval do Recife!

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Festas para que te quero**: por uma historiografia do festejar. Revista Patrimônio e memória, UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7,n.1,pp.134-150, jun.2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2001, p.149.
- ANUÁRIO do Carnaval Pernambucano 1938**. Recife: Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938, s.p.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. DIP DOPS no frevo: Carnaval, política e identidade cultural em Pernambuco (1930-1945). In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org). **Tradições e traduções**: a cultura imaterial em Pernambuco. Recife, Ed. UFPE, 2008.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas públicas e carnavais: entre o negro e a cultura popular em Pernambuco. In ALMEIDA, Luiz Silva de; CABRAL, Otávio; ARAÚJO, Zezito. (org). **O negro e a construção do Carnaval no Nordeste**. Maceió: Edufal, 1996, p.31-61.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.
- ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiro enunciado de Modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. **Revista do departamento de História e Ciências Sociais**, UFG, v. 7, p. 101-121, 2010.
- ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 2013.
- BARBOSA, Virgínia. **Clube Internacional do Recife**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. Acesso em: 6 de dez.2015.
- BATUQUE da escola de samba Gigante do Samba. **Folha da Manhã**, Recife, 20 de jan. 1956. p.8.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: Cecília Azevedo. [et al.] (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.39.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007, p.291.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas** : estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: edusp, 2003.

CANCLINI, Nestor García. Definiciones em transición. Buenos Aires: Clacso, 2001, p.65. <<http://www.culturaemercado.com.br>> Acesso em 12/01/2016.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial, 2003; **Teatro de sombras**: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

CASTRO, Cavalcanti, Maria L. V. **Carnaval Carioca - Dos Bastidores ao Desfile**. 3.ed.Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006. SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Carnaval em Branco e Negro - Carnaval Popular Paulistano 1914-1988**. São Paulo: Unicamp, 2007. SILVA, Zélia Lopes da. **Os Carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo**: metamorfoses de uma festa (1923-1938). São Paulo: Unesp, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papius, 1995.

_____. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

_____. Políticas culturais. In: CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, Papius, 2003.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

CHARTIER, Roger. **Cultura Popular revisitando um conceito historiográfico**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, no. 16, 1995, p. 185.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira . **Os Anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.91.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição. 1996.

DUARTE, Ruy. **História Social do Frevo**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1968, p.94.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. II.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Ascenso. **Ensaio folclóricos**. Recife: secretaria de educação do estado de Pernambuco, 1986.

FERREIRA, Felipe. **O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FREIRE, Janaina Cordeiro. **A mudança cultural em um Folguedo popular: o caso dos maracatus**. Recife, monografia de conclusão de curso em ciências sociais, UFPE, 1994.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Mapeamento geral das coleções iconográficas. Recife: Departamento de iconografia, [20--?]

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha: a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945 -1955**. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p.61.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Maracatus-nação, uma história entre a tradição e o espetáculo. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. (Orgs) **Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife: Universitária, 2008.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. Uma cidade engalanada! decorações de rua e salões de bailes no carnaval carioca. In CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata. (Orgs) **Carnaval em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: aeroplano, 2009.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo. **Lá vem cachorro ! que Troça é essa?** Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife. 2010.

LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo; NASCIMENTO, Leilane. **B.C.M Batutas de São José**. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África**. História dos maracatus nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000). Rio de Janeiro, Tese de doutorado em História, UFF, 2010.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vania Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. . In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos; GRESPAN, Jorge. (orgs) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p.120.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio De Janeiro: Zahar, 1979.

MELO, Diogo Barreto. **Brincantes do Silêncio: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975)**. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

MELO, Mário. Crônica da Cidade. **Jornal do Commercio**, Recife, 07/01/1956. p. 02.

MENEZES, Hugo; NASCIMENTO, Leilane. **Frevo Patrimônio imaterial do Brasil**. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2011.

MORROQUIM, Dirceu S.M. História de um navio holandês (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. **Histórias do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.197-209.

NOVA, Júlio Vila. **Panorama de Folião: o Carnaval de Pernambuco na voz dos Blocos Líricos**. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife, 2007.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PARAÍSO, Rostand. **Cadê Mário Melo...** Recife: Comungrafi, 1997.

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife**. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

PERNAMBUCO, Diário Oficial, 7 de jun de 1955. Oficialização do Carnaval do Recife.

PESAVENTO, Sandra Jatahay. **História & História Cultural**. 3. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2012, p. 15-16.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora da UFPE, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Galeria dos Prefeitos**. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. Brasiliense: São Paulo, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife: História de uma Cidade**. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

DUARTE, Ruy. **História Social do Frevo**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1968.

SAID, E. W. As representações do intelectual. In: SAID, Edward. W. **Representações do intelectual**. As conferências Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 11-12.

SANTANA, Andresa Bezerra de. **Silêncio no centro do Recife: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período estado novista**. Salvador: II Seminário Internacional Urbanístico, 2012.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações Carnavalesca nas ruas do Recife (1930-1945)**. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2010.

SANTOS, Mário Ribeiro. **A festa sob rodas: o carnaval do corso nas ruas do Recife.** Revista algo mais, Pernambuco, 8 de março de 2011. Disponível em: <http://revistaalgomais.com.br/blog/?p=1604>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954.** Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Decretos,** Pernambuco, 1947.

SILVA, Augusto Neves da. **Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970).** Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

SILVA, Augusto Neves. **Os sentidos da festa: Mário Melo e as escolas de samba no carnaval recifense (1955-1956).** Oficina do Historiador (PUC-RS), v.9, 2015, pp.1-22. No prelo.

SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando numa cidade de luz e de sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950.** Recife, tese de doutorado em historia, UFPE, 2005.

SILVA, Gustavo de Medeiros. **Carnaval, Mercado e Diferenciação Social.** Recife, dissertação de mestrado em Administração, UFPE, 2004.

SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para história social do Carnaval do Recife. In: MAIOR, M. S; SILVA, L.D. **Antologia do Carnaval do Recife.** Recife: Massangana, 1991.

SILVA, Leonardo Dantas. **Ordem, Decência, Regozijo e Bom Gosto.** Revista Produção on – line. Ano X. Recife: SUPLEMENTO CULTURAL, 1997. Disponível em: http://revivendomusicas.com.br/curiosidades_01.asp?id=109.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). **Ordem & Polícia: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX.** Recife: Ed.Universitária da UFRPE, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: Cecília Azevedo. [et al.] (Orgs.) **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SOIHET, Rachel. **A Subversão pelo Riso: estudo sobre o Carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas.** Edufu: Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964).** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, pp. 13-20.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

VAINSENER, Semira Adler. **Ingleses em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 10 de dez de 2015.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 2 ed Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.35.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. **A F(r)esta do estado e o Brinquedo para os Populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)**. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.

ANEXOS

As Leis do Carnaval

SERÁ oficializado o Carnaval do Recife. **Diário da Noite**, Recife. 26 de fev. 1955, p. 5.

O projeto de Lei do Vereador Batista de Sousa é do seguinte teor:
1955 – Projeto de Lei N°

Art. 1° - A Prefeitura do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura organizará e promoverá os festejos carnavalescos do Município, a partir do ano de 1956, dentro dos moldes folclóricos, preservando sobretudo:

- a) - os clubes de frevo;
- b) - os maracatus, em sua forma primitiva;
- c) - os clubes de caboclinho.

§PARÁGRAFO ÚNICO – Deverá também o Departamento de Documentação e Cultura da Municipalidade, ajudar técnica e financeiramente todos os blocos, escolas de samba e demais organizações carnavalescas que contribuirão para a animação e grandeza do Carnaval do Recife.

Art. 2° - Caberá ainda ao Departamento de Documentação e Cultura instituir, anualmente concursos de:

- a) - música (frevos e frevos canções);
- b) - passo.

§PARÁGRAFO ÚNICO – Os autores das músicas classificadas e bem assim os passistas serão premiados, de acordo com o que for previamente estabelecido pelo Prefeito do Recife.

Art. 3°- O Departamento de Documentação e Cultura proporá, anualmente, ao Prefeito do Município a nomeação de comissões compostas de pessoas entendidas no assunto para o julgamento e classificação dos Clubes, blocos, maracatus, Caboclinhos, Escolas de Samba, etc., que se apresentarem no curso devidamente ornamentados e conduzindo foliões bem fantasiados, como estímulo e apoio do poder público em prol da grandeza do Carnaval do Recife.

§ 1°- A cada espécie de entidade carnavalesca a que se refere o presente artigo e bem assim a cada tipo de veículo que se exhibir no curso, nos termos deste artigo, o Departamento de Documentação e Cultura distribuirá prêmios em dinheiro e taças comemorativas, de acordo com instruções que deverão ser organizadas e previamente aprovadas pelo Prefeito.

§ 2° - A Prefeitura do Recife entrará em entendimento com a Secretaria de Segurança Pública no sentido de só ser permitido tomar parte no curso: veículos abertos, caminhões, caminhonetes, jeeps, etc.

Art. 4° - Será consignada no orçamento do Município do Recife, anualmente, e a partir do ano de 1956, no quadro do Departamento de Documentação e Cultura a dotação de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) para fazer face às despesas com a organização, patrocínio e animação do Carnaval do Recife, cuja importância deverá ser entregue ao referido Departamento quinze (15) dias antes do início das festividades carnavalescas.

§1°- Sessenta por cento (60%) dessa verba será distribuída às organizações com existência legal, de acordo com a classificação prévia, sendo a primeira cota antes do Carnaval e a segunda cota depois, se comprovada a despesa da primeira cota após a exibição do Clube, reservando-se os quarenta (40%) restantes para ornamentação, iluminação, divulgação, propaganda e animação das festas carnavalescas.

§ 2°- A entidade carnavalesca que receber a primeira cota da ajuda a que se refere o presente artigo e não se exhibir durante os festejos carnavalescos, não receberá quaisquer auxílios durante (3) anos consecutivos, sem prejuízo de outras providências que por ventura se faça preciso empreender por parte da Prefeitura do Recife.

§ 3° - Será vedado ao Departamento de Documentação e Cultura a distribuição de verbas a entidades que pretendam o mesmo fim desta Lei, isto é, a organização, promoção e animação do Carnaval do Recife, executando o auxílio que for consignado no orçamento da edilidade por iniciativa de qualquer vereador com assento na Câmara Municipal do Recife.

§ 4°- O Departamento de Documentação e Cultura dentro do prazo de sessenta (60) dias após o Carnaval deverá encaminhar ao Prefeito uma prestação de contas detalhada do emprego da verba a que se refere este artigo e este por sua vez encaminhará a mesma documentação à Câmara Municipal do Recife para aprovação definitiva.

Art. 5° - A Federação Carnavalesca Pernambucana a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, a União das Escolas de Samba de Pernambuco e outras organizações carnavalescas porventura existentes, serão consideradas como entidades auxiliares do Departamento de Documentação e Cultura na organização do Carnaval do Município do Recife.

Art. 6° - A Câmara Municipal do Recife far-se-à representar junto ao Departamento de Documentação e Cultura por três (3) dos seus membros, designados pelo Plenário e terão direito a tomar parte em todos os atos concernentes à organização do Carnaval do Recife.

Art. 7° - O Prefeito do Recife regulamentará a presente lei dentro do prazo de 60 dias a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S da Câmara Municipal do Recife, 24 de fevereiro de 1955.

(ass.) Antônio Batista de Sousa e Prescílio Pires.

REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval.

REGULAMENTO da lei de oficialização do Carnaval. **Folha da Manhã**. Recife, 27 de jan. 1956, p. 6.

O prefeito da capital assinou ontem, o seguinte decreto:

“O Prefeito do município do Recife no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art.7º. da Lei n. 3.346 de 7 de junho de 1955, resolve baixar o seguinte regulamento, da mencionada Lei.

Art.1º - Caberá ao DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA da Prefeitura Municipal do Recife o encargo de promover e patrocinar diretamente, os festejos carnavalescos neste Município, preservando, sobretudo os clubes de frevo, os maracatus, em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho.

§ 1º - Serão também, auxiliadas outras organizações carnavalescas que contribuam para a animação e grandeza do carnaval, devendo esse auxílio ser de natureza técnica e de ordem financeira.

§ 2º - O D.D.C., dentro das atribuições que lhe serão conferidas neste Regulamento promoverá com aprovação previa do Prefeito, anualmente, concursos de música (frevos e frevos-canção) e de passos.

§ 3º - Também serão instituídos com aprovação previa do Prefeito e anualmente, concursos de clubes, maracatus, troças, caboclinhos, ursos e escolas de samba que se exibirem durante os festejos carnavalescos bem como de veículos abertos e ornamentados que participarem regularmente do corso.

§ 4º - Os prêmios serão em dinheiro ou em taças comemorativas, de acordo com as instruções elaboradas pelo D.D.C. e aprovadas pelo Prefeito.

Art. 2º- A verba orçamentária destinada ao Carnaval recifense será utilizada do seguinte modo: a) – 60% para os prêmios em dinheiro e aquisição das taças referentes aos concursos previstos no artigo anterior e seus parágrafos e para distribuição às agremiações com existência legal, observando as seguintes percentagens:

Clubes	35%
Blocos	20%
Maracatus	15%
Troças e ursos	10%
Escolas de Samba	5%

a) 40% para atender à ornamentação e iluminação, propaganda e animação dos festejos. Desses 40% da verba orçamentária, 20% serão destinados aos serviços extraordinários de limpeza da cidade durante as festas carnavalescas.

§ 1º - A distribuição da verba prevista na letra a deste artigo será feita em duas cotas, após à dedução das verbas necessárias a atribuições de prêmios nos concursos adotados a primeira quota, após a exibição dos clubes.

§ 2º - A entidade carnavalesca que receber a primeira quota de auxílio e não se exhibir durante os festejos carnavalescos que se seguirem ficará impedida de receber quaisquer auxílios 3 anos consecutivos, sem prejuízo de outras sanções que a Prefeitura resolver adotar e que poderão ir até à exigência judicial da devolução da primeira quota.

§ 3º - Somente serão distribuídas as quotas aqui previstas as organizações que satisfaçam as condições desse regulamento e que provem ter existência legal e ter se exibido no Carnaval de um dos três últimos anos.

§ 4º. – A concessão dos auxílios previstos neste artigo será feita mediante requerimento das instituições interessadas, devendo preencher todos os requisitos das instituições interessadas, devendo preencher todos os requisitos da Lei e deste regulamento.

ART. 3º - Todos os serviços de ornamento (excetuados os de limpeza) iluminação e preparação de ruas e locais para os festejos serão efetuados mediante concorrência, na forma prevista em lei.

ART.4º - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura, e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal nos termos do art. 6º da Lei nº 3.346, um representante da Federação Carnavalesca, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife. Julgar os concursos estabelecidos no art. 1º. e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda e animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art. 2º. deste Regulamento. Das decisões dessa Comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recursos por iniciativa de Diretor do D.D.C. para o Prefeito.

Art. 5º. – Ao Prefeito caberá em última instância: a) – decidir os recursos das resoluções das resoluções da comissão previstas no art. Anterior; b) interpretar, na esfera administrativa, a Lei ora regulamentada e este Regulamento; c) aprovar ou não as contas que na forma do Paragrafo quatro do art. 4º da Lei ora regulamentada, lhe deverão ser apresentadas pelo D.D.C. para a realização dos concursos previstos neste Regulamento.

Art.6º - É vedado a qualquer organização subvencionada incluir nas suas exibições símbolos nacionais, uniformes privativos das forças armadas, bem como dísticos, alegorias ou críticas referentes às autoridades constituídas, mesmo que sejam ofensivas.

LEI N° 9352

PERNAMBUCO, **Diário Oficial** 16 de dez. 1964. Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI N° 9352

O Prefeito do Município do Recife, Augusto Lucena.

Art. 1° - A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Comissão Organizadora do Carnaval, programará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do Município, dentro dos moldes folclóricos, preservando sobretudo: os clubes de frevo, maracatus em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho.

Art. 2° A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CARNAVAL (C.O.C), presidida pelo Secretário de Educação e Cultura do Município é composto de 5 (cinco) Vereadores, escolhidos pela Câmara Municipal, por maioria de votos; 4 (quatro) membros de livre escolha do Prefeito do Município; 1 (um) membro representante da Federação Carnavalesca Pernambucana; 1 (um) representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife; 1 (um representante da Associação Comercial de Pernambuco; 1 (um) representante da Federação das Industrias de Pernambuco e 1 (um) representante do Governo do Estado.

§ 1° - Servirão de Assessores do Presidente da C.O.C., um contador e um representante do Serviço de Recreação e Turismo designados pelo Senhor Prefeito, por intermédio do Secretário de Educação e Cultura.

§ 2° - As decisões da C.O.C. serão sempre tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade, nos casos de empate.

§ 3° - Das decisões da C.O.C. caberá recurso para o Presidente por iniciativa do Secretário de Educação e Cultura.

Art. 3° - Cabe à Comissão Organizadora do Carnaval (C.O.C.) ajudar, técnica e financeiramente, todos os blocos, troças, clubes, escola de samba, maracatus, caboclinhos e demais organizações carnavalescas, filiadas à Federação carnavalesca Pernambucana e a União das Escolas de Samba, se for o caso, que contribuirão para a animação e grandeza do Carnaval do Recife.

Art. 4° - A C.O.C. designará, anualmente comissões integradas por pessoas entendidas no assunto, para julgamento e classificação das organizações carnavalescas que se exibirem durante os festejos momescos e bem assim, dos veículos que se apresentarem no corso, devidamente ornamentados e conduzindo foliões fantasiados.

PARÁGRAFO ÚNICO – Serão, igualmente, instituídos prêmios em dinheiro e taças comemorativas a cada espécie de entidade carnavalesca e a cada tipo de veículos classificados, de acordo com as instruções que forem previamente baixadas nesse sentido.

Art. 5° - A C.O.C, Instituirá, também anualmente, concursos para passistas e de músicas, nas categorias de:

I – frevo de rua;

II – frevo de bloco;

III – frevo canção

IV – maracatu.

Art. 6º - Todos os serviços de ornamentação e preparação de ruas, praças e logradouros públicos para a realização dos festejos carnavalescos serão efetuados mediante concorrência pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caberá à C.O.C cumprindo o disposto neste artigo, opinar quanto à ornamentação das ruas, praças e logradouros para os festejos carnavalescos.

Art. 7º - Para incentivo e brilhantismo dos festejos suburbanos da cidade a C.O.C. contribuirá com sua ajuda técnica e financeira às comissões de Festejos Carnavalescos dos bairros recifenses instituindo ainda um prêmio para o melhor Carnaval de Subúrbio de acordo com as normas que a respeito forem fixadas em regulamento.

Art.8º - Será consignada, anualmente na Lei Orçamentária do Município, no quadro da Secretaria de Educação e Cultura, uma dotação nunca inferior a um décimo por cento (0,1) da estimativa da receita municipal, destinadas às despesas com o Carnaval.

PARÁGRAFO ÚNICO – os campeões de passo e autores das músicas classificadas serão premiados de acordo com o que for previamente estabelecido, em regulamento pela C.O.C.

Criação da Comissão Promotora de Carnaval do Recife

PERNAMBUCO, **Diário Oficial** 14 set. 1972. Criação da Comissão Promotora de Carnaval do Recife.

[...] Dispõe sobre a programação, patrocínio e promoção dos festejos carnavalescos e revoga a Lei Nº 9355, de 11.12.64. O Prefeito do Município do Recife faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Empresa Metropolitana de Turismo (**EMETUR**), programará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do Município, dentro dos moldes folclóricos, preservando, sobretudo, em sua forma primitiva, os clubes de frêvo, blocos, maracatus e os clubes de caboclinhos.

Art. 2º. Para programar e patrocinar as atividades previstas no artigo anterior, fica criada a COMISSÃO PROMOTORA DO CARNAVAL - **C.P.C.** - que funcionará sob a presidência do Diretor-Presidente da EMETUR e será constituída por representantes dos seguintes órgãos:

Quatro (4) do Poder Executivo Municipal;

Três (3) da Câmara Municipal do Recife;

Três (3) do Governo do Estado, nêstes compreendidos um (1) da Secretaria Assistente; um (1) da Secretaria da Segurança Pública; e um (1) da Empresa Pernambucana de Turismo EMPETUR;

Um (1) da Associação Comercial de Pernambuco;

Um (1) da Federação das Indústrias de Pernambuco;

Um (1) do Clube de Diretores Lojistas do Recife;

Um (1) da Federação Carnavalesca Pernambucana e,

Um (1) da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife.

Art. 3º Os membros da Comissão Promotora do Carnaval (CPC) terão mandato de dois (2) anos.

§ 1º Para cada representante será indicado, na mesma ocasião, um (1) suplente que substituirá o titular em suas faltas e impedimentos.

§ 2º Em caso de renúncia, o suplente será convocado para substituir o titular pelo restante do mandato.

Art. 4º As decisões do C.P.C, serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos de empate.

Art. 5º Das decisões da C.P.C. caberá o recurso para o Prefeito do Município, por iniciativa do Presidente da EMETUR ou de seus membros.

Art. 6º O mandato dos membros da C.P.C. terá início no dia 30 (trinta) de março.

Art. 7º A C.P.C. reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, até o mês de outubro e daí por diante, até a conclusão dos festejos carnavalescos, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente.

Art. 8º A Empresa Metropolitana de Turismo elaborará um plano de atividades para cada período carnavalesco, que será submetido à apreciação da Comissão Promotora do Carnaval, a qual compete a sua aprovação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Aprovado o plano a que se refere este artigo, será o mesmo submetido à aprovação do Poder Executivo cento e vinte (120) dias antes do período carnavalesco, considerando-se definitivamente aprovado se no prazo de sessenta (60) dias não houver pronunciamento do Prefeito.

Art. 9º. Do plano deverá constar, obrigatoriamente, o orçamento de ajuda financeira a todos os clubes, blocos, troças, maracatus, caboclinhos e escolas de samba, desde que tenham existência legal e sejam filiados a Federação Carnavalesca Pernambucana.

Parágrafo único. Além da ajuda financeira, a EMETUR poderá prestar assistência técnica e artística a qualquer instituição carnavalesca, quando solicitada.

Art. 10º. A programação abrangerá:

- I - ornamentação e iluminação de praças, ruas, avenidas e outros logradouros públicos;
- II - realização de concursos de músicas carnavalescas das categorias de frêvo de rua, frêvo de bloco, frêvo canção e maracatus;
- III - concurso de passistas;
- IV - realização de bailes populares;
- V - incentivos aos clubes de alegorias;
- VI - organização de desfiles de agremiações;
- VII - concurso de viaturas, devidamente ornamentadas;
- VIII - concurso de fantasias;
- IX - realização do baile municipal; e
- X - instalação de palanques, devidamente iluminados para promoção do carnaval nos subúrbios.

Art. 11º. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 12º. Cinquenta por cento (50%) da dotação destinada ao custeio do programa dos festejos carnavalescos deverão ser entregues a EMETUR até o dia 15 (quinze) de janeiro de cada ano e os restantes cinquenta por cento, na semana que anteceder os festejos carnavalescos.

Art. 13º. A C.P.C. no prazo de quinze (15) dias, após o decurso dos festejos carnavalescos, apreciará o balancete de prestação de contas dos recursos postos à disposição da EMETUR para financiamento do plano de atividades, o qual será encaminhado ao Prefeito para a devida aprovação, mediante decreto, cuja publicação deverá ocorrer no prazo de cento e vinte (120) dias, considerando-se tacitamente aprovada na falta dessa publicação.

Art. 14º. A EMETUR criará na sua estrutura administrativa, um órgão de nível departamental, que será responsável pela execução do plano de atividades organizado para cada período carnavalesco, sem prejuízo de outras atribuições relacionadas com o Carnaval como elemento de expressão folclórica.

Parágrafo único. O Órgão a que se refere este artigo, contará com um corpo de assessores especializados, composto por arquiteto, desenhista, engenheiro-eletricista, procurador, contador e cenógrafo, recrutados das Secretarias de Planejamento, de Viação e Obras, de Assuntos Jurídicos, de Finanças e de Educação e Cultura.

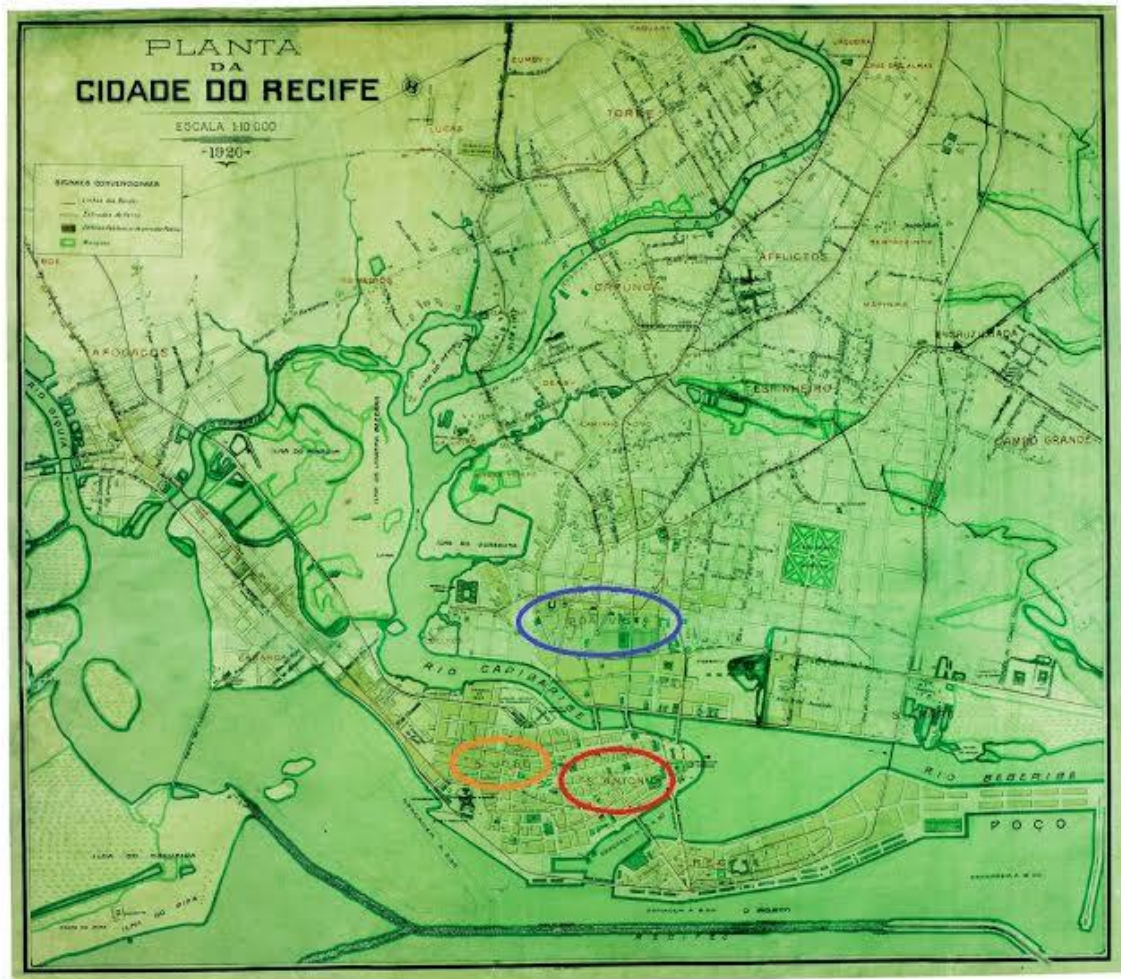
Art. 15°. Instalados os trabalhos da Comissão Promotora do Carnaval os seus membros, no prazo de sessenta (60) dias, elaborarão projeto de decreto regulamentando esta Lei, submetendo-o à aprovação do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 16°. A Prefeitura Municipal poderá, caso julgue aconselhável, adjudicar, mediante concorrência pública, a execução do plano que fôr elaborado para o Carnaval, inclusive do baile municipal, decoração (que deverá obedecer a motivos históricos), arquibancadas, concursos de passo, de fantasias, de marchas-frevo e frevos-canções, em recintos fechados com prêmios aos vencedores, de modo a oferecer renda aos cofres municipais, tornando os festejos momêscos autofinanciáveis.

Art. 17°. Para dar cumprimento ao disposto nesta Lei, no corrente exercício, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a solicitar a abertura de crédito especial no montante de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00).




Art. 18° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando expressamente revogada a Lei N° 9.355, de 11.12.1964.

Planta da cidade do Recife na década de 1920



Fonte: (Douglas Fox). Acervo: Museu da Cidade do Recife

Principais bairros onde acontece o Carnaval do Recife:

-  Bairro de Santo Antônio
-  Bairro de São José
-  Bairro da Boa Vista

Roteiro das apresentações das agremiações carnavalescas no centro do Recife na década de 1950 (roteiro “oficial”)



Fonte: MENEZES, Hugo; NASCIMENTO, Leiliane. **Frevo Patrimônio imaterial do Brasil.** Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2011.

1. Praça Maciel Pinheiro
2. Rua da Imperatriz
3. Rua Nova
4. Praça do Diário (Pracinha)

APÊNDICE

Tabela das Leis do Carnaval

LEI/ ANO	OBJETIVO	PREFEITO
Projeto de Lei n. 3.346 26 de fev. 1955.	O projeto de Lei do Vereador Batista de Sousa.	Djair Brindeiro
Lei nº 3.346 de 7 de junho de 1955.	Caberá ao DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA da Prefeitura Municipal do Recife o encargo de promover e patrocinar diretamente, os festejos carnavalescos neste Município, preservando, sobretudo os clubes de frevo, os maracatus, em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho.	Djair Brindeiro
Lei nº 3.346/55 foi revista e o Decreto Lei nº 1.351, foi sancionado em 23 de janeiro de 1956.	A partir daquela data as agremiações carnavalescas que participavam dos festejos momescos receberiam uma verba dos cofres públicos municipais. No entanto, deveriam obedecer a uma classificação na qual as escolas de samba figurariam na última posição e receberiam apenas 5% do valor destinado.	Pelópidas Silveira
Lei. nº 9352 de 16 de dez de 1964.	A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Comissão Organizadora do Carnaval, programará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do Município.	Augusto Lucena
Lei. nº 10. 537 de 14 set de 1972.	A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR), programará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do Município, dentro dos moldes folclóricos, preservando, sobretudo, em sua forma primitiva, os clubes de frevo, blocos, maracatus e os clubes de caboclinhos.	Augusto Lucena
Lei nº 13.535 de 26 de abril de 1979.	O Prefeito da Cidade do Recife autorizado a instituir uma fundação, denominada Fundação de Cultura Cidade do Recife e a constituir uma Empresa pública, denominada Empresa de Obras Públicas Cidade do Recife.	Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho.

